

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FAALC – FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS
(MESTRADO)

ANA PAULA SAFFE MENDES

A OBJETIVAÇÃO DA MULHER SURDA NA ORDEM DO DIGITAL: discursos e sentidos sobre o sujeito-corpo (de) Natália

Campo Grande, MS
2022

ANA PAULA SAFFE MENDES

A OBJETIVAÇÃO DA MULHER SURDA NA ORDEM DO DIGITAL: discursos e sentidos sobre o sujeito-corpo (de) Natália

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Área de Concentração: Linguística e Semiótica.

Linha de pesquisa: Linguagens, Identidades e Ensino.

Grupo de Pesquisa: Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político)midiáticas (SuDiC).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elaine de Moraes Santos.

Campo Grande, MS
2022

ANA PAULA SAFFE MENDES

A OBJETIVAÇÃO DA MULHER SURDA NA ORDEM DO DIGITAL: discursos e sentidos sobre o sujeito-corpo (de) Natália

Campo Grande, MS, 10 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elaine de Moraes Santos (presidenta)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo (membro titular)
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Dr. Rosivaldo Gomes (membro titular)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Juliana da Silveira (suplente externo)
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Prof.^a Dr.^a Fabiana Poças Biondo Araújo (suplente interno)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

AGRADECIMENTOS

No dedilhar e no teclar das teses e dissertações que atravessaram o meu caminho em meu percurso acadêmico, por vezes, senti-me próxima da pessoa que ali buscava condensar todos os alicerces que a sustentaram em uma jornada solitária, mas nem por isso individual. Reservei na memória, em todas essas ocasiões, o intenso desejo de ser fiel aos meus sentimentos de gratidão, mesmo que, para me aproximar de alguma ideia de realização, eu tivesse que inverter a ordem, estender-me em nomes e desvendar afetos.

Posto isso, declaro o meu respeito e a minha gratidão à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instituição na qual realizei a minha formação em Letras-espanhol e que proporcionou o meu encontro com o universo da pesquisa e o aprofundamento por meio de eventos, viagens e apresentações.

Ressalto, também, os meus profundos agradecimentos ao corpo docente que dedicou sabedoria, conhecimentos e tempo não somente para o meu desenvolvimento profissional, mas, sobretudo, para a formulação crítico-reflexiva diante dos obstáculos que assolam a educação do nosso país, a formação de professores e a relação entre esses e alunos. Obrigada pela afetividade, pela recepção e por todos os impulsos.

Ao Centro Nacional de Pesquisa (CNPq), responsável pelo incentivo de dois anos de PIBIC que se ramificaram em artigos, capítulos e apresentações, permitindo minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (UFMS).

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), apoiadora deste trabalho.

A toda a comunidade surda brasileira, pelas oportunidades de convívio, pelos ensinamentos e conhecimentos partilhados em cursos, escolas, na universidade e na vida. Em especial, agradeço à professora Shirley Vilhalva, pela atenciosidade ímpar e os saberes inigualáveis, sempre prontos para a partilha.

Ao Grupo de Pesquisa Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político)midiáticas (SuDiC)CNPq, pelo suporte e pela oportunidade de olhar o mun-

do por diferentes e diversos olhos. Por cada aprendizado e por todo o acolhimento, obrigada.

Àquela que me apresentou a escrita acadêmica e, nas linhas de sua história, abrigou e dividiu espaços com lutas, memórias, sensibilidades. Muito obrigada por mostrar a beleza e a necessidade da altura, seja para os voos, seja para os sonhos, por me formar resistente, resiliente, questionadora. No caminho custoso da singularidade do sujeito, dividir autenticamente a existência consciente é um presente. À Professora Dra. Elaine de Moraes Santos, minha infindável gratidão pelo alicerce seguro e pela sempre disposta parceria.

À Leila de Oliveira Saffe e a José Pereira Mendes Júnior, o par que escolhi para aprender a vida e que suportou junto as dificuldades e glórias do amor familiar. Por me passarem força e confiança, pelas heranças imateriais que o tempo lapida e a vida demanda que eu relembre: gratidão, meus pais!

Aqui, em complemento, faço o agradecimento especial à minha mãe, minha primeira e mais forte referência de Mulher, por me levar às aulas de Libras, sem saber que a sua luta pela educação seria o início da minha caminhada.

A Eduardo Gomes de Oliveira, por me ensinar o respeito às diferenças, meus profundos agradecimentos. À Lam Kwok Fun, o homem que colocou a calma em minha vida e me ofertou ensinamentos e momentos que eu pude, não pelo tempo que gostaria, aproveitar em sua companhia. A estes, que partiram durante a minha trajetória, que o astral tenha a paz dos sorrisos seus.

A todas as mulheres que lutaram para que estas linhas fossem reais, minha eterna gratidão e o mais verdadeiro respeito.

Às amigas que permanecem, às que passaram e a todas que me ensinaram a olhar com mais paciência para a vida e acalmaram o balanço deste mar, obrigada.

Na base de tudo que me constitui humana, sujeito de dor e alegria, agradeço aos deuses aos quais direcionei e direciono a minha fé. Okê Arô.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect).

Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente; para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é preciso reconstituir outros; para recolocá-los em um espaço mais geral que, dissipando sua aparente familiaridade, permita fazer sua teoria. (FOUCAULT, 2020a, p. 32).

RESUMO

À luz dos Estudos Discursivos Foucaultianos, travando um diálogo entre os conceitos do filósofo francês e dos Estudos Surdos (SKLIAR, 2015), analisei como ocorreu a caracterização da mulher surda pelo viés da objetivação e da objetificação do corpo em comentários realizados em duas matérias publicadas pelo *Portal G1* de notícias, uma de 2014, outra de 2017. Para tanto ponderei, pela ótica do método arqueogenealógico, como e por quê emergiram determinadas discursividades sobre a vida de Natália, uma mulher surda. Observando a circulação de discursos ordinários (SILVEIRA, 2016), meu foco foi a relação entre os saberes instituídos sobre a mulher surda e a objetivação do sujeito Natália nos comentários selecionados para análise. A construção do arquivo e o recorte do *corpus*, norteados pela regularidade serial de enunciabilidades sobre a corporeidade (SANTOS, 2014) de Natália, contaram com a heterogeneidade de espaços discursivos que é própria ao que Guilhaumou & Mالدidier (2014) designam por trajeto temático. A metodologia foi fundamental à realização de uma leitura de diferentes instâncias de legitimidade de onde erigem os discursos constitutivos dos enunciados coletados. As condições de possibilidade (FOUCAULT, 2020a) do objeto selecionado se situam a partir de 2014, com o início da intensificação do debate sobre acessibilidade no Exame Nacional do Ensino Médio, a partir da denúncia feita por Natália e midiaticizada pelo Portal G1, e se estendem até 2017 – ano no qual o tema da redação focalizou as dificuldades da formação de surdos na educação brasileira e Natália protagonizou outra reportagem do mesmo canal. Das análises, destacou-se a presença de características qualitativas sobre o corpo de uma mulher surda, tomadas como, no ecoar das falas foucaultianas, efeitos que formulam o sujeito Natália enquanto deficiente, problemático e objeto sexual. Tendo corpo e comportamento regulados por descrições normativas, institucionalizadas por discursos clínicos, jurídicos, midiáticos e ordinários, o apagamento da diferença da surdez destituiu Natália de sua existência heterogênea, superiorizando a homogeneidade da naturalização do que é ser surda pela perspectiva desses discursos. Por fim, a partir das análises, este trabalho se apresenta com uma contribuição para a expansão da pesquisa científica referente à mulher surda.

Palavras-chave: Mulher surda. Enunciado. Objetivação. Objetificação.

ABSTRACT

Under the light of the Foucault's Discursive Studies, in a dialogue between the French philosopher's concepts and the Deaf Studies (SKLIAR, 2015), I analyzed how the characterization of the deaf woman happened by the objectivization and objectification of the body in comments made in two articles published by news portal *Portal G1*, one from 2014, the other from 2017. For that I considered, by the archeogenealogical method's perspective, how and why did determined discursivities about Natália's life, a deaf woman, emerged. Observing the circulation of the ordinary speeches (SILVEIRA, 2016), my focus was the relation between the set knowledge about the deaf woman and the objectivization of the subject Natália in the selected comments for analysis. The construction of the archive and the corpus cut, guided by serial regularity of enunciabilities about Natália's corporeity (SANTOS, 2014) counted on the heterogeneity of discursive spaces that belong to what Guilhaumou & Maldidier (2014) call thematic trajectory. The methodology was fundamental to reading different instances of legitimacy from where rise the constitutive speeches of the collected enunciates. The possibility conditions (FOUCAULT, 2020a) of the selected object are set from 2014, with the beginning of the intensification of the debate about accessibility in the Exame Nacional do Ensino Médio, as of Natália's complaint, mediatized by Portal G1, and continue until 2017 - the year when the composition's subject focused on the difficulties of deaf people education in the Brazilian educational system and Natália starred other article of the same vehicle. From the analysis, the presence of qualitative characteristics of a deaf woman's body are highlighted, taken as, in the echo of foucaultian speeches, effects that formulate the subject Natália as disabled, problematic and sexual object. Having body and behavior regulated by normative descriptions, institutionalized by clinical, juridical, media and ordinary speeches, erasing the difference in deafness strips Natália of her heterogenic existence, overestimating the homogeneity of the naturalization of what it is being deaf by these speeches' perspective. Finally, from the analysis, this work presents itself with a contribution for scientific research expansion referring to the deaf woman.

Keywords: Deaf woman. Enunciate. Objectivization. Objectification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carta de Natália	103
Figura 2 – Matéria de 2014 repostada no <i>Facebook</i>	112
Figura 3 – Reportagem sobre o tema da redação no ENEM em 2017.....	124
Figura 4 – Fotografia de Natália em reportagem de 2017.....	126
Figura 5 – Fotografia de Natália sinalizando	128
Figura 6 – <i>Selfie</i> de Natália em reportagem de 2014	130
Figura 7 – Explicação da intérprete de Libras	132
Figura 8 – Citação de Natália	134
Figura 9 – Beldade surda	136
Figura 10 – A aparência de Natália	138
Figura 11 – Ela quer que faça a prova para ela?	140
Figura 12 – A falta	141
Figura 13 – A coitada	142
Figura 14 – Surda x ouvinte	142
Figura 15 – Ela era surda, não cega	143
Figura 16 – Surda ou não sabe ler???......	145
Figura 17 – Normalidade x anormalidade	146
Figura 18 – Surdez e limitação	147

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 - Busca e coleta de trabalhos em bancos de pesquisa	35
------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso de linha francesa
CAS	Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CNPq	Centro Nacional de Pesquisa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAALC	Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
Fig.	Figura
Fundect	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LP	Língua Portuguesa
L1	Língua Primeira
L2	Língua Segunda
MEC	Ministério da Educação
PL	Projeto de Lei
PP	Partido Podemos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SuDiC	Grupo Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político)midiáticas
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMS	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFSP	Universidade Federal de São Paulo
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIVALI	Universidade do Vale de Itajaí
UTP	Universidade Tuiuti do Paraná
SE	Sequência Enunciativa
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teses e dissertações pesquisadas no Repositório Institucional UFSCAR.....	36
Tabela 2 – Teses e dissertações pesquisadas no Portal Capes.....	37
Tabela 3 – Artigos pesquisados na <i>Scientific Electronic Library Online</i> (Scielo.org)	41
Tabela 4 – Trabalhos e teses pesquisadas no Repositório da Universidade Federal da Paraíba	41
Tabela 5 – Artigos pesquisados na Plataforma Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos	42
Tabela 6 – Teses e dissertações pesquisadas no Projeto Redes: Recursos Educativos Digitais na Educação de Surdos	42
Tabela 7 – Teses e dissertações pesquisadas no Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais.....	43
Tabela 8 – Teses e dissertações pesquisadas no Repositório da Universidade Estadual de Campinas	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
ESTADO DA ARTE	33
1 DA ORDEM DAS VIOLÊNCIAS SOBRE O CORPO DA MULHER SURDA	57
1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	57
1.2 A VIOLÊNCIA NA/DA ORDEM INSTITUCIONAL: NORMALIZAÇÃO DO CORPO SURDO	59
1.2.1 Mulher surda e o duplo silenciamento do corpo	63
1.3 O PODER SOBRE-ENTRE OS CORPOS: EU, MULHER OUVINTE; ELAS SURDAS	74
2 DO SER SURDA NO DIGITAL	78
2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	78
2.2 NATÁLIA POSSUI UM LUGAR NO ENSINO SUPERIOR?	79
2.2.1 Um olhar para a heterogeneidade de Natália	91
2.3 NATÁLIA NA MUDIATIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO DISCURSIVO ENEM.....	99
3. OBSERVAR, OBJETIFICAR: NATÁLIA NOS DISCURSOS ONLINE	108
3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	108
3.2 FACEBOOK E PORTAL G1: OS ESPAÇOS MUDIÁTICOS DOS ENUNCIADOS	111
3.3 UMA ARQUEOLOGIA PARA OS COMENTÁRIOS ONLINE	116
3.4 ANÁLISE DO CORPUS.....	121
CONCLUSÃO	150
REFERÊNCIAS	154

ANEXOS.....	161
Anexo 1 – Primeiro <i>print</i> da reportagem de 2014	161
Anexo 2 – Segundo <i>print</i> da reportagem de 2014.....	162
Anexo 3 – Terceiro <i>print</i> da reportagem de 2014.....	163
Anexo 4 – Primeiro <i>print</i> da reportagem de 2017.....	164
Anexo 5 – Segundo <i>print</i> da reportagem de 2017.....	165
Anexo 6 – Terceiro <i>print</i> da reportagem de 2017.....	166
Anexo 7 – Quarto <i>print</i> da reportagem de 2017.....	167
Anexo 8 – Quinto <i>print</i> da reportagem de 2017.....	168

INTRODUÇÃO

Do contato com as palavras de Foucault (2020a), norteio a escrita deste trabalho pela vontade de transformação, de desnaturalização dos componentes sociais e políticos de uma história questionada pelas lutas da comunidade surda e por pesquisas que se unem em coro, há tantas décadas, e que desenham muitas das nossas compreensões sobre a outra e sobre as mulheres no mundo. Em suas reflexões, o autor aponta uma existência resistente na luta, analisável quando se toma o discurso como prática, como ação, um discurso que pode ser deslocado, sempre tomado em relação à, a, ao. Para Foucault (2020a, p. 34), é preciso: “[...] fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexos das regularidades que regem sua dispersão”.

Em sintonia possível com tal direcionamento e me valendo dos pensamentos de Skliar (2015) que, em conjunto com grandes mestres dos Estudos Surdos, irrompe a estabilidade das perspectivas sobre a surdez, situo as condições de emergência da pesquisa. Marco, ainda, o caminho percorrido até os saberes iluminados pela história e que navegam quase sem esbarrar na história de uma mulher surda chamada Natália, que denunciou a falta de acessibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio, em 2014. Assim, tais memórias também costuram o tecido de *discursos* (FOUCAULT, 2014), em comentários compreendidos aqui enquanto *enunciados* (FOUCAULT, 2020a), publicados na linha do espaço digital, noções que serão destrinchadas nos momentos oportunos em cada capítulo.

Os estudos na área da surdez, durante longo tempo e após muitas lutas pela emancipação da educação de surdos, foram vinculados a pesquisas¹ compromissadas com o ensino, a língua e a saúde das pessoas que vivem a surdez enquanto “[...] experiência visual e identidade múltipla ou multifacetada” (SKLIAR, 2015, p. 11). Os enfoques são justificados pela tentativa incansável de oficializar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, assim, promover a legiti-

¹ Quadros (2019; 2010).

midade da existência da comunidade surda enquanto povo². Apesar de darem corpo ao conteúdo teórico-analítico, esses compromissos com o ensino e com a língua de sinais não orientam as análises ou as perguntas feitas neste estudo, justamente porque pretendo adentrar uma linha muito específica na área dos Estudos Surdos, com a caracterização de uma mulher surda no digital, a partir de uma análise de sua discursivização.

Considero a identidade surda uma criação posterior ao desenvolvimento da comunidade ouvinte pela segunda ter sido estabelecida como o padrão normativo ideal, seguindo a articulação teórica e crítica de Perlin (2015, p. 53), ao afirmar que “[...] a identidade surda é reprimida, rebela-se e se afirma em questão da original”. Nesse sentido, categorizar como iguais todos os sujeitos surdos é ignorar as particularidades referentes não somente a questões como gênero, sexualidade, raça e classe (BUENO, 1998), mas também às vivências perpassadas pelas relações de poder na nossa sociedade, majoritariamente ouvinte.

De acordo com Perlin (2015, p. 52), para quem a concepção de identidade surda aproxima-se da de identidades fragmentadas

[...] o ouvintismo é uma forma atual de continuar o colonialismo [...]. A identidade é algo em questão, em construção, uma construção móvel que pode frequentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições.

Neste ponto, reside a impossibilidade de homogeneização das identidades surdas, tendo em vista a sua constituição fragmentada no que se refere aos sujeitos que vivem a surdez e se identificam como surdos. Na efervescente preocupação de pensar teórica e analiticamente o Ser Surda³, na sociedade brasileira ouvintista (SKLIAR, 2015), é pela imersão nos estudos dos discursos⁴ sobre o corpo⁵ da mulher surda⁶ e sobre diferença, que este percurso se constitui de distintas orientações nos capítulos seguintes.

² Termos que utilizo de forma sinonímica, revestindo-os das batalhas e das relações de força que neles cabem.

³ Em diálogo com os Estudos Surdos, considerando, em específico, o trabalho desenvolvido em conjunto por Perlin e Vilhalva (2016), mobilizo o Ser Surda em referência à mulher que “[...] entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual” (PERLIN; VILHALVA, 2016, p. 151).

⁴ Foucault (2020a; 2020b); Gregolin (2006); Navarro (2015); Piovezani e Sargentini (2011); Sargentini (2017).

⁵ Foucault (2020a); Gregolin (2015); Le Breton (2004); Santos (2014).

Apesar de mais da metade da população surda mundial ser de mulheres, como indica a Federação Mundial de Surdos⁷, a relação gênero e surdez é pouco aprofundada nos trabalhos atuais, sendo mais amplamente divulgada por autoras e pesquisadoras surdas que trilham, em conformidade com o debate feminista, os caminhos dessa nova abordagem. Como apontam Klein e Formozo (2007, p. 2):

No Brasil, porém, a combinação dessas duas categorias de análise (gênero e surdez) é um assunto novo. Não há muitos estudos que unam a questão do gênero com a surdez. Tal questão está começando a ser discutida entre os surdos no Brasil, que tinham (e ainda têm) outros assuntos em sua pauta de reivindicações, como a divulgação da Libras – Língua Brasileira de Sinais, o acesso à informação (exigência de filmes brasileiros e de programas de TV com legendas ou com janelas de interpretação na língua de sinais), à educação, à saúde pública e ao mercado de trabalho.

As pautas mais difundidas entre a comunidade surda que, com muita luta, foram reconhecidas pelo meio jurídico, como a Lei de Libras, uma grande conquista para esse povo, não disputam espaços com as questões mais específicas enfrentadas pela parcela feminina surda, mas são, ao meu ver, complementares. Os surdos não configuram uma minoria quantitativa, já que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dados levantados em 23 de abril de 2021, aproximadamente 10 milhões de pessoas no Brasil são diagnosticadas com deficiência auditiva. Desses, 2,7 milhões são surdos. A socialização da mulher surda, mais difícil em decorrência de um olhar social de fragilidade duas vezes maior pela condição do gênero e pela surdez, precisa, para a sua progressão, do reconhecimento do Ser Surda. Precisa do reconhecimento de sua língua e de seu lugar no mundo como sujeito de cultura e necessidades que transgridem qualquer possível homogeneização formulada pela ideia de surdo/surda/surdez.

Sem tal avanço, o corpo feminino surdo seguirá sendo discursivizado e mantido na sociedade e na história como um corpo mais frágil, mais submisso, mais dócil⁸ – o que resulta não apenas em uma exclusão do ser, mas em sua exploração, seja no mercado de trabalho, seja no âmbito doméstico. As muitas e complexas realidades enfrentadas pela mulher surda dificilmente emergem à

⁶ Moreira (2015); Costa (2010).

⁷ Disponível em: <<http://wfdeaf.org/>>. Acesso em: 15 maio 2021.

⁸ Segundo Foucault (2020b, p. 134), “[...] é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

superfície do âmbito público. Por essa razão, poder observar as imposições dos sujeitos sobre esses corpos e os enunciados que direcionam aos mesmos, no público, não significa que a exclusão e a exploração são novidades, e sim que, agora, é possível, em alguns casos, refletir e repensar sobre tais processos pela forma como a sociedade compreende o que é Ser Surda.

Trabalhos como os de Skliar (2015), Perlin (2015), Quadros e Perlin (2007), Santana (2007) e Thoma (2015; 1997) iniciaram a tarefa de ir além dos muros da escola, contribuindo com reflexões acadêmicas em um direcionamento sócio-antropológico da surdez. Os autores, engajados com um olhar para as diferenças, as culturas e as identidades surdas não só embasam esta pesquisa como fomentam a minha necessidade de ampliar discussões anteriores, com recortes outros, ansiosa pela desnaturalização do que é Ser Surda em uma sociedade ouvintista (SKLIAR, 2015).

Foi por uma vontade de expansão, tomada pela proximidade com a Língua Brasileira de Sinais e em debates desenvolvidos no Grupo de Pesquisa Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político) midiáticas (SuDiC-UFMS), que a relação entre a comunidade surda e o digital instituiu-se atravessada pela preocupação com o político. Em Mendes e Santos (2019) e em Mendes (2019), por exemplo, discutimos/discuti a acessibilidade e a democracia de espaços virtuais em relação à comunidade surda, refletindo sobre as características tidas como naturais aos meios digitais de entretenimento e interação.

Nesta dissertação, tomo a comunidade surda no rol dos Estudos Surdos, compreendendo-a enquanto conjunto de pessoas em espaços de trocas, comunicação e expressão a partir da língua de sinais. Nas palavras de Nakagawa (2012, p. 31),

[...] entender-se-á comunidade surda como um espaço de trocas simbólicas em que as línguas de sinais, a experiência visual e os artefatos culturais surdos são partilhados entre sujeitos Surdos (e ouvintes) que congregam interesses comuns e projetos coletivos. Um espaço que acena para outras possibilidades de existir e vivenciar a diferença, para além das práticas e discursos ouvintistas.

Ao encontro do meu recente interesse, a motivação principal da pesquisa surge com a observação do aumento de conteúdos sobre a surdez na internet. Embasada nos pressupostos foucaultianos, pela possibilidade de situar questionamentos relativos a como a surdez feminina e seu corpo surdo são

entendidos e se constroem no discurso, ressalto o contexto de emergência de meu trabalho e das SEs – *Sequências Enunciativas* (FOUCAULT, 2020a) selecionadas a partir de um acontecimento histórico-político de extrema importância à causa surda: a prova de redação aplicada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de 2017.

Enquanto um processo seletivo de relevância nacional, ao contemplar o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, o ENEM desenvolveu condições de possibilidade para a emergência de efeitos de sentido sobre a surdez. Como exemplo, faço o recorte de duas reportagens realizadas no Portal G1 de notícias, uma de 2014, outra de 2017. Foram intituladas, respectivamente, como “‘Não entendi nada’, afirma estudante surda que prestou a prova do Enem”⁹ e “Jovem surda que ‘não entendeu nada’ do Enem fala sobre redação: ‘Conquista’”¹⁰

Na linha da costura entre discurso digital e a mulher surda, o interesse¹¹ pelo funcionamento dos *discursos ordinários* (SILVEIRA, 2015), dos seus impactos e pelas mobilizações possíveis a partir dos dados compartilhados e gerados em canais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, que comportam e direcionam os assuntos do momento, ampliou-se. Foi compartilhado, também, com as plataformas informativas de cunho tradicional que veicularam notícias sobre o ENEM de 2017, como é o “Portal G1”, responsável, à priori, pela veiculação de acontecimentos tidos, muitas vezes, como factuais.

Seguindo os princípios da plataforma, o canal veiculou um primeiro texto, em 2014, o qual foi retomado brevemente por um segundo texto, de 2017. A diferença principal entre as duas postagens e que interessa ao trabalho é o resgate de Natália na publicação de 2017 e a transformação de sua imagem, considerando que ela não protagoniza a questão em voga da mesma forma como o fez em 2014. Ambas as reportagens abordam o Enem e uma estudante surda, Natália, aderindo a dispositivos de interação abertos ao público. Ao pensar nessas unidades, nas quais aterrissam reações e posicionamentos da ordem do ordinário (SILVEIRA, 2016), volto-me para o impacto de práticas dis-

⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/11/nao-entendi-nada-afirma-estudante-surda-que-prestou-prova-do-enem.html>. Acesso em: 23 maio 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/jovem-surda-que-nao-entendeu-nada-do-enem-fala-sobre-redacao-conquista.ghtml>. Acesso em: 23 maio 2021.

¹¹ Fomentado pelas pesquisadoras na iniciação científica.

cursivas na objetivação¹² do Ser Surda. Como hipótese, assumo o entrecruzamento entre ordinário, científico e jurídico quando o corpo de Natália é enunciado.

A partir da promoção de espaços virtuais e visuais de interação, com as redes sociais e o *boom* da internet, os surdos tiveram destaque em um período de intensa campanha presidencial, caracterizada por efeitos de uma polarização distinta na história política do país. Como não seria possível adentrar as várias faces desse processo, analisado em diferentes recortes em trabalhos produzidos por membros do SuDiC, recorto o que está ligado à presente pesquisa: a polarização entre um partido de direita que se afirmava comprometido com a comunidade surda e um partido de esquerda que apostava nas lutas de outros grupos.

Na época, a contratação de intérpretes¹³ e a busca por tornar acessível todos os meios de divulgação promoveram ferramentas que, se já haviam sido exploradas em campanhas anteriores, não o foram de maneira tão intensa como em 2017/2018. A exemplo disso, posso citar o compartilhamento em massa de conteúdo visual, de vídeos em Língua Brasileira de Sinais, legendados, com temática informacional do período eleitoral e acompanhamento das propostas dos candidatos.

Na historicidade da disputa eleitoral, o uso dos espaços virtuais pela comunidade surda, por familiares e até por intérpretes proporcionou um interesse pessoal em acompanhar o aumento das ações referentes ao povo surdo, como a seleção do tema da redação do Enem e as matérias sobre os desafios enfrentados por eles na área da educação. Assim, a visibilidade do corpo surdo e o maior contato com a Libras nos espaços midiáticos, em consonância com a

¹² Ao buscar compreender como uma mulher surda é objetivada, atravessando questões referentes ao campo da surdez, da comunidade surda e dos momentos e movimentos de lutas e direitos travando por esses, aprofundo-me nas escritas em que Foucault voltou-se para os olhares que, a partir da observação taxativa, reguladora e normatizadora, criaram sujeitos. Destaco, como modo de situar minha linha de raciocínio, a seguinte citação do autor: "Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de práticas divisoras'. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os 'bons meninos'" (FOUCAULT, 1995, p. 231). Assim, abordarei, no terceiro capítulo, na imersão do arquivo discursivo, como Natália é construída entre a comparação com o corpo normativo ouvinte e o seu próprio corpo surdo de um passado recente, no que as práticas discursivas analisadas possuem como base o corpo midiático fotograficamente.

¹³ A designação possível é feita no capítulo dois, no item "2.2 Natália possui um lugar no ensino superior?".

liberdade de expressão ofertada pela internet, são vistos por mim como condições de aparecimento importantes nas formulações dos enunciados. Como resultado inicial da primeira parte do trabalho, estabeleço o encontro de uma *regularidade* (FOUCAULT, 2020a) entre os comentários feitos na reportagem de 2014 e os feitos na de 2017: o foco na Natália, a qual é objetificada.

Em uma perspectiva arqueológica foucaultiana¹⁴, atendo-me à materialidades de ordens distintas, buscando a *regularidade* de um mesmo tema em conjuntos temporais diferentes. Os pressupostos do filósofo possibilitam aproximar tais discursos na busca por “[...] uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum” (FOUCAULT, 2020a, p. 169).

Com isso, após as análises iniciais, percebi que os enunciados de 2014 e de 2017 promovem um enfoque sobre o corpo de Natália. A estudante é descrita como “beldade”, “anormal”, “coitada” e “gatinha”, termos que reduzem o seu aparecimento em ambas as reportagens para a sua dupla condição: de mulher e de surda. Diante do exposto, recortei meu objeto: O Ser Surda. O corpo da mulher surda sendo caracterizado por/em comentários na ordem digital me fez estabelecer, como objetivo geral, como se dá a objetificação do corpo de Natália nos enunciados feitos como comentários nas duas reportagens do Portal G1 de notícias. Para tanto, abordo a noção de objetivação (FOUCAULT, 1995) na busca por compreender o papel da observação do corpo da surda na sua categorização e caracterização. Como forma de especificar o caminho de seleção do *corpus*, esclareço que os comentários da reportagem de 2014 foram realizados na página do *Facebook* do *Portal G1*, enquanto os comentários a respeito da matéria de 2017, estão alocados no site do *Portal G1*.

¹⁴ Das especificações da arqueologia abordadas por Foucault em “A Arqueologia do Saber”, ressalto, à título de definição e contemplação das linhas teóricas que sigo, três. Sendo essas: a) a compreensão do discurso como monumento, em sua opacidade, no que adentrar sua densidade demanda tomar a definição dos discursos “[...] enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2020a, p. 169); b) o distanciamento da perspectiva de sujeito enquanto instância criadora, “[...] razão de ser de uma obra e princípio de sua unidade” (FOUCAULT, 2020a, p. 170); c) a não identificação com as extensas buscas pela origem do dito. Como assinala o teórico, a arqueologia “Não pretende se apagar na modéstia ambígua de uma leitura que deixaria voltar, em sua pureza, a luz longínqua, precária, quase extinta da origem. Não é nada além e nada diferente de uma reescrita: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto” (FOUCAULT, 2020a, p. 171).

Compõem o capítulo de análise¹⁵, então, dois lugares de enunciação com distintas *condições de possibilidade*.

Diante da pergunta mais geral, emergiram mudanças nos objetivos específicos, que são, atualmente: a) historicizar as políticas educacionais de acessibilidade e inclusão do povo surdo ao ensino superior, problematizando as noções estabilizadas de surdez; b) destacar e refletir sobre as formas de violência que reforçam uma percepção ouvintista e não plural acerca das vidas surdas; c) analisar os enunciados como práticas discursivas online que se valem do digital para caracterizar a mulher surda.

Enquanto *acontecimento histórico*, o Exame Nacional do Ensino Médio funciona, desde 2013, como avaliação para o ingresso em todas as universidades públicas brasileiras. Ao ser discursivizado, alavancou conteúdos informativos referentes à comunidade surda e à língua de sinais, compondo as condições de possibilidade dos enunciados analisados neste trabalho. Entre tantas, orientam duas perguntas fundamentais: a primeira, feita no início da proposta; a segunda, desenvolvida durante a seleção do *corpus*, são elas, respectivamente: em que medida o digital, enquanto espaço de prática do discurso, replica, afeta e/ou constrói os discursos sobre o Ser Surda? No digital, o atravessamento do *discurso ordinário* (SILVEIRA, 2016) pelo discurso jurídico e o discurso clínico reforçam enunciados que objetificam o corpo de Natália, uma mulher surda?

O amadurecimento do recorte ocorreu de forma incessante, sendo a constituição do *arquivo discursivo* (FOUCAULT, 2020a) um trabalho contínuo durante toda a pesquisa. A delimitação do arquivo é fundamental para abordar o enunciado em sua condição, singularidade e relações, enquanto sistema de seu funcionamento (FOUCAULT, 2020a). É na análise e na descrição deste elemento caro à AD histórica que o olhar documental e cronológico não ocupa um lugar privilegiado. Assim, é a revelação do arquivo, “[...] jamais acabada,

¹⁵ O trabalho apresenta um percurso distinto do tradicional, não possuindo um capítulo específico destinado à teoria e à metodologia. A estrutura, feita de maneira que os três capítulos se complementam teoricamente, apresenta no decorrer de toda a sua extensão um entrelaçamento entre a prática da análise e a base teórico-metodológica. A escolha por essa configuração justifica-se pela sintonia encontrada em tal possibilidade de escrita, considerando que o *corpus* analítico e o arquivo discursivo são também as condições de possibilidade do trabalho. Apresentar os primeiros demandou, em suma, conciliar a análise, os conceitos e os referenciais teóricos.

jamais integralmente alcançada” (FOUCAULT, 2020a, p. 161), que instiga uma construção controversa à história tradicional, de caráter contínuo, fiel às relações, às proximidades, aos movimentos, ao sistema da discursividade, como acentua o filósofo francês¹⁶.

Na linha dos debates proporcionados por Foucault (2014, p. 25), para quem: “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” é que assento minhas considerações sobre o período recortado aqui e lanço mão de suas ferramentas para locomover-me analiticamente pelo *corpus*. Assim, pela prática, a organização do arquivo discursivo adentra as interpretações e formulações vigentes nos documentos, nas políticas públicas, nos enunciados, na forma de conservação e criação da surdez e do sujeito surda. Perseguindo, sobretudo, as caracterizações possíveis que partem desse externo sobre a mulher surda.

No estabelecimento de tais movimentos, entender os *enunciados* enquanto consequências emergentes em um contexto político e social ocasiona o compromisso com suas diversas facetas. Seja na irrelevância, banalidade ou riqueza de sentidos, são elementos discursivos envoltos em uma realidade histórica, determinados por suas regras de formulação e suas condições de aparecimento.

Destaco as *condições de possibilidade dos enunciados* que, em Foucault, requerem o inscrever-se, enquanto analista, na ordem da transformação e da descontinuidade histórica (FOUCAULT, 2020a). Atribuindo a uma análise discursiva possibilidades de relações tratadas na instância do acontecimento, Foucault (2020a) se atém à singularidade histórica do enunciado. Para tanto, ele se volta ao que pode se aproximar em matéria de relações entre grupos de enunciados, independentemente de suas ordens de enunciação. Não há, nas palavras foucaultianas, um esforço para reivindicar o pilar ideológico que sustentaria o sujeito independente de sua posição e contexto.

¹⁶ Foucault (2020a) percorre as nuances do arquivo relatando não somente o seu funcionamento, mas deslizando também pela importância de sua existência e constituição em um trabalho arqueológico do analista que se aventura nestes estudos. Para o filósofo, na relação com as regularidades específicas dos enunciados, o arquivo “[...] é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas” (FOUCAULT, 2020a, p. 158).

Olhar para a noção de sujeito, nas linhas de Foucault (1995, p. 235), segue duas possíveis significações, sendo essas: “[...] sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”. O estudo das relações de poder, das dualidades sustentadas por essas relações, a exemplo do corpo normal e do anormal, do ouvinte e surdo, do homem e da mulher, são percepções que, para o andamento desta pesquisa, configuram uma das rotas de adentramento na produção de sentidos sobre o Ser Surda, sobre a identidade feminina surda em uma sociedade ouvintista e com comportamentos machistas publicizados na ordem do digital.

Os escritos de Foucault encaminham um sujeito que não flutua do social, do coletivo, constitui-se em relação a si e aos outros¹⁷, transita pela história, pelos contextos, livre de uma suposta estabilidade feita pelo poder que hora detém, hora não. Afinada aos pressupostos do autor, a definição de uma língua, de direitos, de espaços estruturados por suas mãos, de meios de comunicação viáveis para as suas vozes e corpos são, assim, elementos repletos de significação, de culturas. A exclusão ou o apagamento desses discursiviza, como será discutido no capítulo um “Da ordem das violências sobre o corpo da surda”, uma violência que extrapola o ferimento físico e constrói um sujeito mulher surda residente em um espaço muito estreito para existir.

Interessa-me pensar, com o filósofo, nos micropoderes responsáveis pelas (des)construções de saberes e de repressão dos corpos surdos como estratégias de construção objetiva¹⁸ do sujeito mulher surda. O filósofo aproxima-se de uma reflexão ligada às formas que autorizam a filiação de enunciados a um acontecimento ou a vários outros enunciados, sem se fixar a uma

¹⁷ Valho-me da abordagem sucinta de Pez (2008, p. 1) para reiterar o impacto das concepções de objetivação e subjetivação no estudo sobre o sujeito. Segundo o autor: “Foucault se refere a mecanismos de objetivação e de subjetivação que concorreriam como processos de constituição do indivíduo. Os primeiros são os mecanismos que tendem a fazer do homem um objeto, ou seja, se referem aos processos disciplinares que tendem a tornar o homem dócil politicamente e útil economicamente. Os segundos se referem aos processos que em nossa sociedade fazem do homem um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como sua”. Esses processos serão perseguidos na análise dos enunciados, bem como será observado se há ou não a identificação do sujeito surda com a identidade formulada para a sua existência, sobretudo no meio acadêmico.

¹⁸ Maria do Rosário Gregolin, no I Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia, em 2015, proferiu uma palestra inclinando-se para as estratégias discutidas por Foucault na objetivação do sujeito.

noção ou relação pré-construída que poderia orientar interpretações sobre o que se expõe na materialidade linguístico-discursiva.

Tendo em vista a sua configuração significativa, entendo ser coerente atentar-me tanto ao espaço como funcional da produção de efeitos de sentido diversos, de suas condições e sua ocupação na história, quanto à circulação política dos sentidos nos espaços discursivos, no “[...] corpo em que se dá” (FOUCAULT, 2020a, p. 160), sejam os legitimados do jurídico, do clínico, ou os menos formais como os ordinários, todos envolvidos em alguma medida com a vida surda.

O que justifica trazer a noção foucaultiana de *enunciado* é sua inclinação para as relações possíveis entre os semelhantes, distante de uma celebração da visão hierárquica ou restritiva de tais dizeres. A partir do percurso traçado, o estudo traz como enfoque as *condições de possibilidade* do contexto digital para discursos que produzem sentidos a respeito da surda, bem como o batimento¹⁹ entre os dizeres naturalizados e os postulados jurídicos ou clínicos que embasam tais concepções. Nesse segmento, as condições de aparição dos *enunciados* conduzem as análises. Considerando como esse acontecimento emerge enquanto tal e(m) suas *condições de possibilidade*, trago o olhar analítico sempre de volta para o objeto discursivo.

Os efeitos de sentido, preciosos às interpretações, não são levantados após a observação de uma suposta inscrição dos sujeitos em lugares sociais, políticos ou econômicos de forma estável. O direcionamento para o que aparece enquanto sujeito²⁰ compreende, na verdade, a emergência de seus dizeres e os movimentos que cooperam com as exposições de suas práticas discursivas, visto que são nelas que os sujeitos se constituem como tal, através de “[...] uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

¹⁹ Movimento em que o pesquisador desenvolve dois processos que “[...] funcionam concomitantemente. O analista descreve e analisa ao mesmo tempo” (FREIRE, 2014, p. 335).

²⁰ Como modo de adiantar o posicionamento tomado na dissertação, fundamental para entender o olhar voltado para a pessoa surda aqui, em especial pela fidelidade à diferença (SKLIAR, 2015), elenco a seguinte reflexão de Foucault (1973, p. 10): “Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história”.

Na materialização do discurso, em proximidade com o saber, a história e o poder, na fronteira entre si mesmo e sua relação com o outro, assumem posições. Pensar os obstáculos enfrentados pela mulher surda, quando presente na comunidade surda, implica considerar alguns aspectos que fazem desse povo um grupo cultural, ativo e em movimento por seus direitos.

A exemplo da ordem jurídica, destaco a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como língua oficial da comunidade surda e assegura a acessibilidade. No rol das fronteiras envolvidas, o tema da prova do ENEM também propiciou o levantamento de assuntos essenciais sobre a comunidade surda em sua luta por direitos e acessibilidade, como o papel profissional do intérprete de língua de sinais, a língua portuguesa enquanto segunda língua e a própria coerência do processo seletivo no que diz respeito à acessibilidade dos surdos.

Exemplos comuns, em depoimentos e relatos de pessoas surdas nas redes sociais²¹, denunciam processos seletivos em que as vagas “inclusivas” para surdos contam, paradoxalmente, com uma entrevista presencial que requer do entrevistado que “ouça ao menos um pouco”. Em outros casos, oferece-se um tipo de atividade na divulgação da vaga, geralmente pedindo ensino superior completo, entretanto, ao contratar a pessoa surda²², sua atuação acaba direcionada para atividades manuais, como a de tirar xerox.

Dada a heterogeneidade que envolve o objeto de estudos e as condições de sua emergência, seguindo a introdução, optei por criar uma seção específica, destinada ao tratamento do chamado Estado da arte. Após delineado o percurso de buscas pelos trabalhos existentes a partir do objeto de pesquisa mobilizado, no primeiro capítulo desta dissertação, o foco da minha abordagem adentra os escritos de Michel Foucault, considerando as relações de saber e poder presentes nos discursos sobre a protagonização de um corpo feminino surdo no cenário acadêmico. No refundar histórico do sujeito discutido em dife-

²¹ No Instagram do *influencer* digital Gabriel Isaac, um vídeo de efeito humorístico sobre as vagas para pessoas com deficiência viralizou em março de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CM5JhBap0x5/?utm_medium=copy_link>. Acesso em: 08 maio 2021.

²² Seguindo a definição presente em Quadros (2019, p. 143 e 144), compreendo as pessoas surdas como: “[...] parte de uma minoria cultural e linguística. Sua proposta é ver esse grupo a partir da coletividade (não como indivíduos isolados). Os surdos precisam ser reconhecidos como minorias culturais-linguísticas, representadas pelo conceito de povo surdo”.

rentes obras pelo autor, sobrevivem as marcas das lutas cotidianas e reatualiza-se, na instabilidade das evoluções tecnológicas, na propagação dos enunciados, teores intrínsecos ao eco da disciplinarização (FOUCAULT, 2020b) e das verdades (FOUCAULT, 1973) vigentes.

Das análises já desenvolvidas em meus textos anteriores, concluiu-se, no batimento entre os discursos legitimados e os *discursos ordinários*, a escassa presença desse conhecimento (FOUCAULT, 1973) na formação de um ideal de ser surdo. Os pequenos mecanismos de poder coexistentes às *práticas discursivas* ignoram a importância e a regularização da educação bilíngue, do ensino de qualidade especial para surdos e de uma proposta social plural e acessível. Ao trilhar, inicialmente, os pressupostos teóricos mobilizados, percebo, nos sancionamentos das leis, a instauração de um distanciamento entre o discurso jurídico e o *discurso ordinário* que circula na rede.

Segundo Silveira (2015, p. 24), “[...] o discurso ordinário digital põe em jogo a posição-sujeito ordinário, ligado a instâncias midiáticas não legitimadas, que se desenvolve por uma relação de autoria de um texto coletivo”. A partir do argumento da autora, acredito que a evolução pela qual passam as mídias sociais digitais permite trazer à tona o que preveem as leis estipuladas e os ambientes regularizados como “acessíveis”, além de como os acessórios de adequação mascararam, em uma espécie de obstrução da realidade. Para Foucault (1979, p. 6):

[...] a história não tem ‘sentido’, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.

Nessa perspectiva, a história é feita a partir de desdobramentos e rupturas – o que endossa a impossibilidade de tomarmos os indivíduos a partir da história contínua, contada por específicos pontos de vista ou em uma visão cronológica. A perspectiva foucaultiana permite conduzir uma pesquisa pautada no que é ser surdo, em um viés distante do vício arcaico de documentos clínicos e julgamentos jurídicos, tradicionais na associação do surdo à loucura ou à falta de habilidades. Tratar o discurso no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2014) permite, portanto, apontar as confusões expostas sobre direitos,

privilégios e diferenças, as quais ainda afetam o ingresso dos povos marginalizados em instituições fundamentais da nossa sociedade.

Assim, o afunilamento teórico necessário ao alcance de meus objetivos enlaça questões pertencentes à educação do sujeito surdo²³, mas em um encaminhamento atento à inserção e ao desenvolvimento desses corpos no/pelo social. Sistematizo, também, elementos latentes às identidades surdas, que priorizem pensar a desenvoltura e o acesso nesses espaços de muros espessos para a ocupação de mulheres surdas como forma de não cair nas malhas que homogeneízam a existência surda. Buscando mapear os discursos que formularam pela prática o entendimento geral de surdez e dissiparam dentro e fora dos lares a ideia de incapacidade e deficiência, o segundo capítulo, “Do ser surda no digital”, entoa a ordem do jurídico e do clínico para descrever e questionar os processos de violência (FOUCAULT, 2020b) pelos quais passou e passa o corpo da mulher surda, ou mais especificamente, o corpo de Natália.

O caminho até o recorte de gênero, no segundo capítulo, demanda falar, como situei nesta parte introdutória, dos entraves sofridos pela comunidade e de suas ações de resistência e transformação. Questões que são necessárias para entender como a reportagem do *G1* possibilita a produção de sentidos diversos que dialogam não somente com o cenário enfrentado por uma pessoa surda, mas com padrões de *normalização* (FOUCAULT, 2020b) e com o machismo vigente no Brasil.

A sanção normalizadora, como explica Foucault (2020b), detém-se na mecânica de uma ponte entre a lei e o corpo, relação a que o autor direciona luz e não dispensa de suas críticas. As tentativas de *normalização*, quando aproximamos da mulher surda, eclodem de formas distintas. Para o filósofo, a *normalização* regula, ela: “[...] obriga à homogeneidade, mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças” (FOUCAULT, 2020b, p. 181).

Com essa orientação, no terceiro capítulo, intitulado “Observar, objetificar: Natália dos discursos *online*”, alcanço na análise dos enunciados como Natália aparece discursivizada em práticas discursivas. Considero, para tal mo-

²³ Aproveitando a definição referente ao conceito de sujeito na perspectiva história da Análise do Discurso, feita em nota anterior, ressalto que, ao optar pelo termo sujeito surdo, eu o faço considerando tanto os pressupostos foucaultianos, quanto os Estudos Surdos.

vimento, que a pessoa surda se relaciona de forma espacial, interna e externamente com a língua de sinais e que os saberes sobre a Libras e o corpo surdo atravessam os *enunciados*. Em “3.2 Facebook e Portal G1: os espaços midiáticos dos enunciados”, o âmbito digital e as redes sociais são internalizados no trabalho enquanto campos discursivos, meios que possibilitam a exposição de opiniões sobre determinados assuntos que partem, inclusive, de indivíduos leigos, compreendidos por Silveira (2016) como sujeitos ordinários. Trata-se daqueles que se manifestam na *web* com pouco ou nenhum domínio dos assuntos abordados. Segundo a autora, tal sujeito se apresenta:

[...] ligado a instâncias midiáticas não legitimadas, que se desenvolve por uma relação de autoria de um texto coletivo que se constrói pelo conjunto de outros textos [...] que não se sabe exatamente de onde vêm (SILVEIRA, 2016. p. 26).

No percurso traçado dentro da pesquisa, o elo entre os Estudos Surdos (SKLIAR, 2015), os Estudos Discursivos Foucaultianos e os trabalhos imersos na ordem do digital, em vieses crítico-reflexivos, ordenam uma expansão do arquivo que se deu de forma tão natural quanto necessária. Dentre as faltas sentidas no processo, a vida da mulher surda se colocou latente na constituição do arquivo – debate já levantado por pesquisadoras como Gladis Perlin, Shirley Vilhalva e Madalena Klein, em eventos e textos. Assim, a caracterização e a invasão do corpo da mulher surda na ordem do digital, espaço no qual eu já estava imersa, chamaram a atenção e alteraram o caminho inicialmente pensado.

Finalmente, o que espero com este trabalho é registrar a importância do discurso digital para a construção do olhar sobre a diferença (SKLIAR, 2015). Indo além dos estudos pautados nos movimentos constitucionais e no contexto de ensino-aprendizagem nos quais o surdo se insere, pretendo, a partir da compreensão das práticas executadas por internautas, contribuir com a expansão da pesquisa científica referente à mulher surda.

Enquanto estudo inserido no Grupo de Pesquisa Corpos, Sujeitos e(m) Discursividades (político)midiáticas, além do cumprimento dos objetivos, são resultados esperados: a) o fortalecimento da linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens – denominada *Linguagens, Identi-*

dades e Ensino; e b) a sensibilização da comunidade acadêmica para a relação entre a relevância dos estudos discursivos e o crescimento das demandas de investigação científica multidisciplinares, com enfoque nas relações entre o sujeito surdo e a cultura ouvinte.

Apesar de atribuir à repercussão do tema da redação do Enem de 2017, intitulado “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, na comunidade surda, o título de *dispositivo de arquivo* (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014) deste trabalho, são nos gestos realizados após esse primeiro movimento, ministrados em uma teia discursiva digital, com sua capacidade de infinitude, que reside o núcleo das reflexões que não possuem o intuito de se extinguirem aqui, mas almejam se expandirem em eco por e para todas as vozes e sinais que se convencerem a pensar acerca das mulheres surdas.

ESTADO DA ARTE

A composição do estado da arte ocorreu entre junho de 2020 e agosto de 2021, buscando por trabalhos que abordassem a surdez e/ou da pessoa surda em linhas de pesquisa que dialogassem com as novas tecnologias, mídias sociais, Exame Nacional do Ensino Médio, análise do discurso, bilinguismo surdo, mulher surda e o contexto educacional acessível para surdos. A partir desses interesses específicos, foram inseridas nas barras de busca, em língua portuguesa, as seguintes palavras-chave por vez: Surdo, Enem; Surdo, Enem, bilinguismo; Surdo, Foucault; Surdo bilinguismo; Surdos, internet; Surdos; Mulher surda.

As plataformas e os repositórios que receberam tais buscas foram, respectivamente: Repositório Institucional Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Portal Capes, *Scientific Electronic Library Online*, Repositório da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Plataforma Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos, Projeto Redes: Recursos Educativos Digitais na Educação de Surdos, Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Repositório da Universidade de Campinas (UNICAMP). A seleção desses bancos de pesquisa se justifica por disporem de linhas que dialogam com os Estudos Surdos, surdez e/ou com o aluno surdo em contexto educacional.

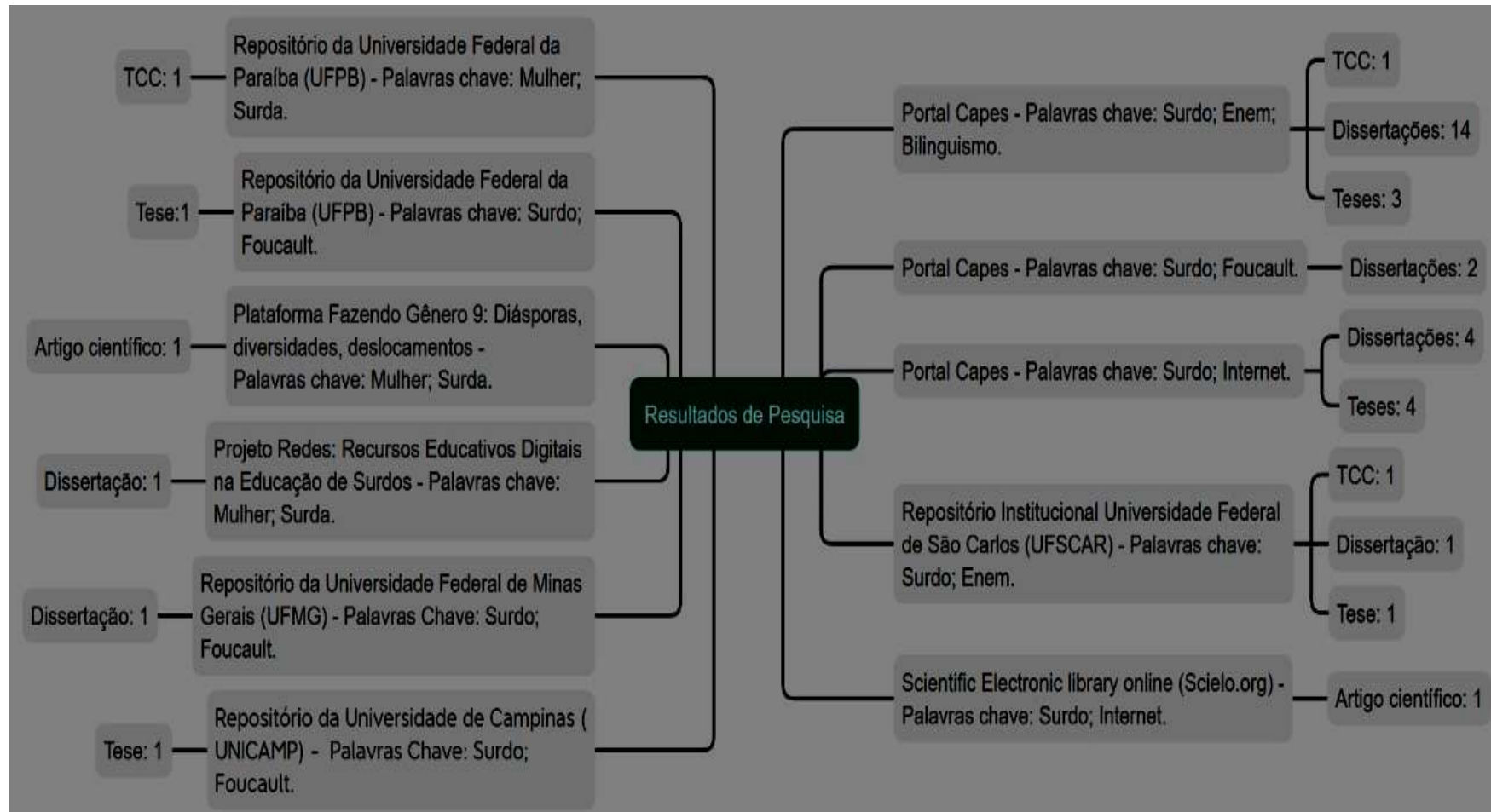
Considerando o pouco número de trabalhos que conversam a surdez e a pessoa surda com a perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos e se debruçam sobre as mulheres surdas, de forma mais específica, a partir da diferença (SKLIAR, 2015), a pesquisa desenvolvida para formar o estado da arte deste trabalho alcançou artigos publicados em anais de eventos e trabalhos de conclusão de curso, relevando diferentes perspectivas e os olhares plurais lançados sobre um objeto semelhante: a pessoa surda. Sob a mesma justificativa, foram acoplados trabalhos e publicações a partir de 1997, seguindo os princípios preestabelecidos de busca.

Assim, os critérios de inclusão foram: a) relacionar as singularidades da pessoa surda e da Libras com o contexto do ENEM; b) considerar o aluno surdo em diálogo com as mídias sociais ou práticas tecnológicas em sala de aula;

c) ter linha teórica em afinidade com os estudos foucaultianos; d) refletir e/ou discutir sobre os desafios e a realidade da pessoa surda em contextos externos ao ambiente escolar; e) publicações que apresentassem reflexões e/ou análises sobre a mulher surda.

Após a leitura de cada arquivo, os documentos foram distribuídos em tabelas separadas por banco de pesquisa, plataforma e evento da publicação. Para a identificação, foram considerados as palavras-chave utilizadas na busca, o tipo do trabalho, o título do trabalho, o nome do autor ou autora, o ano de publicação, a instituição e o critério de inclusão do texto para o estado da arte. Após essa categorização, um breve fichamento com o objetivo geral e os resultados encontrados foi desenvolvido em texto para eventuais consultas. A análise de todo o material coletado foi reduzida e posta no formato a seguir, a título de facilitar a visualização do percurso realizado.

Fluxograma 1 - Busca e coleta de trabalhos em bancos de pesquisa.



Fonte: Arquivo elaborado pela autora em: 28 nov. 2021.

Tabela 1- Teses e dissertações pesquisadas no Repositório Institucional UFSCAR

Palavras-chave	Tipo de trabalho	Título	Autor(a)	Ano	Instituição
Surdo; Enem	TCC	Enem em Libras e a avaliação na educação básica pelo olhar dos surdos.	Sueli Fioramonte Trevisan	2019	Universidade Federal de São Carlos
Surdo; Enem	Dissertação	O que dizem surdos gestores sobre vestibulares em Libras para ingresso em universidades federais	Luiz Renato Martins da Rocha	2015	Universidade Federal de São Carlos
Surdo; Enem	Tese	O Enem como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro	Dileia Aparecida Martins	2017	Universidade Federal de São Carlos

Fonte: Elaborada pela autora em: 28 nov. 2021

A UFSCar, além de demonstrar o compromisso com a comunidade surda a partir da oferta do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras (LIBRAS)/Língua Portuguesa, também oferece apoio às pesquisas de pós-graduação que envolvam o povo surdo. A tabela visibiliza tal suporte e o fomento científico às questões que relacionam surdez, pessoas surdas e educação. Somado a isso, a instituição possui tradição em pesquisas discursivas, sobretudo à luz de Michel Foucault. O que não foi encontrado, como é possível constatar retornando à tabela, é o entrelace entre as pesquisas sobre a comunidade surda e a perspectiva discursiva histórica.

Tabela 2- Teses e dissertações pesquisadas no Portal Capes

Palavras-chave	Tipo de trabalho	Título	Autor(a)	Ano	Instituição
Surdo; Enem; Bilinguismo	Dissertação	Práticas de hipervalorização de diferentes modos de ser surdo no contexto educacional do CAS no estado do Espírito Santo	Eliane Telles de Brum Vieira	2016	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Surdo; Enem Bilinguismo	Dissertação	Desenvolvimento e Educação Bilingue para Surdos: Caminhos e Descaminhos na Busca de Aprendizagem	Soraya D' Angelo Mimessi	2014	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)
Surdo; Enem; Bilinguismo	Dissertação	Alfabetização de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?	Roberto Fonseca	2013	Universidade Católica de Santos (PUC)
Surdo; Enem; Bilinguismo	Dissertação	Surdez e biculturalidade: um estudo sobre o autoconceito a partir das interações surdo-surdo e surdo-ouvinte	Ana Cecilia Ferreira de Amorim	2013	Universidade de Brasília (UNB)
Surdo; Enem; Bilinguismo	Dissertação	Nascidos no silêncio: As relações entre filhos ouvintes e pais surdos na educação	Osmar Roberto Pereira	2012	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)
Surdo; Enem; Bilinguismo	Dissertação	Imagário social e educação do surdo institucionalizado	Adriana Thoma	1997	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)
Surdo; Enem; Bilinguismo	Dissertação	Formação e atuação de professores de língua portuguesa e língua estrangeira na educação de estudantes surdos em escolas públicas municipais de Ladário – Mato Grosso do Sul	Fernanda Camara Cardoso	2018	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Surdo; Enem; Bilinguismo	Dissertação	Práticas de ensino de língua portuguesa escrita como segunda língua para surdos	Wellington Jhonner Divino Barbosa a Silva	2016	Universidade Federal de Goiás (UFG)
Surdo; Enem; Bilinguismo	Dissertação	Desenvolvimento da cultura surda no currículo de escolas bilíngues para surdos: a fala de professores surdos	Ricardo Quiotaka Nakasato	2019	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Surdo; Foucault	Dissertação	A educação normalizante: situações de (a)normalização do sujeito aluno-surdo em classes de aula regulares da rede pública estadual de SP	Isabela Zanoni Morgado	2017	Universidade de São Paulo (USP)
Surdo; Foucault	Dissertação	Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: relações de poder e (re)criações do sujeito	Vanessa Regina de Oliveira Martins	2008	Universidade Federal de Santa Catarina
Surdo; bilinguismo	Tese	O acesso do surdo usuário de Libras à educação escolar	Edneia de Oliveira Alves	2016	Universidade Federal da Paraíba
Surdo; bilinguismo	Tese	Sobre o modo de relação do surdo com a língua portuguesa escrita	Lucimar Bizio	2015	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Surdo; bilinguismo	Tese	A emergência das políticas de educação bilíngue para surdos no Brasil na racionalidade inclusiva	Monica Zavacki de Moraes	2015	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Surdo; bilinguismo	Dissertação	O sujeito surdo entre línguas	Patrícia de Campos Lopes	2014	Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVALE)
Surdo; bilinguismo	Dissertação	Mecanismos de avaliação da aprendizagem de aluno surdo no ensino superior no âmbito da linguística aplicada	Leticia de Sousa Leite	2018	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Surdo; bilinguismo	Dissertação	Narrativas de sujeitos surdos: relatos sinalizados de uma trajetória	Mara Rubia Pinto de Almeida	2017	Universidade Federal de Goiás (UFG)
Surdo; Internet	Dissertação	A Internet e a educação a distância dos surdos no Brasil: uma experiência de integração em um meio excludente estudo sobre a relação do indivíduo surdo com os estudos e a Internet, enfocando aspectos cognitivos, emoção e sentimento	Luiz Carlos Barros de Freitas	2009	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Surdo; Internet	Dissertação	Ambiente Computacional para Auxiliar na Aprendizagem do Surdo	Gilcifran Vieira de Sousa	2010	Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Surdo; Internet	Tese	Ensinar-aprender inglês com uso de tecnologias digitais em contexto de inclusão de surdos: um estudo sob a perspectiva da teoria da atividade.	Ana Paula Pires de Oliveira	2017	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Surdo; Internet	Dissertação	Youtube e Surdez: Análise de Discursos de Surdos no Ambiente Virtual	Priscila Soares Vidal Festa	2012	Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)
Surdos; Internet	Tese	Educação, Multimodalidade Textual e Libras: Descompasso entre Práticas Escolares e Comunicativas Envolvendo Estudantes Surdos	Juliana Maria da Silva Lima	2019	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Surdo; Internet	Dissertação	Análise constrativa do processo de formação identitária do sujeito surdo e do sujeito homoafetivo	Marcelo Ranzula da Silva	2018	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Surdo; Internet	Dissertação	Experiências linguísticas e sexuais não hegemônicas: um estudo das narrativas de surdos homossexuais	Fabício Santos Dias de Abreu	2015	Universidade de Brasília
Surdo; internet	Tese	Acessibilidade da comunidade surda a informações sobre doenças epidêmicas ou prevalentes no Brasil: divulgação online para proteção à saúde e cidadania	Clevia Fernanda Sies Barboza	2019	Fundação Oswaldo Cruz
Surdo; internet	Tese	O cinema como possibilidade de língua outra na educação de surdos	Maria Leopoldina Pereira	2016	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Surdo	Dissertação	Representações sociais sobre a sexualidade: um estudo com discentes surdos	Valeria Maria Azevedo Guimarães	2019	Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFSE)
Surdo	Dissertação	Discursos sobre a surdez do sujeito patológico ao sujeito de cultura: u paradoxo da inclusão?	Tatiane de Lima Silveira	2020	Universidade Federal de São Paulo (UFSP)
Surdo	Tese	Protagonismo surdo: currículo como construção da autoria	Mara Lopes Figueira de Ruzza	2020	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Surdo	Dissertação	A língua brasileira de sinais (LIBRAS) no curso técnico de enfermagem do IFNMG: (re)significando a percepção dos alunos em relação à comunicação com os surdos na atenção à saúde	Helida Cristine Santos Mendes Barroso	2020	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Fonte: Elaborada pela autora em: 28 nov. 2021.²⁴

O Portal Capes, da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, é considerado o portal oficial onde são divulgados os frutos de pesquisa *stricto sensu* realizadas no Brasil e que tem autorização dos autores para publicização, respeitando-se o prazo de que alguns precisam para publicar, com ineditismo, resultados dos estudos em diferentes periódicos ou em livros, antes de liberar acesso ao documento pelo Catálogo de Teses e Dissertações. Assim, a extensa seleção de trabalhos se dá pela possibilidade que o portal oferece de encontro e consumos das pesquisas realizadas em distintos polos acadêmicos.

²⁴ Os quatro últimos trabalhos que constituem a tabela anterior tiveram datas de buscas diferentes, tendo sido coletados entre 24 e 27 de agosto de 2021.

Tabela 3 - Artigo pesquisado na *Scientific Electronic library online* (SciELO.org)

Palavras-chave	Trabalho	Título	Autor(a)	Ano	Instituição
Surdos; tecnologia	Artigo Científico (Caderno Cedes)	Tecnologias Digitais: novo espaço interativo na produção escrita dos surdos	Rossana Delmar de Lima Arco-verde	2006	Universidade Estadual de Campinas

Fonte: Elaborada pela autora em: 28 nov. 2021

O indexador digital de teses, dissertações e artigos possui uma grande e reconhecida importância no meio acadêmico, qual foi a minha surpresa, considerando a sua extensão, ao encontrar apenas um texto com a temática selecionada pelas palavras-chave. A escassez de trabalhos nessa linha mostram o pouco interesse na pesquisa científica sobre a relação existente entre as pessoas surdas e a ordem do digital.

Tabela 4 - Trabalhos e teses pesquisadas no Repositório Universidade Federal da Paraíba.

Palavras-chave	Tipo de trabalho	Título	Autor(a)	Ano	Instituição
Mulher; Surda	TCC	Estudo sobre as trajetórias de empoderamento de mulheres surdas na Universidade Federal da Paraíba-Campus I.	Aretha Maria Dias de Miranda	2019	Universidade Federal da Paraíba
Surdos; Foucault	Tese	A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da inclusão da Revista Sentidos: poder e subjetivação na genealogia do corpo com deficiência.	Maria Eliza Freitas do Nascimento	2013	Universidade Federal da Paraíba

Fonte: Elaborada pela autora em: 28 nov. 2021

Os trabalhos que compõem a tabela 4 possuem como referências bibliográficas obras do filósofo francês Michel Foucault, um ponto válido para a seleção de composição do estado da arte. Cabe ressaltar que a UFPB possui, sob a coordenação da Profa. Dra. Amanda Braga, um grupo de pesquisas tradicional quando se trata de temas discursivos, sobretudo à luz de Foucault. O grupo, denominado Observatório do Discurso, da UFPB, não só impulsiona pesquisas de cunho discursivos

como oferece cursos e materiais para interessados na área, o que auxilia a propagar trabalhos comprometidos com a perspectiva.

Tabela 5 - Artigos pesquisados na Plataforma *Fazendo Gênero* 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos

Palavras-chave	Tipo de trabalho	Título	Autor(a)	Ano	Instituição
Mulher; Surda	Artigo Científico	Mulher surda: Lutas e trajetória	Péterson da Rosa Costa	2010	Universidade Federal de Santa Catarina

Fonte: Elaborada pela autora em: 28 nov. 2021

A pesquisa direta nos arquivos disponibilizados pela plataforma do evento *Fazendo Gênero*, que já contava com a sua nona edição, justifica-se pelo impacto e pela relevância do simpósio nas pesquisas relativas a gênero e à sexualidade. Apesar de o meu trabalho não explorar a discussão sobre gênero, ela atravessa as minhas análises, considerando que centralizei o corpo de uma mulher surda.

Assim, selecionei duas palavras-chave fundamentais – mulher e surda, na expectativa de encontrar algum trabalho anterior ao meu, comprometido com a dupla condição. O artigo de Costa (2010) foi um encontro feliz, sobretudo por ser derivado de uma das instituições de referência dos Estudos Surdos no Brasil. Em 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina implementou na grade curricular o curso de Letras Libras, sendo a pioneira no Brasil a oferecer a formação.

Tabela 6 - Teses e dissertações pesquisadas no Projeto Redes: Recursos Educativos Digitais na Educação de Surdos

Palavras-chave	Tipo de trabalho	Título	Autor(a)	Ano	Instituição
Mulher; Surda	Dissertação	Narrativas Biográficas de Mulheres Surdas e Educação: reconhecer experiências, culturas, identidades e percursos	Sara Filipa Loureiro Silva Moreira de Sousa	2011	Universidade do Porto

Fonte: Elaborada pela autora em: 28 nov. 2021

Ainda no uso das palavras-chave que nortearam a busca por trabalhos que pudessem oferecer uma base para a minha proposta, adentrei a plataforma de teses e dissertações do Projeto Redes. O projeto, que oferta acesso às pesquisas referentes à educação de surdos, apresentou somente um resultado satisfatório para os meus critérios de seleção. O trabalho em questão, de 2011, foi desenvolvido em Portugal, com base em três depoimentos de mulheres surdas. Utilizando grandes referências dos Estudos Surdos, a perspectiva da diferença orienta a pesquisa e permite perceber a expansão da temática em outros territórios.

Tabela 7- Teses e dissertações pesquisadas no Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais.

Palavras-chave	Tipo de trabalho	Título	Autor(a)	Ano	Instituição
Surdo; Foucault	Dissertação	A Escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez	Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro	2008	Universidade Federal de Minas Gerais

Fonte: Elaborada pela autora em: 28 nov. 2021

Com a promoção de eventos relacionados ao filósofo Michel Foucault e de grupos atravessados pelas obras do autor, como é o caso do Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo, coordenado pelo Professor Dr. Ivan Domingues, não foi uma surpresa encontrar pela UFMG um trabalho de forte teor discursivo histórico. A dissertação de Ribeiro (2008) trava, considerando o olhar do surdo sobre si mesmo, uma essencial discussão sobre as discursividades que rodeiam o Ser Surdo e a surdez. Questão essa também pertinente para o meu trabalho, que se volta para as discursividades a respeito da mulher surda.

Tabela 8 - Teses e dissertações pesquisadas no Repositório da Universidade Estadual de Campinas.

Palavras-chave	Tipo de trabalho	Título	Autor(a)	Ano	Instituição
Surdo; Discurso	Tese	O surdo e as posições sujeito ontem e hoje: falta, excesso ou diferença	Juliana Pellegrinelli Barbosa	2009	Universidade Estadual de Campinas

Fonte: Elaborada pela autora em: 28 nov. 2021

A tabela 8 abarca uma pesquisa que compõe o quadro de trabalhos do Departamento de Linguística Aplicada da UNICAMP. A IES é conhecida por ter tradição em pesquisas à luz da AD brasileira, embora seja marcadamente de vertente pecheuxiana, como é o caso da tese de Costa (2009), orientada pela AD materialista.

O fluxograma 1 e as tabelas de 1 a 8, conforme apresentado, comportam o objetivo de ilustrar os pontos de semelhança e os de diferença entre os trabalhos realizados até o presente momento e a pesquisa que desenvolvo, considerando a circunscrição de objetos que se aproximam, sendo esses: o surdo, a surdez e a mulher surda. Quando se trata do ambiente educacional, os trabalhos que exploram a relação do aluno surdo com as práticas pedagógicas, acessíveis ou não, com o contexto de inclusão e os desafios enfrentados pela comunidade surda na luta por diretrizes jurídicas que assegurem direitos educacionais, estão, majoritariamente, inclinados a uma perspectiva objetiva a respeito da pessoa surda e da surdez, formulada, muitas vezes, de maneira documental.

Assim, seguir o meu trabalho à luz dos Estudos Discursivos Foucaultianos compreende uma importante mudança de direcionamento das pesquisas com tais enfoques, pois coloca à mesa uma nova forma de conceber as pessoas surdas, em suas subjetividades, considerando as práticas discursivas também essenciais para a constituição do Ser surda na sociedade. A partir do trajeto traçado, nessa aproximação com diversos estudos, sinalizo alguns que carregam contribuições essenciais para o meu percurso, tanto teórico quanto de análise. Trevisan (2019), por exemplo, em seu trabalho de conclusão do curso, realizou um batimento fundamental entre a prova acessível do ENEM, em Libras, e as opiniões de quatro alunos surdos que realizaram o exame.

Ao pontuar a importância de provas na primeira língua das pessoas surdas, a autora retorna para a educação básica, frisando a necessidade de reconhecimento e aplicação de uma educação bilíngue para uma resposta positiva e significativa da comunidade surda após o ensino médio. A proposta de Trevisan (2019), de cunho descritivo-exploratório, e seus resultados, dialoga com o que pretendo desenvolver na medida que a surdez é vista como uma diferença linguística e política que demanda uma formação singular, especializada desde a base, e não alterações pontuais que reforcem um sistema de exclusão. O estudo marca também o desencontro entre as políticas educacionais para o povo surdo, o levantamento documental sobre a proposta do Enem e o cenário escolar usufruído pela comunidade surda.

Luiz da Rocha, em 2015, investigou, em sua dissertação de mestrado, as percepções dos surdos que prestaram o vestibular em formato vídeo-gravado. Sob o título “O que dizem surdos e gestores sobre vestibulares em Libras para ingresso em universidades federais”, ele desenvolveu um interessante batimento entre o arquivo documental sobre a educação de surdos, a opinião pessoal dos vestibulandos e os posicionamentos dos gestores das avaliações. O autor complementa o debate reflexivo sobre as falhas na educação de base das pessoas surdas e agrega para o meu estudo percepções a mais sobre provas de ingresso ao ensino superior em formato acessível e bilíngue, bem como seus problemas e a importância de se considerar os falantes da Libras e suas experiências em contexto escolar na formulação de documentos a respeito do povo surdo.

Na área da educação especial, a autora Diléia Aparecida Martins Briega (2017) desenvolveu a tese "O ENEM como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro", demarcando os processos presentes na capacitação dos elaboradores da prova, na formulação das questões, no nível de dificuldade de cada uma e também a respeito dos recursos e auxílios solicitados e adquiridos por alunos surdos para prestarem a prova. Com o enfoque no reconhecimento da Libras enquanto L1 da pessoa surda e a língua portuguesa enquanto L2, a autora atravessa recentes discussões para refletir sobre uma prova pouco acessível e, como acrescento no meu trabalho, ouvintista.

Utilizando uma metodologia de cunho etnográfico, contemplando conceitos de Michel Foucault, Eliane Telles de Brum Vieira (2016), em sua dissertação “Práticas de hipervalorização de diferentes modos de ser surdo no contexto educacional do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) no Estado do Espírito Santo”, volta-se para as relações de poder que envolvem o espaço arquitetônico e a constituição do sujeito aluno surdo.

Com um *corpus* formulado para além da ordem documental, a autora se vale da vivência da comunidade escolar e de entrevistas, que permitem problematizar as práticas discursivas dos sujeitos circunscritos no ambiente, bem como a análise do próprio espaço. É no cuidado com a escola como ponto de luta, resistência e troca de experiências e com a subjetividade das pessoas surdas que Brum endossa um debate fervoroso sobre as normalizações surdas e desnaturaliza as cristalizações deterministas sobre ser ou não surdo/a/e e ser ou não um ambiente inclusivo. Com um olhar mais amplo, uma pesquisa pautada em análises de enunciados digitais po-

de expandir as considerações do recorte regional desenvolvido pela autora, englobando mais práticas a nível nacional.

Em 2014, Soraya D'angelo Mimessi, escreveu a dissertação “Desenvolvimento e Educação Bilíngue para Surdos: Caminhos e Descaminhos na Busca de Aprendizagem”. O trabalho objetivou analisar as configurações do ensino e aprendizagem da educação de alunos surdos de uma escola pública recém bilíngue. Com isso, conseguiu sistematizar pontos cruciais para o levantamento de resultados que indicaram as dificuldades para desenvolver um cenário educativo bilíngue sem um trabalho profundo de base. Para além das políticas públicas referentes à educação dos surdos, o texto trouxe uma reflexão essencial que agrega ao tema: a importância do aprendizado da língua de sinais pelas crianças surdas e seus familiares em um desenvolvimento social abrangente.

Continuando essa discussão, compõe o meu estado da arte também a dissertação de Roberto Fonseca (2013), com o título: “Alfabetização de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?”. A pergunta-chave do estudo conversa diretamente com um dos capítulos teóricos que me propus a aprofundar em meu trabalho, tratando a exclusão dentro da inclusão e desnaturalizando a sua estável positividade discursiva. Além disso, o autor mapeia as políticas educacionais até a sua atualidade, acrescentando suas percepções, o que me serve grandemente para agregar outro olhar sobre os momentos jurídicos a respeito da educação de surdos no Brasil.

Em concordância com a perspectiva cultural de surdez, Ana Cecília Ferreira de Amorim (2013) defendeu a sua dissertação na área da psicologia. A pesquisa, intitulada “Surdez e biculturalidade: um estudo sobre o autoconceito a partir das interações surdo-surdo e surdo-ouvinte”, foi desenvolvida à luz do pressuposto teórico da histórico-cultural de Vigotski e dos conceitos da filosofia da linguagem propostos por M. Bakhtin. Apesar das diferenças teóricas e de área com o meu projeto, a psicóloga traz, na análise dos relatos de pessoas surdas, uma interessante discussão da relação surdo-surdo e surdo-ouvinte que vejo como pontos a serem articulados para a compreensão do surdo na sociedade a partir de algumas caracterizações possíveis dos ouvintes sobre os surdos e dos surdos sobre si mesmos dentro desses espaços biculturais, de troca.

Seguindo os Estudos Surdos atuais, como Quadros e Perlin (2007), Quadros (2019) e Skliar (2015), ela abarca a essencialidade de refletir sobre a relação surdo-surdo e surdo-ouvinte na construção das identidades surdas. Principalmente porque,

em uma sociedade ouvintista, a relação ouvinte-ouvinte é natural e cotidiana, no que o ouvinte, ao entrar em contato com o surdo, aparece em vantagem tanto linguisticamente quanto por ocupar majoritariamente e com mais facilidade o espaço educacional. Posto isto, o trabalho de Amorim (2013), seguindo Vigotski e Bakhtin, fornece uma base para discutir, pelo olhar do surdo, a essencialidade do contato surdo-surdo para construir uma base firme a respeito da Libras e da cultura surda. Como a pesquisa possui um recorte muito delimitado, com uma análise de narrativas selecionadas, o meu estudo, imerso no digital, pode ampliar o debate. Como afirma a autora:

[...] os surdos criticaram como os ouvintes supostamente se posicionam em relação a eles. A crítica nesse posicionamento refere-se basicamente ao problema com a língua portuguesa e com a escrita, o que gera restrições de participação social. O que se observa, de uma maneira geral, é que os sujeitos investigados projetam o modo como se veem a partir de suas enunciações sobre os ouvintes (AMORIM, 2013, p. 81).

Assim, as dificuldades em escrever na língua portuguesa, como aborda o trecho citado, ressalta o lugar de segunda língua para alguns surdos e como essa questão atravessa seus posicionamentos a respeito de si mesmos na sociedade. Mais do que referente a habilidades ou experiências visuais, a Libras como primeira língua é um elemento identitário.

Já a pesquisa de Pereira (2012), “Nascidos no silêncio: As relações entre filhos ouvintes e pais surdos na educação”, abarca um debate interessante sobre a relação de filhos ouvintes e pais surdos, mas segue o eixo de trabalhos direcionados para o espaço educacional.

Diante disso, pensar nas relações entre poder e saber e na construção dos conhecimentos seguidos como legítimos pode intensificar o debate e fornecer algumas respostas e reflexões que desestabilizem a ideia de verdade que envolve a surdez. Em “Imaginário social e educação do surdo institucionalizado”, Thoma (1997) propõe uma interessante discussão sobre as formas como os espaços constroem imaginários sobre o sujeito. Ao concluir que o jovem surdo está, pela ótica social, ligado à improdutividade, Thoma faz uma denúncia.

Em 1998, adepta dos Estudos Surdos, a autora engloba na continuidade de sua proposta o papel da mídia na construção do imaginário social da pessoa surda. A pesquisa circunda a mídia tradicional, televisiva, um pontapé importante para, hoje, pensar outros espaços midiáticos que também reforçam estereótipos, em uma proposta mais atual que se oriente pelas novas mídias sociais. Mesmo com a distân-

cia do estudo de Thoma, julguei pertinente acoplá-lo ao estado da arte por ter sido uma leitura fundamental para o meu trabalho, por marcar o início das reflexões entre sujeitos surdos e espaços midiáticos.

Com um recorte regional, Fernanda Camara Cardoso (2018) formulou a pesquisa “Formação e atuação de professores de língua portuguesa e língua estrangeira na educação de estudantes surdos em escolas públicas municipais de Ladário – Mato Grosso do Sul”. Na relação entre formação e prática pedagógica com alunos surdos no MS, Cardoso (2018), em trabalho atualizado, analisa a prática do ensino bilíngue na educação de base. A pesquisa não se expande até o ensino superior e nem ao ambiente social, funcionando como uma base para discutir a exclusão e a inclusão do sujeito surdo no ensino regular, mas sem se aprofundar no impacto disso ou na falta disso em outras áreas.

No ano de 2016, Wellington Jhonner Divino Barbosa da Silva propôs o trabalho “Práticas de ensino de língua portuguesa escrita como segunda língua para surdos”. A preocupação principal rondou as metodologias e as formas de aprendizagem que contribuem para a aquisição da língua portuguesa, enquanto L2, pelos alunos surdos. De forma mais pragmática, evidencia a importância de, ao tratar da educação ou da pessoa surda, situar a Libras como L1 para que a experiência seja satisfatória. Como pontua o autor:

Para que tais aprendizagens ocorram, algumas pesquisas evidenciam que o processo de desenvolvimento da L1 deve ser realizado no contato com surdos adultos usuários da língua e participantes ativos do processo educacional de seus pares e que o ensino-aprendizagem da L2 deve ser realizado como língua estrangeira (SILVA, 2016, p. 36).

Por outro lado, com o enfoque nos elementos culturais do povo surdo dentro da sala de aula, Ricardo Quiotaka Nakasato (2019) desenvolveu a dissertação “Desenvolvimento da cultura surda no currículo de escolas bilíngues para surdos: a fala de professores surdos”. O estudo permite analisar, pelo olhar do Surdo, a presença e o impacto da cultura surda no currículo escolar, bem como fazer uma reflexão crítica sobre a importância do professor Surdo e da relação surdo-surdo. Entretanto, aponta para a mesma necessidade de ampliação de outros trabalhos do Estado da arte, ao produzir um recorte dentro do espaço educacional e em um determinado estado, utilizando narrativas colhidas para tal.

Em “A educação normalizante: situações de (a)normalização do sujeito aluno-surdo em classes de aula regulares da rede pública estadual de SP”, Isabela Zanoni

Morgado (2017), por sua vez, faz um levantamento bibliográfico composto por obras de Michel Foucault, em diálogo com os estudos Surdos. Por assumir um caráter regional, uma proposta pelo viés discursivo que consiga discutir materialidades em plataformas nacionais pode complementar a discussão ao analisar o impacto da educação normalizante na caracterização da pessoa surda, estendendo, inclusive, para os discursos direcionados ao corpo feminino surdo. Assim, a leitura na íntegra do trabalho de Morgado foi fundamental para vários momentos do meu estudo. Principalmente, por considerar a necessidade de um ensino que compreenda o corpo surdo para além da deficiência e da passividade.

Buscando trabalhos que apresentassem afinidade com a perspectiva teórica do meu estudo, realizei a leitura da dissertação da autora Vanessa Regina de Oliveira Martins (2008), intitulada “Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: relações de poder e (re)criações do sujeito”. Trazendo uma abordagem extensa sobre o papel do intérprete no cotidiano escolar do aluno surdo, a autora escolhe esse espaço para a pesquisa por ser um lugar de relação social fundamental. No que sintoniza com a perspectiva foucaultiana da análise do discurso, a autora focaliza as resistências e as recriações dos sujeitos surdos, intérpretes e professores nas relações de força que ocorrem nesse espaço social. Enfoque essencial para repensar as pessoas surdas além dos poderes sociais e dos saberes institucionalizados.

Em 2016, Ayla Lizandra Campos de Vasconcellos defendeu a sua dissertação intitulada "As relações de ensino de língua portuguesa para surdos: discurso e identidades". A pesquisa considerou como material de análise relatos de professores surdos, focando na discursivização do surdo sobre si. Como linha teórica metodológica, Vasconcellos se valeu da Análise do discurso de linha francesa, dialogando com autores como Eni Orlandi, Maria do Rosário Gregolin e Michel Foucault. Ao aproximar tal perspectiva dos trabalhos de Carlos Skliar e Ronice Quadros, ambos imersos nos Estudos Surdos, Vasconcellos aprofunda relações essenciais para a minha proposta como, por exemplo, a construção do sujeito surdo nos discursos institucionais, a relação da pessoa surda com dizeres homogeneizantes e a sua subjetividade.

Assim, ao conceber no bojo da discussão os efeitos do contexto histórico-social na discursivização de si de pessoas surdas, a autora, pelo método arqueogenalógico, permite observar o funcionamento de discursos que atravessam a com-

preensão sobre as pessoas surdas. Ao destacar a problemática do monolinguismo e as influências da sociedade ouvintista na discursivização de si dos sujeitos surdos, Vasconcellos expande a discussão para a forma como as pessoas surdas podem falar de si e se comportarem a partir de determinados já ditos que compõem discursos limitantes e segregadores. Dessa forma, a pessoa surda é contemplada como sujeito, na medida em que é construída pelo poder. O indivíduo, como discute Foucault (2008), pode ser compreendido como produto do poder.

Gilcifran Vieira de Sousa, em 2010, defendeu a dissertação “Ambiente Computacional para Auxiliar na Aprendizagem do Surdo”, na qual relacionou o meio digital com o olhar da pessoa surda. Destaco a originalidade do trabalho ao focalizar a informática na inclusão digital dos surdos. Nas palavras de Sousa (2010, p. 33):

[...] a Internet tem se mostrado um local de profunda equidade entre todos os seus membros. Através desse recurso, ele pode interagir com a informação de forma adequada para sua diferença. Para isto, não se precisa ir muito longe. Basta começar a navegar e a participar dos batepapos virtuais, que se perceberá a multiplicidade e a diversidade de pessoas e informações que se pode encontrar na rede, sem, no entanto, haver qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

A percepção do autor, que segue a linha dos Estudos Surdos (2015) para entender a surdez enquanto diferença política, serve de aparato para atualizar as discussões sobre inclusão social do povo surdo, considerando a rede digital como meio de interação, participação e ocupação de espaços.

Em 2015, Péterson Rosa da Costa publicou como livro a sua dissertação sob o título "Surda mulher ser eu: a construção das identidades do sujeito surdo feminino". No trabalho, as lutas e os direitos das pessoas surdas, do povo surdo brasileiro, aparecem em uma longa discussão que contempla as barreiras ouvintistas postas para a comunidade e a sua língua. O autor, a partir da análise de relatos de mulheres surdas, considera as tentativas de normalização do feminino e os reflexos de práticas relativas à tal na identidade da mulher surda. Dessa forma, as duas condições de Natália que discuto na minha pesquisa, Ser Surda e ser mulher, são trabalhadas por Costa (2015), no que me valho dos relatos analisados pelo autor para refletir acerca da heterogeneidade presente na comunidade surda, sobretudo em relação às mulheres surdas.

Como a falta de implementação e respeito dos direitos dos surdos influencia na realidade da mulher surda é, por exemplo, um dos pontos discutidos por Costa (2015). Considero, portanto, a baixa entrada de surdos no ensino superior por uma

realidade de poucos intérpretes e conteúdos adaptados no ensino regular. Este cenário explica a escolha de Natália por um curso de vocabulário mais simples, no que o abandono do curso dos sonhos pela dificuldade do ENEM, foi inevitável.

Antes da publicação da dissertação em livro, em 2010, Petérson Costa publicou seu artigo “Mulher surda: Lutas e trajetória” nos anais do evento Fazendo Gênero, fomentado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Costa (2010) não exclui de seu texto a questão da educação da comunidade surda, do ensino aos surdos como uma luta e as conquistas de direitos para uma educação de qualidade. Entretanto, vai além e, ultrapassando as linhas estabilizadas sobre surdez, estabelece um recorte de gênero, voltando-se para a mulher surda e as singularidades dessa dupla (re)existência. No bojo de uma discussão em caráter literário e ensaístico, epistêmica e com rigor teórico, o trabalho pautado na obra “O despertar das mulheres surdas no Brasil”, de Vilhalva (2004), expande as discussões acerca dos preconceitos e das limitações direcionados ao corpo da mulher surda.

Em 2012, Priscila Soares Vidal Festa defendeu a dissertação “Youtube e surdez: análise de discursos de surdos no ambiente virtual”. A autora, voltando-se para a plataforma *Youtube*, presente no meio digital com grande circulação e recepção, enquanto terreno fértil para a valorização do Ser Surdo. Com o objetivo de analisar discursos produzidos por pessoas surdas na rede social, alcançando o impacto das novas tecnologias na vida de surdos, a autora desencadeou em um espaço instável e pouco escavado quando se trata da comunidade surda, formas de conhecer a heterogeneidade desse povo por meio das suas próprias discursivizações a respeito da surdez.

Apesar deste enfoque específico e diferente do meu objetivo, Festa (2012) proporciona reflexões a respeito do que considero na minha pesquisa, na esteira de Foucault (2008), como saberes locais, não legitimados por ordens discursivas institucionalizantes, o que explica a baixa aderência social às formas de vidas surdas e os discursos normalizantes que intentam transformar pessoas surdas em ouvintes adaptados.

Juliana Maria da Silva Lima, com o trabalho de doutorado “Educação, multimodalidade textual e LIBRAS: descompassos entre práticas escolares e comunicativas envolvendo estudantes surdos”, pela Universidade Federal da Grande Dourados, apresentou as possibilidades no contexto educacional do uso de aplicativos de mensagens como *Whatsapp*, *Facebook* e *Facebook Messenger*. A pesquisa apro-

funda o debate sobre o uso das novas tecnologias pelas pessoas surdas e as possibilidades que o manejo destas formas de comunicação apresenta para a ocupação de espaços desse grupo social. Para Lima (2019, p. 124):

[...] pensar em práticas comunicativas que viabilizem o uso de Aplicativos de Mensagens Instantâneas em Smartphone (AMIS) por estudantes surdos, pode propiciar formas/elementos/práticas para repensar o ensino de línguas em escolas comuns, como estratégia de inclusão de estudantes surdos em convívio com estudantes ouvintes, desde que não se privem iniciativas que incorporem práticas comunicativas de surdos e seus pares através de dispositivos tecnológicos e interativos.

Na junção entre as discussões sobre os aplicativos digitais e a comunicação cotidiana de pessoas surdas, a necessidade de atualização das práticas educacionais é o foco da tese. Como em outros trabalhos, o elo instituído entre a comunidade surda e a educação é resistente, ao mesmo tempo em que se sobressai a possibilidade de pensar as pessoas surdas em contextos diferentes, como a autora faz ao conceber as práticas nos aplicativos de mensagens.

No que tange à minha preocupação na presente pesquisa, a leitura da tese de Lima compreende de forma atual, datando de 2019, como se dão as relações das pessoas surdas no meio educacional não por uma incapacidade inerente, mas pela diferença de compreensão de mundo, língua e sintonia aguçada com as composições visuais, diferente de toda a constituição social ouvinte. As atualizações apresentadas pela autora como caminhos importantes e pródigos para o aumento da qualidade da educação de surdos, surgem como mecanismos possíveis para a viabilização de mais mulheres surdas no ensino superior.

Em diálogo com “A História da Sexualidade I: a vontade de saber” (FOUCAULT, 1988), o trabalho de Fabrício de Abreu (2015), desenvolve questões que reforçam a necessidade de ampliação das investigações sobre a interface das políticas públicas de assistência e educação ofertadas pelo Estado para além da educação, com enfoque no Ser Surdo e em suas demandas sociais diversas. Na defesa da dissertação “Experiências linguísticas e sexuais não hegemônicas: um estudo das narrativas de surdos homossexuais”, o autor deixa portas abertas para a complementaridade a respeito da heterogeneidade da comunidade surda e da sexualidade da mulher surda, ponto que perpasso brevemente na minha pesquisa.

Alocando a mulher surda como um dos eixos investigativos do trabalho, sob o prisma das pesquisas realizadas por Costa (2010) e Moreira (2015), o autor caminha por propostas e conversas que me auxiliam a pensar sobre a surdez e o Ser Surda.

Segundo Abreu (2015, p. 75), “[...] a condição de deficiência, em consonância com outro marcador social marginalizante, constitui dramaticamente a subjetividade desses sujeitos”. A afirmação é um dos feixes de luz que iluminam meu percurso, pois considero os mecanismos de poder e saber que transpassam os enunciados que constroem discursivamente Natália, orientados pelos ditos sobre a mulher e a surdez.

Com um recorte mais específico nos estudos sobre identidade e sexualidade, Marcelo Ranzula da Silva apresentou em 2018 a sua dissertação intitulada “Análise contrastiva do processo de formação identitária do sujeito surdo e do sujeito homoa-fetivo”. A presença da violência privada familiar, do âmbito educacional e do preconceito na discursivização sobre a pessoa surda aparecem no trabalho como processos que também perpassam a compreensão de si, as escolhas e as formas de se movimentarem em sociedade as pessoas surdas.

Ao trazer a relação, em proximidade, com sujeitos surdos e sujeitos homossexuais, o autor percorre caminhos que, apesar das diferenças teóricas, servem-me para discutir questões referentes à Natália enquanto sujeito que demanda debater sobre o Ser mulher e o Ser Surda. Ao relatar uma conversa que teve dentro da instituição religiosa na qual trabalhava como intérprete, Silva (2018, p. 45) apresenta uma prática de violência comum diante da existência da surdez, do contato com o povo surdo:

O senhor: Irmão Marcelo, sinto em dizer mas não vai dar certo esse “negócio”! Eu: Mas que negócio? O senhor: Esse negócio de trabalhar com pessoas surdas em nossa igreja! Eu: Mas por que não? O senhor: Simples, porque Jesus não mexia com isso! Jesus não lidava com pessoas surdas-mudas desse jeito. Jesus as amava demais pra isso. Ele simplesmente dizia: “Pafiti e pufiti” e as pessoas surdas-mudas eram curadas, logo saiam pulando de alegria.

Diante do exposto, noto que existir enquanto Ser Surdo, com a Língua Brasileira de Sinais, com as expressões faciais e o desejo pela socialização, pelo partilhar tanto com a comunidade surda quanto com a comunidade ouvinte, incomodou ao líder religioso. Ocupar, assim, o espaço puro e sagrado com o corpo desnormalizado, em práticas firmes e *inconvenientes ao poder* (FOUCAULT, 2020b) ouvintista, resume-se em “negócio”, “isso”, coisa sem valor e sem caráter divino.

Ao trazer Foucault (2014) para pensar na palavra como constituinte de práticas sociais, o autor estabelece uma ponte entre as discursividades a respeito da pessoa surda e as tentativas de normalização do corpo, bem como o não aceite de

corpos desnormalizados na ordem religiosa, salvo quando estes ali se propagam para buscar a “cura” e serem educados pelos ensinamento bíblicos.

Descrevendo outro relato, Silva (2018) expõe o posicionamento de um membro da igreja local em que o autor ministrou uma palestra sobre a sua convivência com pessoas surdas. Um dos jovens presentes se retirou do auditório com expressiva insatisfação pois, “[...] acreditava que Deus queria curar as pessoas surdas ou com qualquer outra diversidade que não se enquadrava com os demais membros da igreja”. Nesse sentido, Silva coloca em seu trabalho uma discussão pouco difundida, que é o preconceito, no âmbito familiar e no religioso²⁵, diante do que entendem enquanto deficiência.

Novamente, não há lugar, pela ótica de alguns, para o corpo composto por desvios físicos, o corpo imperfeito. O que atravessa de ponta a ponta tais posicionamentos é um forte discurso religioso que sujeita o indivíduo à marcação da falta do/no corpo surdo e ressoa, há séculos, nos discursos sociais, jurídicos, médicos, pedagógicos. Ao passo que também se constrói por influência desses. Assim, a normalização do corpo, discutida por Foucault (2020b), liga-se, nesta condição, ao processo de doutrinação dos sujeitos, quando estes não correspondem às expectativas, dentro do ambiente cristão.

A presença doutrinária, nas palavras de Foucault (2014, p. 40):

Questiona o sujeito que fala através e a partir do enunciado, como provam os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que fala formula um ou vários enunciados inassimiláveis; a heresia e a ortodoxia não derivam de um exagero fanático dos mecanismos doutrinários, elas lhe pertencem fundamentalmente.

No tocante ao Ser Surdo, a exclusão e a rejeição se dão por ele não se assimilar corpo, língua e comportamento com os preceitos da doutrina. Como discute Valério (2004, p. 233), a doutrina “[...] vai usar outros enunciados internos para reforçar essa lógica identitária que lhe permita forjar sua coesão”. Justifico essa extensão no trabalho de Silva (2018) e o entrelaçamento com outros textos porque pensar o corpo surdo, o corpo da mulher surda, determina a necessidade de compreender

²⁵ Sobre esse assunto, ressalto que os notórios e frutíferos trabalhos do meio cristão com a comunidade surda, o vínculo estrito e muito divulgado entre povo surdo e instituições religiosas, decorrem de uma parceria secular, na qual a educação cristã, como mencionei acima, é o objetivo e o pilar sustentador. De toda forma, independente das razões que reforçam este laço, muitas pessoas surdas se sentem à vontade nas igrejas, partilham experiências, criam elos e formam grupos com seus semelhantes, sejam esses surdos ou ouvintes. A discussão que proponho aqui, em afinidade com Silva (2018) e Foucault (2020b), entretanto, contempla outras esferas da relação, aludindo aos processos de normalização e disciplinarização do corpo surdo pela instância religiosa.

processos pelos quais esses corpos foram subjugados e excluídos, principalmente quando a ordem em questão ainda orienta práticas sociais de normalização do corpo.

Os efeitos da violência do discurso religioso se dão também nos enunciados sobre Natália, não somente quando o seu corpo é mal visto e mal recebido pelos sujeitos que não entendem a surdez em totalidade e suas formas de relação com o mundo, mas também quando a solidariedade se dá pelo coitadismo, pela pena da pessoa com surdez que, por infelicidade, não pode ser salva de sua condição. Portanto, o oralismo, a despreocupação ou a ignorância diante da Língua Brasileira de Sinais são reflexos de práticas discursivas consistentes de outras ordens.

Em 2011, Sara Filipa Loureiro Silva Moreira de Sousa defendeu a sua dissertação sob o título “Narrativas Biográficas de Mulheres Surdas e Educação: reconhecer experiências, culturas, identidades e percursos”. Em uma problematização cultural e identitária sobre as experiências de três mulheres surdas brasileiras, o trabalho produz uma análise de narrativas. É possível intensificar a problematização buscando olhar para como a sociedade construiu barreiras na ordem do saber para as publicações vindas de mulheres surdas, seus textos e suas vivências, o que auxiliou no apagamento da mulher surda e de suas singularidades dentro do próprio povo surdo. Segundo Sousa (2011, p. 169):

Na situação das pessoas surdas e, em especial das mulheres surdas, o que ocorre é que a luta das pessoas surdas para conseguirem atingir os seus intentos é realizada apenas por algumas/ns surdas/os, bem como o usufruto desses mesmos direitos alcançados só é aproveitado por algumas/uns surdas/os. Estas batalhas são levadas a cabo com o intuito de valorização das mulheres surdas enquanto mulheres e enquanto surdas.

Assim, o trabalho de Sousa (2011) explicita o pouco alcance das lutas feministas pelos direitos das mulheres, por estas não chegarem a todas as mulheres, o que é o caso das mulheres surdas, ainda isoladas de muitas pautas. Contemplar a mulher surda e referenciar escritoras e pesquisadoras surdas que fomentam tal debate como forma de enriquecer o acervo das pesquisas na área da surdez, como faz também Costa (2010) e Sousa (2011), conversa com um dos meus objetivos durante e após a finalização da minha dissertação.

Como o tema do meu trabalho ainda trata de um assunto embrionário dentro das discussões sobre as pessoas surdas, principalmente se em proximidade com os Estudos Discursivos Foucaultianos, na formulação do estado da arte, foi preciso

abarcam também trabalhos de conclusão de curso. Desse modo, realizei a leitura do trabalho intitulado “Estudo sobre as trajetórias de empoderamento de mulheres surdas na Universidade Federal da Paraíba – Campus I”, de Aretha Maria Dias de Miranda. A professora apresentou, no curso de pedagogia, em 2019, a pesquisa que encontra duas discussões fundamentais para mim: o percurso de mulheres surdas no ensino superior e o papel da família e das relações sociais nesse trajeto.

A minha pesquisa, atenta também à condição histórica, política e social das discursividades que compreendem a mulher surda, dentro e fora do espaço educacional, compreende um amadurecimento da discussão proposta por Miranda (2019). O aproveitamento ocorre em um debate que aproxima comunidade ouvinte e comunidade surda nas relações de poder que envolvem o sexo feminino no social, para além do espaço de ensino.

Após delineado o Estado da arte que garantiu os primeiros passos na redefinição do objeto da pesquisa, passo ao capítulo 1 do trabalho, com a discussão em torno da violência sobre o corpo da mulher surda.

1 DA ORDEM DAS VIOLÊNCIAS SOBRE O CORPO DA MULHER SURDA

1.1 Considerações preliminares

Dividido em quatro seções, percorro, neste primeiro capítulo, um trajeto histórico, crítico e reflexivo sobre como a violência perante o corpo surdo não teve início recentemente. Na verdade, mais do que secular, ela é presente nas decisões jurídicas que imperam na educação e no âmbito privado, atravessando os *discursos ordinários*.

Assim, o objetivo desta parte do trabalho é pontuar, pelo viés discursivo foucaultiano, a presença de decisões e movimentos de distintas ordens na violência, na exploração, no abuso, no silenciamento e na inferiorização sobre o corpo da mulher surda, principalmente das ordens que versam sobre um corpo anormal. Para tanto, é preciso abordar partes da historicidade do povo surdo, decisão tomada sob a justificativa de compreender Natália, mulher surda, como agente ativo da comunidade surda, sujeito de culturas surdas.

Na seção “1.2 A violência na/da ordem institucional: normalização do corpo surdo”, discuto as transformações e influências na caracterização do Ser Surdo conforme as alterações políticas na educação de surdos (QUADROS, 2010). Para tal, sistematizo, brevemente, as práticas sociais legitimadas, também responsáveis, como traz Foucault (1973), por formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento, “[...] fundado e refundado pela história”. (FOUCAULT, 1973, p. 10). Destaco, ainda, o processo gradativo da percepção acerca dos corpos surdos, aprofundando no impacto da construção do conhecimento com Foucault (1973; 2008; 2020a;) e debatendo a formação do olhar que permitiu instituir *dispositivos de verdade* capazes de endossar a imagem do doente, do incapaz.

Posto isso, destinei a seção à expansão de discussões que, muitas vezes, não são destacadas nas interlocuções entre indivíduos e nem questionadas pelo impacto nas relações sociais, sejam essas virtuais ou não. A noção de político perpassa os movimentos do presente capítulo, que se fundamenta na compreensão de que ele é constitutivo da linguagem, não se reduzindo à instância das grandes estruturas.

O poder exercido não somente pela força, mas também pela manutenção de conhecimentos postos como legítimos, que se sobrepõem aos saberes denominados de subjulgados e locais por Foucault (2008), acompanham as formas jurídicas que

perpetuam o apagamento de culturas surdas. Tomando o poder em caráter circular e que, como traz Foucault (2008, p. 183), “[...] só funciona em cadeia”, logo, exercendo-se em rede, entendo que a relação entre direito e poder é fundamental para continuar o debate sobre as caracterizações da mulher surda no *corpus* do trabalho.

Na minha abordagem das vidas surdas, com Skliar (2015), Lulkin (2015) e Ribeiro (2008), vigora a necessidade de percorrer os fundamentos clínicos detalhados e questionados por Foucault (2010; 2020b), além da posição dos saberes formados nesse núcleo. Problematizo, então, a normalidade almejada para o corpo surdo em práticas de utilidade e disciplinarização (FOUCAULT, 2020b), mobilizando os conceitos pertinentes para que se possa entender a violência em suas formas mais efetivas para com o corpo da mulher surda.

É difícil ignorar e escapar dessa questão quando se trata do povo surdo porque a história da comunidade foi muito marcada por violações físicas, por punições na carne que objetivavam a normalização. Reitero que as camadas da violência exercida sobre esse corpo, em um sistema que preza pelo controle (LUNARDI-LAZZARIN; MORGENSTERN, 2010) e pela *disciplina* (FOUCAULT, 2020b), são maquiadas por discursos atuais de sociabilização, educação e inclusão feitos para uma cultura ouvinte. Em “1.2.1 Mulher surda e o duplo silenciamento do corpo”, sigo questionando o entendimento sobre o que se determina ato violento, imposição e exclusão em relação à pessoa surda.

A violência que parte de determinados sujeitos sequer é vista assim, sendo confundida com educação, correção e até amor ou preocupação, como discorre Saffioti (2011). A família ocupa um posto essencial para pensarmos no desenvolvimento das crianças surdas, das mulheres surdas e das privações sofridas em distintos níveis por cada uma dessas existências em suas singularidades. O que se revela enquanto silêncio para tais vidas, após o contato ou na pesquisa compromissada por entender como se dá a experiência visual, é uma diferença de local no corpo.

Quando as informações são negadas e as normas sociais executam um papel excludente das diferenças, o corpo surdo recebe a violência de um duplo silenciamento: o silenciamento do visual e do sensorial pela retirada de suas identidades surdas (PERLIN 2015), pela negação do Ser Surdo, e o silenciamento ocasionado pela exclusão. Olhar para como ocorrem tanto a imposição desse silêncio, quanto a sua manutenção, é um dos compromissos fixados neste capítulo.

Na imersão das leituras que questionam a estabilidade de uma ideia de surdez, o inventado e o instituído, é que interpelo as dicotomias presentes na sociedade. Resgatando, então, as nuances capilares do poder (FOUCAULT, 2008) e relevando a sua formação pelo exercício, realizo um recorte de gênero ao olhar enunciados virtuais que, na análise, permitem levantar questões da ordem da violência sobre o corpo surdo. A relação entre os direitos das mulheres, os quais funcionam pela ilusão de um agenciamento coletivo, e os direitos das mulheres surdas, como será discutido, desencontram-se com frequência.

Em “1.3 O poder sobre-entre os corpos: eu, mulher ouvinte; elas surdas”, direciono a atenção das análises e as interpretações desenvolvidas para a realidade destas em uma sociedade organizada de forma patriarcal (SAFFIOTI, 2011) e *ouvintista*, percorrendo o *corpus* com um olhar discursivo e político. A fim de entender a construção e os efeitos de exposição do corpo na(s) tela(s), percebendo a sua distinta configuração e os possíveis efeitos de sentido que emergem da violência discursivizada e/ou sofrida neste espaço, dialogo em conjunto a noção de *corporeidade*, na visada com que é abordada por Santos (2014).

Ao me movimentar entre tais leituras, sobretudo em uma relação íntima com os Estudos Surdos, envolvo perspectivas feministas ouvintes e surdas para que, na condição de mulher ouvinte, a minha escrita se constitua no entrelaçamento entre o eu ouvinte e o elas, surdas. A violência, a exclusão, as limitações e os sofrimentos são analisados, criticados e expostos nas páginas de trabalhos fundamentais, como os de Perlin e Vilhalva (2016) ou Klein e Formozo (2007).

1.2 A violência na/da ordem institucional: normalização do corpo surdo

Dando sequência à discussão acerca da relevância da língua de sinais no fomento de culturas surdas, de identidades surdas, discuto o apagamento desses elementos por um modelo ouvintista de pensar os corpos. Aqui, estendo-me aos formatos punitivos e excludentes de uma violência atual que teve seu início há séculos, nas tentativas de normalização do corpo surdo e respinga nos espaços democráticos e sociais, “para todos”, embora sejam feitos por e para ouvintes. A prática disciplinar que conduz o indivíduo à normalização busca:

Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como

média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida “valorizadora”, a coação de uma conformidade a realizar (FOUCAULT, 2020b, p. 179).

Com isso, cabe aqui não elidir as estruturas e microestruturas sociais, construídas sob a égide do ouvintismo, seus efeitos punitivos e de controle, seus teores de uma violência que não se vê, mas se materializa muito e em facetas rastreáveis. O sujeito surdo, objetivado, é resultado, assim, de uma comparação constante com o corpo ouvinte, compreendido por um saber que legitima sua normalidade - o que resulta em uma utilidade adequada para o social.

Os espaços institucionais formados e orientados pela política e por uma ideia de ciência, que vigora em consonância aos discursos clínico e jurídico, sistematizam a majoritária compreensão sobre as vidas surdas. O compilado de documentos autenticados que, juntos, formam uma das percepções sobre a surdez, não por acaso, a mais tomada enquanto verdade recebe sua legitimidade pelas mãos médicas. Como aborda Hoffmeister (1999, p. 114), tais profissionais: “[...] apresentam e apoiam uma visão patológica do que significa ser surdo [...] tendem a ser a única fonte de informações para os pais nos estágios iniciais”. Assim, questiono o controle do julgamento sobre os caminhos possíveis para a vida surda enquanto grande responsável pela violência emergente da visão unilateral da surdez.

Segundo Skliar (2015, p.10), o modelo clínico pode ser entendido como “[...] o disciplinamento do comportamento e do corpo para produzir surdos aceitáveis para a sociedade dos ouvintes”. Ele é um dos discursos que vigoram nas práticas disciplinares de normalização. Para propor uma relação entre o modelo clínico de compreensão da surdez e o disciplinamento do corpo nos enunciados, volto à noção foucaultiana de *disciplina*, entendendo-a como: “[...] um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação” (FOUCAULT, 2020b, p. 209). No contexto das comunidades gestovisuais, ocorre a punição dos corpos surdos, do desvio, pela *normalização*.

E o ato punitivo se faz pela leitura de certa impossibilidade desses corpos no alcance de um padrão. Quando um dos sentidos inexistente ou a submissão e a confissão não são exercidas de acordo com o esperado, o corpo falha, e o surdo figura como corpo insuficiente para alcançar esse padrão. A escola, como problematiza

Lopes (2004), frisa pelo desenvolvimento de surdos presentes o suficiente para não fugirem do controle, da vigilância, para corpos dóceis e menos capazes que os ouvintes. De acordo com a autora,

Sempre diferente dos outros e de si mesmas, nessa lógica ouvintista e normalizadora, as pessoas surdas deviam, para poder estar incluídas, aprender a falar, pois estariam mais próximas de um lugar de normalidade tido e inventado como sendo o referente (LOPES, 2004, p. 41).

Mais perto de confessarem seus erros e acatarem ordens, entretanto não o bastante para situarem suas vidas na diferença de um povo lutando por seus aspectos culturais e questionando as normas vigentes, as pessoas surdas preenchem o espaço como manda a lei, apesar de não viverem uma realidade de ensino que as priorize. Segundo compreende Foucault (2020b, p. 175), as disciplinas “[...] estabelecem uma ‘infrapenalidade’; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença”.

Com o poder das palavras e seus sentidos, a *disciplina* e o controle agem na nomenclatura desses corpos, no direcionamento de uma especialidade para com eles que, como disse, não vigora o suficiente para a liberdade, mas existe para o distanciamento, para o apontamento de que algo não vai como o esperado, como deveria ser.

O percurso por tais questões, apesar do aparente distanciamento com o tema vigente no meu trabalho, justifica-se pelos séculos de dominação e exclusão do povo surdo através de uma lógica que deslegitimou a língua de sinais, minando as chances de progresso cultural de um povo que ainda luta para ocupar espaços ditos democráticos. É esse o caso de Natália ao protagonizar a reportagem de 2014, na qual efetiva sua denúncia²⁶ sobre a inacessibilidade de um Exame que discursa compactuar com a democracia acerca de quem pode realizá-lo.

O desempenho individual de cada sujeito passa a ser visto como sendo de mérito próprio devido ao seu esforço particular em buscar outras posições sociais, não mais se contentando com aquelas de deficiência – embora esse deslocamento nem sempre seja feito pela sociedade, pois geralmente as representações de esforçado e de deficiente se sobrepõem à de capaz e eficiente (LOPES, 2004, p. 42).

²⁶ A carta de Natália encontra-se como Fig. 1, na página 103.

Quando o sujeito surdo alcança o sucesso no meio educacional, profissional e/ou social, ele está próximo da normalidade, do desempenho do que se designa por corpo padrão, mais próximo do ouvinte. Se não alcança esse sucesso e crava no seu percurso um fracasso ou até a desistência de um objetivo, de uma meta ou de um sonho, devido à impossibilidade de adentrar o espaço por conta do não cumprimento das necessidades advindas da surdez, ele é logo taxado de incapaz. O efeito do fracasso implanta no sujeito um olhar social de que ele não fez por merecer e, logo, a não conquista vira o sinônimo de incapacidade e inutilidade. A fuga de caracterizações similares é uma possibilidade no horizonte não muito distante da aceitação de outra opção, não a primeira ou mais desejada, mas a que resta para o corpo tido como anormal.

Pautando-me nas duas questões mencionadas, que se diferem em contextos, porém não deixam de estar muito presentes nas denúncias e nos Estudos Surdos, ressalto o esforço das instituições e das normas para que o fracasso ocorra. E isso se dá mediante a supressão de cenários afetivos, culturais, de respeito à diferença e de acolhimento da língua de sinais e da pessoa surda enquanto parte de um povo, de uma comunidade.

No mesmo sentido, o sucesso alcançado por aqueles que optam pelas práticas e pelos tratamentos corretivos da surdez ou que passam não a ignorá-la, como muitos membros ativos da comunidade defendem, mas buscam o exercício da L2, a língua portuguesa, de fato, com maestria, dominando a oralização e a leitura labial, também vem de um desgaste maior que propicia oportunidades e inserções dos corpos adeptos à *normalização*. Perpetua-se, então, a mesma lógica instaurada nos discursos clínicos a respeito da surdez, só que em outra ordem, em outro meio, como pontua Lopes (2004, p. 51), “[...] o local da clínica permanece dentro da escola”.

A afirmativa da autora não é recente, situa-se nas palavras de Foucault que, em “Vigiar e Punir” (2020b), cercou as adaptações de métodos disciplinares do exército para o ambiente de ensino e abriu base teórica para que pudéssemos questionar algumas determinações. Aparece, na realização de um estudo sistemático, a seguinte descrição:

O normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação standardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde (FOUCAULT, 2020b, p. 180).

Desse modo, a combinação de técnicas normalizantes e disciplinares, em um espaço de vigilância e produtor de sujeitos aptos, ao menos em um sentido que interessa à manutenção da ordem, parece ideal. Escola e discurso médico conduzem, de mãos dadas, seus exames, suas avaliações e seus critérios de aceitação dos sujeitos que passam pela objetivação para existirem como tal. Conforme acentua Costa (2015, p. 41), ao também aproximar as teorizações foucaultianas na construção do Ser Surdo na sociedade,

[...] a ação disciplinar exercida sobre os corpos os tornam dóceis, maleáveis, moldáveis. Produz verdades sobre os sujeitos, internaliza comportamentos e movimentos sem questionamentos, separa os sujeitos em grupos de normais e anormais em uma oposição binária, restringindo o espaço do considerado anormal, submetendo-o a um processo de "normalização". Entre os "anormais" da história, estão os surdos que muitas vezes eram internados em instituições especializadas, sob o cuidado de profissionais capacitados em transformar o sujeito surdo em um sujeito útil, mesmo que para isso fosse necessária a utilização de força física.

Igualmente subjetivados pela ação disciplinar, a que se refere a autora, os surdos convivem com o fato de que suas necessidades não são válidas e, se a competição guia uma corrida onde todos perdem, as pessoas surdas, pelos modelos avaliativos, quase nunca chegam ao final. Ou, como contemplo no terceiro capítulo, recalculam a rota e mudam suas jornadas enquanto forma de atender às demandas direcionadas para os seus corpos. A fim de iniciar essa conversa, no subtítulo seguinte, adentro os impactos das violências experienciadas pelo corpo feminino surdo, a começar pela castração da língua de sinais, afunilando a discussão até a apresentação do corpo de Natália em formato midiaticizado, buscando compreender como saberes e poderes aproximam-se ao discursivizar imagetivamente o corpo da mulher surda.

1.2.1 Mulher surda e o duplo silenciamento do corpo

A extensão do assunto acerca das violências exercidas sobre o corpo da pessoa surda não cessam no clínico, nem no espaço de poder do jurídico ou no ambiente escolar. Ramifica-se, na verdade, em toda a estruturação social. Para iniciar esta conversa, julgo essencial manejar a noção de corpo que tomarei durante toda a extensão do texto.

Friso que a construção do arquivo discursivo foi motivada, primeiramente, pelos enunciados a respeito do encontro difícil entre uma estudante surda e o Exame

Nacional do Ensino Médio. No movimento analítico inicial, como endossei anteriormente, ao demarcar o objetivo deste trabalho, as primeiras nuances de um direcionamento ao corpo de Natália começaram a se delinear, no que foi decisiva e necessária a mudança de rota, o declínio para uma discussão pautada no corpo. Diante disso, formaram-se questões que encaminham as conversas teóricas e as aproximações feitas adiante, na perseguição de um caminho para traçar a leitura do corpo.

Perguntei-me sobre qual seria este corpo de que se fala, ou melhor, como ele se faz corpo para que possa ser dito, como existe nos ditos a seu respeito e por quais relações de poder é atravessado enquanto condição de sua existência. Tomo como enunciados de análise os comentários, entretanto, por serem parte das reportagens que incidem no arquivo discursivo e por representarem Natália nesses acontecimentos, as fotografias presentes no espaço digital não podem ser ignoradas no meu percurso.

Ao optarem por materializar as fotografias, algo além da busca por situar os leitores, dando face à protagonista das matérias, efetiva-se o foco no corpo. Colocar o corpo em questão altera significativamente o ritmo da leitura e, conseqüentemente, da compreensão do texto. Entendo que isso ocorre porque, na sociedade ocidental²⁷, este corpo, absolutamente tomado como dado à falha, ainda que na superfície para atingir a visibilidade, não usufrui de sensibilidade, de liberdade.

Representá-lo, então, acarreta em efeitos que beiram e alcançam a potência de erro, de desvio, seja para atestar a sua presença ou para reafirmar o sucesso do conserto efetivado, retomando, pela memória discursiva, como ocorre entre as reportagens, o que um dia foi uma existência corporal²⁸ problemática. Como afirma Fou-

²⁷ São numerosos os trabalhos que se debruçam sobre as discussões a respeito das possíveis compreensões filosóficas do que é o corpo e os impactos de suas significações nas orientações teóricas da sociedade ocidental. Aqui, valho-me de Azeredo (2008, p. 16), que ressalta, na contraposição entre a percepção platônica e nietzschiana, que: "De acordo com a reflexão socrático-platônico, marco constituinte do pensamento ocidental, o corpo é considerado como uma parte inferior do homem em relação à alma, entendida esta como a parte superior e qualificada. O homem é separado em aspectos aparentemente contraditórios como corpo-alma, sentido-razão, esquecimento-memória, falsidade-verdade. O dualismo privilegia um dos termos da dicotomia: alma, razão, memória, verdade; enquanto o corpo, por sua vez, é desprestigiado, vinculando-se a tudo o que é falho no homem".

²⁸ Trabalhando a filosofia de Nietzsche, em um recorte sobre a noção de corpo, Azeredo (2008, p. 27, acréscimos meus) ainda parafraseia: "Segundo ele (Nietzsche), o corpo é o próprio homem, seu lugar, sua modalidade essencial. A filosofia nietzschiana concebe o corpo como relação de forças em conflito e não separa corpo e alma". Demarcando a sabida ponte entre os escritos do filósofo alemão e as obras de Foucault, na tentativa de aproximar o debate do meu objeto teórico, ressalvo as palavras de Santos (2014, p. 51), para quem, "[...] se a existência humana é corporal, qualquer tentativa de compreender ou mesmo controlar essa existência passará pelo investimento de saberes e poderes sobre o corpo, com ou sem interesses de ordem necessariamente política". No meu recorte temático, o corpo feminino surdo, representado imageticamente é visto como investido de processos disciplina-

cault (2020b, p. 134): “[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”. O corpo paira em uma superfície movediça na qual, paralisado por margens que exercem forças sobre ele, afunda em perímetro estreito.

No modo *selfie*, a fotografia de Natália é sequestrada, assim como a sua denúncia feita na rede social, servindo à reportagem. Na tela, o corpo discursivizado²⁹ complementa o texto jornalístico pela imagem, cumprindo sua função de ilustrar para os leitores sobre quem se fala, ou seja, sobre quem é Natália dentro do acontecimento, a “jovem surda” que fez a prova do ENEM e teve dificuldade na resolução. Para Santos (2014, p. 65), “[...] tanto a produção quanto a circulação de sentidos [...] são reguladas por regras sociais e históricas”.

Assim, voltar-se para a fotografia midiaticizada em parte de um texto jornalístico, composto por uma temática relativa à comunidade surda e ao ambiente educacional brasileiro, demanda orientar-se pela história desses elementos fundamentais ao almejar qualquer compreensão.

Perseguindo possibilidades de expansão dos meus questionamentos, com o propósito de estabelecer os elos entre a midiaticização do corpo feminino surdo e os discursos que se naturalizaram a seu respeito, considerando-o ser histórico, perpasso o conceito de *corporeidade* (SANTOS, 2014) para auxiliar na análise da discursivização de Natália - ponto fundamental da construção da recepção nos comentários. Assim, a incidência analítica sobre o corpo-Natália, como será visto na terceira seção do trabalho, na disposição da sua existência impressa pelas fotografias, segue orientada pela noção de que “[...] o registro impresso desses sujeitos (de Natália) é realizado pela discursivização desses corpos (do corpo)” (SANTOS, 2014, p. 65, *acréscimos meus*).

A presença corporal impressa que faz circular este discurso-corpo (SANTOS, 2014) oferta, ainda na esteira da autora, em seu diálogo com Foucault (2020b), a materialidade corporal “[...] sobre a qual se instalam coerções, disciplinas e controles” (SANTOS, 2014, p. 67). Ao comentarem sobre o acontecimento, os sujeitos ordinários classificam, denominam e regulam o corpo de Natália. Então, tanto em 2014

res que “[...] permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. [...] Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2020b, p. 135).

²⁹ A *selfie* de Natália se encontra na Fig. 6 do trabalho.

como em 2017, ela torna-se objeto de seus dizeres. No primeiro ano, a objetivação é seriada nos enunciados a partir do capacitismo, do discurso da deficiência e da limitação da surdez³⁰. Já em 2017, a objetivação se encaminha para a taxação do corpo feminino surdo, versando sobre a fetichização e a sexualidade. Diante disso, demarco nas análises a objetificação do corpo e a tomada desse enquanto objeto como princípio condutor das práticas discursivas.

O aparecimento de práticas reguladoras ocorre nas enunciabilidades sobre Natália e é no espaço dos comentários que os enunciados sobem à superfície, são midiáticos e podem compor as ordens discursivas, ao passo que se constroem através delas, fazendo circular possíveis efeitos de sentido que, por meio da objetivação, formam o sujeito sobre quem se enuncia. De acordo com Foucault (2020a, p. 122):

O enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer. Além disso, o enunciado tem necessidade dessa materialidade; mas ela não lhe é dada em suplemento, uma vez bem estabelecida suas determinações: em parte, ela o constitui.

Pensar o Ser Surda por meio da representação imagética, no espaço digital e midiático, acarreta na necessidade de configurar uma trajetória compromissada com os processos históricos que justificam a centralização desse Ser em uma matéria do *Portal G1* – o que me leva a refletir acerca da sujeição de Natália. A presença de sua existência ultrapassa a propriedade como aluna prestadora do exame. Não se trata, então, de uma matéria sobre a realização da prova, mas sobre a realização da prova por uma surda, mais especificamente, sobre o obstáculo encontrado na falta de acessibilidade. Ao ser novamente solicitada pelo Portal de notícias, Natália é retomada pela memória do que um dia, em 2014, foi uma grande dificuldade vivida por ela.

Novamente, não temos Natália, mas a sua discursivização pela ótica de um problema que é social, não comunitário e muito menos individual. Assim, as fotografias respaldam os objetivos jornalísticos que dão corpo à queixa, ao tema da redação, às mudanças positivas da comunidade surda. Respectivamente, este corpo acompanha tais propostas a serem espetacularizadas, como proponho no terceiro capítulo, demarcando tais ocorrências em um batimento entre imagens e enunciados.

³⁰ Os enunciados em questão são referentes às Figuras 11,12,13,14,15,16,17 e 18.

No recorte temporal em que ela é discursivizada, inserida em um *acontecimento* histórico e discursivo, não cabe dar a posse de sua existência à simples imagem enquanto atestado legítimo da representação fiel de individualidade. Na condição de mulher surda, reside a base para os processos de mudança que sofreram seu corpo e sua vida entre os anos de 2014 e 2017 e que se presentificam em enlaces de uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2020b) e *ouvintista*. Quem quer que seja Natália, já não é possível dizer, sem grandes complexidades, que ela existe ali, fielmente descrita.

Ao falar dela, a partir dos enunciados e das representações que se estabelecem no *arquivo*, parto de uma adaptação da explicação de Santos (2014, p. 68), ao implementar a noção de *corporeidade*, para quem “[...] como ser histórico, o sujeito político que investigamos, no interior de sua discursivização, está para a corporeidade e não para o corpo biológico ou para a ideia de homem-máquina”. A potência dada à imagem fotográfica, nas linhas da autora, justifica a minha imediação para as suas palavras, principalmente porque me permite diferenciar o indivíduo Natália, ser biológico, do sujeito formulado pelos enunciados, pelos ditos atravessados de ordens diversas, os quais situam o corpo surdo e o corpo mulher em encaminhamentos disciplinadores e normalizadores, fazendo de sua discursivização o meu objeto teórico-analítico.

Com base nos pressupostos foucaultianos, é o poder penetrado, exposto no próprio corpo (FOUCAULT, 2008), em um exercício considerado extremamente material e físico, pelo filósofo, que me interessa ao ponderar acerca da exposição visual de Natália. Segundo Miranda (2016, p. 80):

O poder não é algo unitário e global que se pudesse localizar no tempo e no espaço; é antes uma prática social e, por isso mesmo, constituída historicamente. Para Foucault, o poder é microfísico, isto é, está em todos os lugares, funcionando, se exercendo, ali, no corpo social. Logo, o poder não seria sinônimo de repressão e não se situaria apenas em uma instituição, como o Estado, por exemplo.

Não excluo das minhas considerações, portanto, o impacto do *ouvintismo* e dos processos históricos que contornam a existência do povo surdo, mas singularizo as condições em que aparecem na abordagem de Natália. Nesse meio, os poderes exercidos se comportam de forma micro, nas práticas dos sujeitos ordinários e na facção das reportagens que os orientam. Quais saberes se imbricam nesses enun-

ciados e quais estratégias de poder sustentam essa relação, a partir da observação do corpo em discurso, são as interrogações postas aqui e que ressoam na análise.

Ao aparecer como jovial e rebelde, Natália sofre o apagamento da existência de mulher surda militante, estudante e, principalmente, tem sua visibilidade física sobreposta à sua fala de denúncia, uma fala que preza por educação de qualidade e acessível. A consequência da objetivação de seu corpo discursivizado recai nesse apagamento e traz, por fim, o efeito da necessidade de mudanças, entretanto, não no espaço educacional, mas no “corpo-problema”. A jovialidade emana inexperiência, e a rebeldia comporta significações expressas de desvio da norma, do que se espera de uma mulher de 19 anos, aspirante à vaga no ensino superior. Isso porque esse lugar de desejo configura-se por sua seriedade, hierarquia, resistente teor tradicional e intelectual, além dos méritos dos que o adentram e da capacidade individual dos que egressam.

Porém, essas condições presentes no corpo de Natália não impedem o processo de docilização, o qual ocorreu de forma temporal e que pode ser visualizado em um antes e depois demarcado nas fotografias de 2017, mas o justificam. Sobre tudo porque “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2020b, p. 134). A possibilidade de aperfeiçoamento se presentifica nas mudanças ocorridas na estética e no comportamento da mulher surda. Com o passar dos anos, outra versão é exposta em concordância com a discursivização de conquista e sucesso, que não integra a busca inicial daquela jovem de 2014, mas conclui o destino possível, coerente com a sua condição de surda docilizada.

Diante do exposto, ao abordar a existência de um duplo silenciamento como violência que antecede a normalização, eu começo por identificar, no manejo cultural ouvinte, o apagamento das culturas surdas, como já debatido. Nesse movimento, um tipo de violência ocorre pela falta de veiculação de informação, tanto na carência de construções informativas visuais, quanto pela ideia de que os surdos recebem e consomem informação da mesma forma que os ouvintes. O que torna “desnecessária” qualquer adaptação ou preocupação com intérpretes e legendas, como pretendo demonstrar, é a história de verdade (FOUCAULT, 2008), uma história redutora das potencialidades das pessoas surdas.

O outro silenciamento violento é resultado da falta de compreensão quanto às especificidades da cultura visual: a exclusão. Como morar em um país que fala outra

língua? A pergunta-denúncia, bastante frequente dentro da comunidade surda, é relativa à convivência com ouvintes e suas mídias. A natureza de tal violência me remete às palavras de Strobel (2008). Em sua tese de Doutorado, a autora defende a existência da cultura surda: “[...] para o sujeito surdo ter acesso às informações e conhecimentos para estabelecer sua identidade é essencial criar uma ligação com o povo surdo onde se usa a sua língua em comum: a língua de sinais” (STROBEL, 2008, p. 61).

O contato surdo-surdo e surdo-ouvinte é, assim, essencial ao desenvolvimento de uma sociedade que não exclui e nem inclui, mas entrelaça vivências, não permitindo, apenas, e sim cultivando a pluralidade das culturas. Entretanto, as instituições que são regidas pela inibição do reconhecimento cultural surdo situam o domínio da letra como parte essencial do domínio da língua. E dominar a língua, no singular da soberania da língua oral, é o único caminho para a independência e ocupação de espaços. A cultura ouvinte que, segundo Fernandes (1999, p. 96), “[...] está habituada a supor que o processo de entrada de regras gramaticais de uma língua para o indivíduo se dá através da exposição ao mundo da modalidade oral desta língua”, negligencia a importância da Libras no desenvolvimento da criança surda, extinguindo oportunidades de que ela harmonize a experiência visual de mundo com a absorção de informações.

Escolas regulares, clínicas de fonoaudiologia e diversos espaços sociais estruturados por ouvintes, na exclusão de possibilidades e sentidos, propiciam uma espécie de violência exercida pela abstenção do conhecimento de si. A pessoa surda tem tanto o saber de sua existência vinculado às determinações dos espaços disciplinares e ouvintistas, quanto às suas formas de contato com o meio social. A história da verdade, então, estabelece-se entre o saber e o poder acerca de quem é o sujeito surdo.

Interrogações paralisantes das potências desse povo, de suas histórias e deslizes artísticos, são norteadas pela lógica hospitalar – “[...] lugar de eclosão da verdadeira doença”, nas palavras de Foucault (2008, p. 118). O silêncio posto aos surdos tem um funcionamento emaranhado a um objetivo fim – o de manter a significação de suas existências dependentes dos discursos legítimos da universalidade mercantilista, das estruturas que elaboram e reproduzem verdades. Acerca da produção da verdade por determinadas ordens discursivas, Foucault (2008, p. 118) salienta que:

Por muito tempo e ainda em boa parte nos nossos dias, a medicina, a psiquiatria, a justiça penal, e a criminologia ficaram nos confins de uma manifestação da verdade na forma da prova: esta tendendo sempre a se esconder sob aquela e procurando através dela justificar-se.

A busca por provas que demarcassem ou justificassem a exclusão de um povo seguiu alinhada à institucionalização do saber de que os surdos não podiam ser letrados, não podiam expressar seus pensamentos, seus desejos, suas vontades, permanecendo silenciosos, na compreensão ouvinte do termo. O silêncio ouvinte comporta em sua significação a ausência de som e ruído, ou seja, é prisioneiro dos ouvidos, enquanto o silêncio surdo exerce-se na falta do visual, do movimento, do toque e da sensação – sendo experienciado nos olhos e na pele.

O barulho ouvinte é o excesso de som, e o barulho surdo está no transbordar do que transita diante dos olhos e sob a pele. São raras, no entanto, as abordagens que partem dessas compreensões. Clinicamente, ao contrário, a surdez é a ausência de um sentido, uma falha do corpo ouvinte que se torna deficiente e impróprio para uma abdução natural da língua. Em sua obra introdutória sobre a Libras, Gesser (2009) traz à tona esse debate com o que a autora denominou ruído visual e o faz para discutir as diferenças entre os silêncios. Segundo Gesser (2009, p. 48, grifos da autora):

Para a cultura surda, todavia, o barulho e o silêncio adquirem novas versões. Em uma conversa com um colega surdo, pude compreender um pouco essa noção a partir da perspectiva surda. Relatou-me que quando está em uma comunidade com/entre surdos, e se todos estão usando sinais ao mesmo tempo, tem a sensação de 'barulho' muito grande, afinal, diz ele, 'ouço com os olhos'.

As distinções possíveis a partir do relato de Gesser (2009) são particularidades da experiência visual de vida, ouvintes podem se aproximar e tomar para a sua constituição, enquanto indivíduos, relances dessas experiências. Aguçar sentidos quase adormecidos pela sobreposição cotidiana de outros é parte do exercício de troca com a comunidade surda, de aprender a língua de sinais. Ainda nas palavras da autora, “[...] os sons extrapolam sua característica físico-acústica e adquirem significados culturalmente relacionados” (GESSER, 2009, p. 48). O som é, na cultura surda, desgarrado dos conjuntos insistentes de discursos normalizadores, assim, voltar-se para a possibilidade de sentidos além do padrão normativo, de certa forma, fere esse poder ouvinte.

Foucault (2008) ressalta o indivíduo como um *efeito do poder*, sendo construído por um corpo que deve servir para um fim, por discursos que atravessam este

corpo e o moldam para tal e por desejos que influenciam em suas subjetividades. No âmago do discurso clínico, significando por ele, o Ser Surdo e o conhecimento sobre ele são direcionados como verdades.

Estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 2008, p. 180).

Na linha das reflexões foucaultianas, manter o surdo em silêncio, privando-o, na ausência de formas condizentes com a sua cultura, de consumir informações, prestar provas, ocupar espaços, promover debates é, ainda, o resultado de uma submissão à verdade que produz práticas discursivas vinculadas à ideia de limitação. Como afirmam Lamberg e Oliveira (2017, p. 7),

Para os ouvintes, as informações são acessíveis, não precisam de grande ou nenhum esforço para pedirem algum auxílio, explicar uma dor, um sentimento. Para os surdos tudo é mais complexo, pois essa transmissão depende não somente dele, mas também de quem o ouve e enxerga seus sinais através das mãos, percebe sua expressão e linguagem, e o que os seus olhos querem dizer.

A relação do povo surdo com pautas sociais, elencadas no trabalho, é necessária para compreender na atualidade o exercício do poder perante tais sujeitos. Essencialmente porque esses corpos, podendo serem entendidos de diversas formas e na fronteira de seu autoconhecimento, identidade e domínio de si, carregam, de certo modo, o peso de uma significação naturalizada.

Ao longo dos séculos, a exclusão forçada do povo surdo foi exercida nos próprios encontros que discursavam sobre educação de qualidade. Com a colaboração das linhas de atestados médicos e dos laudos fonoaudiológicos, práticas unilaterais, determinadas pelo ouvintismo, inseriram a surdez nos discursos individualizantes de deficiência. Perseguem a repartição de uma comunidade para que a nomenclatura de “povo”, ou a união que essa significa, não forme força. Giddens (2013, p. 172), em releitura de Foucault (2020b), discute que

A compartimentação do tempo-espaço disciplinar tem, pelo menos, duas consequências: ajuda a evitar a formação de grandes grupos, que poderiam ser uma fonte de formação de vontade independente ou de oposição, e propicia a manipulação direta de atividades individuais, evitando o fluxo e a indeterminação que os encontros casuais tendem a manifestar.

Quando os Estudos Surdos e as pesquisas vinculadas às culturas surdas, na contracorrente da ordem disciplinar, ponderam sobre o poder ouvinte ou sobre a sua força impositiva, colocam na superfície a manipulação que visa a proteger a ordem das possíveis invasões de outro poder, também persistente. Ditar a surdez enquanto deficiência e falta permite juntar todos os corpos “falhos” em um único montante, colocando uma diferença, a surdez, sob o holofote de um discurso unitário e homogeneizante – o que facilita o exercício do controle e das determinações reguladoras. Assim também o faz a oralização que mina, de diversas formas, a independência do corpo, fechando-o por horas diárias em consultórios, para a normalização. Com a leitura de Giddens (2013), destaco, entretanto, que as diversas tentativas de afastamento das pessoas surdas e da língua de sinais não moram no acaso, nem exalam neutralidade.

A relação de forças de que fala Foucault (2020b) pode aparecer nessas tentativas, cada vez mais disfarçadas, na disputa pelos espaços, na busca por quem ocupa, cria, movimenta-se. A regulação do corpo, o treinamento dessa matéria, que ecoa além dos muros da escola e das paredes dos consultórios, não visa apenas à obediência ou à coerção para o funcionamento desejado, que atenda às expectativas do mercado e das instituições outras, mas também deseja a não transgressão dos corpos surdos sobre os corpos ouvintes, padrão normativo que resiste em um jogo de forças.

Manter as decisões sobre o povo surdo na ordem do direito e do clínico é uma forma de combater o inconveniente de poder (FOUCAULT, 2020b) pela disciplina, residente da emancipação do povo surdo. Um povo que representa, se unido, um balanço na sistematização construída, lapidada e consagrada de uma forma que rejeita as prescrições ouvintes.

Fórmula mór das ponderações que regem espaços administrativos, sociais e econômicos,

[...] as burocracias modernas, como afirma Weber, não poderiam existir sem o cotejo de documentos que são registros do passado e prescrições para o futuro - os arquivos. Estes não são apenas apenas documentos dos procedimentos burocráticos; eles exemplificam esses procedimentos e possibilitam o funcionamento contínuo e regular do qual depende a disciplina burocrática (GIDDENS, 2013, p. 180).

Diante do exposto, pondero acerca da vontade da maldade radical do conhecimento (FOUCAULT, 1973), corrente nas veias dos saberes que compõem as práticas discursivas, ao passo que são reforçados por elas na relação de dominação e

distanciamento diante do corpo surdo. Foucault (1973, p. 21) considera que, atrás de todo o conhecimento, há uma vontade em relação ao objeto, sendo: “[...] uma vontade obscura de se afastar dele e de destruí-lo”. Pensando na mulher surda, a construção dos conhecimentos sobre o corpo e seu alcance, reforçada pelo silenciamento de seu povo, influencia na formação de um imaginário social a respeito de todo grupo, em um movimento homogeneizante e, por consequência, violento.

O ambiente familiar, impactado por saberes de ordens públicas, torna-se, muitas vezes, um dos primeiros obstáculos da pessoa surda. Ao invés de acolhimento, encontra-se repúdio a uma forma de vida não oral-auditiva. O sentimento de falha, que atravessa a família, repercute em poucas oportunidades para o sujeito que não se vê parte do todo que deveria compor. Hoffmaister (1999, p. 116) aborda essa condição de falha direcionada ao surdo:

As pessoas no mundo dos surdos são vistas como não possuindo nenhuma possibilidade de alcançar sucesso em suas vidas. A ironia é que os profissionais de audiologia estão absolutamente errados. As informações que os pais recebem foram baseadas em dados coletados em pesquisa dominada por profissionais da audiologia. O paradigma sob o qual os dados foram coletados é o paradigma descrito acima: ser surdo é um impedimento.

O autor destaca o monopólio médico das informações destinadas aos pais. Em sua discussão, ele critica o posicionamento de audiologistas que insistem em levar os pais de crianças surdas à exaustão de tentativas na busca da audição. A perseguição desenvolve não somente pais frustrados, mas crianças que falham. A proximidade (por muitos indiscutível) da surdez e do discurso clínico, da audiologia e do Ser Surdo não aprimora somente um erro perpetuado por décadas, mas estanca as possibilidades da própria família e do sujeito de encararem outras formas de experimentar a diferença. Para parte da população ouvinte, a exposição dos surdos à língua de sinais e ao *mundo surdo* endossa o desenvolvimento de uma pessoa inferior. Afinal, o afastamento desses elementos – sujeito, língua e cultura – configura a violência do silenciamento de si, uma consequência da supressão do autoconhecimento pela primeira língua, pela surdez.

Resgatando, então, as nuances capilares do poder (FOUCAULT, 2008) e relevando a sua formação pelo exercício, realizo um recorte de gênero no olhar de enunciados virtuais que, na análise, permitem levantar questões da ordem da violência sobre a corporeidade surda. A relação entre os direitos das mulheres, os quais

funcionam pela ilusão de um agenciamento coletivo, e os direitos das mulheres surdas, como será discutido, desencontram-se com frequência.

Problematizar alguns dos efeitos de sentido possíveis em enunciados feitos sobre a mulher surda, pela carência de material de suporte, introduz no trabalho obras compromissadas com a compreensão e a reflexão da mulher na sociedade (SAFFIOTI, 1978) e da violência direcionada ao gênero feminino, situando a sexualidade como uma instância policiada (FOUCAULT, 2014). Pensar a mulher surda no espaço virtual, na contemporaneidade, demanda, em suma, questionar as formulações da ordem do que circula no ordinário, abrangendo fenômenos mais globais a respeito do que é Ser Surda e do quando se rompe ou se perpetua o silêncio da(s) existência(s).

1.3 O poder sobre-entre os corpos: eu, mulher ouvinte; elas, surdas

No segmento da problemática a respeito de uma nomeação e do direcionamento da/à pessoa surda como deficiente, colocando-a nesse lugar no tocante a decisões jurídicas e na construção de discursos médicos ou sociais, cabe realizar um recorte de gênero para discutir como a questão afeta diretamente a mulher surda, que detém e produz culturas surdas.

A necessidade de se falar em mulher surda, tanto para o meu trabalho, quanto para os Estudos Surdos em geral, advém do desequilíbrio dos assuntos centralizados nos debates sobre a comunidade, sendo esses a educação de qualidade, o respeito à Libras e a acessibilidade aos espaços sociais, entre outros menos listados, como a saúde da pessoa surda. Ao presente subtítulo cabe, portanto, apresentar aspectos que contribuem para a formulação de enunciados que, ao discursivizarem Natália, uma mulher surda, objetificam-na a partir da objetivação que formula o corpo mulher surda.

Se foi possível construir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para se desprender dele vêm de todos estes vínculos (FOUCAULT, 2008, p. 149).

Dessa forma, enfatizo que os caminhos trilhados pela luta da comunidade em relação à emancipação da mulher surda, à sua autonomia e à ocupação de espaços

sociais estão ligados a um outro lado do funcionamento do poder, pela resistência. O embate de forças circunscreve um duelo no qual a surda resiste diante dos poderes instituídos sobre o seu corpo e que o limitam, especificando como ele pode se comportar e em quais lugares cabe a sua existência. São poderes que se entrelaçam e resistem, também, por saberes que marcam o corpo da mulher surda como deficiente, vinculando-se aos discursos de redução das possibilidades dessa existência fora dos processos de disciplinarização, os únicos que, em tal lógica, permitem a sobrevivência do corpo.

Trata-se de um processo que permitiu, da forma como a normalização desse corpo também o fez, a independência das vidas surdas, a compreensão do mundo e de si. Claro que não excluiu as dificuldades enfrentadas por quem conviveu com as tentativas normalizantes do processo de oralização, as quais pontuei tanto no início do capítulo quanto quando adentrei o método oralizante de ensino para crianças surdas. Porém, é preciso mostrar que, dos dois lados, existe uma força que coloca a mulher surda na convivência com uma capacidade sobre si, pela autocompreensão de suas dores, de seus desejos, de suas faltas e dos espaços que ocupa.

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, metucioso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, [...] E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... (FOUCAULT, 2008, p. 146)

O poder é atuante no/pelo corpo também na resistência, e este ponto explorado na escrita do filósofo francês é o foco de um dos capítulos da obra de McLaren (2016, p. 131), onde a autora afirma: “Práticas de si podem levar à transformação de si e a novas formas não normalizadoras de ser e se relacionar. Assim, práticas de si fornecem outro caminho para a resistência”.

Nesse ponto, a qualidade da educação conquistada por mulheres surdas permitiu que o debate sobre desigualdade de gênero, heterogeneidade do povo surdo, diferença de necessidades, distinção de pautas e acréscimo de pautas que não eram até então louváveis como relevantes, fossem alavancados. O poder, elemento não vacilante, objeto de desejo em uma batalha que não cessa, como considera Foucault (2008), busca atingir o corpo da mulher surda com a normalização, o efeito

de insuficiência, a desadequação, especialmente naquilo em que a prática de si configura ato de resistência, autonomia e resposta que perpetua a batalha.

Segundo Perlin e Vilhalva (2016), a comparação entre a mulher ouvinte e a mulher surda se dá na própria nomenclatura de “mulher deficiente”. Do texto das autoras, entendo que o uso do termo é, por si só, uma comparação às mulheres ouvintes pois ser deficiente é ser algo falho em relação a um tipo de corpo outro, um corpo “normal”.

A indispensável colocação das escritoras atina para o impacto da comparação, que resulta em um efeito de minoritarização, na construção identitária da mulher surda. Estar à sombra das mulheres com deficiências físicas e das mulheres ouvintes imprime, nessa forçada proximidade, o apagamento da diferença, da surdez como experiência cultural. A comparação engessa as possibilidades de autonomia da mulher surda e acaba minando as chances de prosperidade pessoal ou de ocupação de espaços imprescindíveis ao seu desenvolvimento enquanto sujeito de cultura. O poder entre os corpos femininos emerge no ato comparativo que inferioriza tipos específicos de corpos em relação a outros.

O desrespeito às diferenças entre a mulher surda e a mulher ouvinte, por suas distintas experiências com o mundo, marcam alguns obstáculos enfrentados por mulheres surdas que buscam por uma educação de qualidade, uma vaga no mercado de trabalho, uma oportunidade de determinar os próprios caminhos. Seja por um atraso informacional, pelo recebimento de sínteses de assuntos importantes ao seu desenvolvimento ou até mesmo pelo impedimento de frequentar determinados lugares, a mulher surda convive com um *delay*³¹ que não é resultado da surdez, e sim de uma estrutura social que objetiva o uso de um corpo disciplinarizado, portanto não autônomo.

Muitos homens e mulheres recebem uma educação que tende a (sic) inferiorização de tudo que se relaciona ao feminino, e os direitos das mulheres não são efetivamente reconhecidos permanecendo ainda mentalidade sexista e preconceituosa. Daí que a mulher surda é igualmente atingida e sofre esse problema social (PERLIN; VILHALVA, 2016, p. 151).

A inferiorização, tal como referida pelas autoras, não só constrói algumas determinações estabilizadas sobre a ocupação do corpo feminino no ambiente escolar,

³¹ A expressão em inglês pode ser traduzida como “atraso”. É utilizada para indicar que algo está sendo repetido, mas não da mesma forma com que o foi originalmente. Comum no meio musical, o termo diz respeito a um efeito acústico que soa em eco, de forma repetitiva e menos intensa ou impactante. Faço uso da expressão para aproveitar a noção de efeito, unindo à informação que chega não somente atrasada, mas em um eco declinante.

como estudante ou nos cargos em que usufruem de certo poder, mas também ditam quem e quando se pode estar nessas posições. Os obstáculos persistem no ensino regular, nos exames de ascensão de nível e nas próprias vagas e oportunidades de emprego, as quais soam, repetidamente, a negação para corpos surdos. Quando o corpo feminino experiencia a condição da surdez, o “igualmente” proferido pelas pesquisadoras recebe o acréscimo de um sofrimento advindo de outros problemas sociais, o do capacitismo e do apagamento.

A mulher surda é tomada por uma ótica homogeneizante na qual não cabe existir enquanto indivíduo de desejo, de sonhos, objetivos, mas como ser limitado à surdez, são os surdos sempre os alvos das diretrizes jurídicas, das notas oficiais e das pautas sociais. Enquanto isso, as necessidades específicas da mulher Surda ficam sondando brechas para ocuparem as pautas de transformações efetivas para a comunidade. É sobre este ponto que me inclino na seção seguinte, após questionar-me sobre quais são, de fato, essas necessidades e o que existe do outro lado dos discursos naturalizados, nos saberes locais sobre os corpos femininos surdos. Objetivando não flutuar sobre uma proposta de promessas, busco nos enunciados, por meio das caracterizações e das acusações direcionadas a uma mulher surda, sistematizar os discursos que fortalecem tais emergências e os que entram em rebate num jogo de resistência.

Na luta pela mudança, dessa parte do real, insiste o eco dos posicionamentos de mulheres que engatam novas pautas na comunidade. O recorte de gênero proposto se dá para estender o debate acerca da heterogeneidade na comunidade surda. O caminho aberto pelas diferentes arestas mobilizadas leva ao terceiro capítulo. Os movimentos executados até aqui serviram como base do despertar essencial para o encontro com enunciabilidades-*corpus* de um arquivo de/da vida. As mesmas que foram determinantes para a minha imersão no desafio do recorte proposto.

2. DO SER SURDA NO DIGITAL

2.1 Considerações preliminares

Segundo Foucault (2020a), as práticas discursivas formam o objeto sobre o qual elas falam. Assim, tomando os comentários enquanto práticas inseridas em um espaço virtual, adentro duas matérias do Portal G1 como condição de possibilidade de enunciabilidades sobre o corpo de Natália. No tracejar de um percurso foucaultiano, as regiões do jurídico e do clínico relacionam-se na construção de compreensões e formulações a respeito da mulher surda, do Ser Surda, sem hierarquias, enquanto objeto do discurso. Para o filósofo francês, é preciso:

[...] definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão (FOUCAULT, 2020a, p. 34).

Assim, detenho-me, fundamentalmente, na matéria exposta no G1 como forma de situar, nas palavras de Foucault (2020a, p. 56), “[...] o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos”. Para tanto, questiono como os discursos na trama histórica servem ao sujeito saberes a respeito da surdez e da mulher para que possam, em suas mobilizações digitais, disporem de dispositivos suficientes à inserção desse corpo no dizer, na língua.

Na sequência, em “2.2 Natália possui um lugar no ensino superior?”, discorro acerca da relevância de uma abordagem compromissada com a perspectiva cultural da surdez e o impacto desse encontro teórico-metodológico no meu percurso. O conhecimento sobre a perspectiva teórica voltada à comunidade surda se torna essencial para analisar dizibilidades *online*, pois a maioria deles expressa o posicionamento acerca do acesso adequado à educação e aos espaços sociais garantidos como direitos à comunidade ouvinte e à comunidade surda. Quando o objeto formulado pelas práticas discursivas é o corpo feminino surdo, tais espaços são delimitados de formas distintas, como se dá e por qual razão acontece são as questões que atravessam o subtítulo. Para tanto, alguns retomam leis, especificidades da Libras e concepções estabilizadas de surdez – o que pode explicar parte das demandas ain-

da existentes quanto à conscientização do povo brasileiro e quanto à heterogeneidade da nação.

Já em “2.2.1 Um olhar para a heterogeneidade de Natália”, invoco a problemática desenvolvida sobre as culturas surdas brasileiras e a distinção entre elas e a cultura ouvinte. Na verdade, para alcançar as análises sobre a objetivação do corpo de Natália, enquanto mulher surda, é preciso atravessar os debates sobre o povo surdo e suas singularidades. A realidade excludente enfrentada pelo povo surdo, tomando o Brasil enquanto lócus, como almejo apresentar, é resultado de um julgamento de caráter social que sequer reconhece o surdo como sujeito de cultura e, ao passar pela mulher surda, lança olhares naturalizados, homogêneos, que limitam suas possibilidades.

Finalizando, em “2.3 Natália na midiatização do acontecimento discursivo ENEM”, atravesso a construção do ENEM em seu nível macro, em um caminho que se afunila até chegar à prova-denúncia que Natália realizou em 2014. Para isso, envolvo no texto as falas de Natália na reportagem e a própria construção da matéria, que seguiu orientada por uma percepção ouvintista, formulando um sujeito mulher-surda infantil e problemático.

2.2 Natália possui um lugar no ensino superior?

A título de definir as políticas educacionais que situam os direitos do povo surdo, principalmente quando se trata da legitimação e oficialização de elementos essenciais à visibilidade e à manutenção das culturas e das identidades surdas, aprofundei-me nas Leis de n. 10.436, de 24 de abril de 2002, no Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei de n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para compreender quais os dispositivos que englobam, no ambiente da ordem jurídica, os saberes sobre os surdos e a surda.

Elencada como uma das maiores conquistas da comunidade surda, após as efervescentes passeatas de 1994, que reivindicaram a manutenção das escolas para surdos e marcaram a união e a luta³² das pessoas surdas, a conhecida “Lei de Libras”, de 2002, institui no Art. 1, parágrafo único:

³² Foucault (1995) explica que, grosso modo, podemos falar em três tipos de lutas, sendo essas: “[...] contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que sepa-

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Sendo esses os principais instrumentos jurídicos desenvolvidos na direção de uma emancipação da Libras enquanto língua e da junção entre esta e o povo surdo que vive e experiencia tudo a partir da surdez, chamo a atenção para a ausência de marcações específicas sobre e para a mulher que vive a partir da surdez. A lei de 2002, conforme descrito acima, fica responsável pela legitimação da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial brasileira e, no que tange ao âmbito educacional, reitera, no Art. 4, que:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

O trajeto jurídico, embasado por preocupação advinda das incessantes lutas da comunidade surda, enquanto resposta aos movimentos legítimos desse povo, fez com que os artigos e decretos anexados após a incisão das leis maiores formassem um caminho coerente no que diz respeito à visão legal direcionada à Libras. Tal caminho se inicia legitimando a Língua Brasileira de Sinais como oficial – o que volta ao ensino regular os holofotes da comunidade, demandando a presença da Libras, e não apenas da língua portuguesa ou de outra oral-auditiva.

Em função dessa demanda, o percurso passa pela formação de alunos bilíngues, incorporados a um espaço multicultural, e de profissionais responsáveis por uma postura que se atenha aos diferentes níveis de alunos surdos e ouvintes, bem como à realidade de cada um, preocupados com o desenvolvimento e as oportunidades ofertadas em sala de aula. Como expõe Cassiano (2017, p. 5-6), em estudo

ram os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (luta contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão)” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Assim, nas palavras do filósofo, respaldo a noção de luta das pessoas surdas, compreendendo, essencialmente, a ocorrência de mais de um dos tipos, principalmente da luta contra a dominação e contra a subjetivação do sujeito surdo no que tange à busca por uma educação de qualidade, pelo respeito à língua de sinais e pelo fim de tentativas de normalização do corpo feminino surdo.

aprofundado sobre as medidas legais que amparam a educação das pessoas surdas,

O decreto n.º 5.626 citado prossegue apresentando a inclusão da Libras como disciplina curricular a ser oferecida obrigatoriamente nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, de instituições de ensino públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esse documento é flexível somente para os cursos de Graduação e profissionalização em outras áreas, pois apenas orienta a inserção da Libras como disciplina optativa. Portanto, esse Decreto possibilitou que as condições de formação de docentes e instrutores de Libras no país fossem profundamente alteradas. Esse processo, sem dúvida, irá colaborar com a melhoria das condições de escolarização das pessoas surdas no Brasil.

O autor discorre acerca da obrigatoriedade e da possibilidade de se deparar com a Libras no ensino superior, principalmente na licenciatura, enquanto disciplina optativa. Entretanto, destaco que o contato, muitas vezes inicial, dos futuros profissionais com a língua de sinais e com as culturas e as identidades surdas, é insuficiente para que haja o conhecimento profundo sobre tais questões ou a fluência na língua de sinais.

Apesar de o decreto buscar o amplo comprometimento não somente com um ensino bilíngue e acessível, mas também com uma realidade multicultural e plural, falha em seu objetivo ao não efetivar a participação das pessoas surdas na formulação de tais diretrizes. Como a presença de surdos no ensino superior, antes de uma discussão sobre a acessibilidade em sala de aula, empreende um debate que olhe para a base, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), promove, no Artigo 30, medidas atenciosas para a facção de provas e concursos de processos seletivos por pessoas surdas, com deficiência auditiva e surdo-cegas. Entretanto, como se observa no caso aqui singularizado, não são todos os exames que passam pelo crivo de um olhar surdo, de uma opinião e um posicionamento da comunidade surda no ato de construção da prova.

Perpetua-se, pois, a construção de um ensino superior majoritariamente ouvinte, já que as provas de inserção não são feitas para as pessoas surdas conseguirem resolver. A falta de indivíduos surdos, como se esclarece na existência de alta produção artística, literária, teórica e audiovisual surda, dificilmente resulta da ausência de capacidade. Como forma de amenizar essa questão, mas sem grande sucesso, em 2018, foi instituído o Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro, o qual altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, responsável por alocar a Língua Bra-

sileira de Sinais em um lugar de oficialidade no meio educacional e social. Os acréscimos são assim determinados no artigo 26:

O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras – Língua Portuguesa. 1º Para garantir a difusão da Libras, as instituições de que trata o **caput** deverão dispor de, no mínimo, cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras.

Na contramão do que orienta o artigo, existe um desencontro entre o discurso jurídico e a realidade oferecida para os alunos surdos. A falsa ideia de comunicação ou de compreensão entre surdos e ouvintes, dentro do cenário escolar, constituiu uma das principais lutas do povo surdo que resultou, além das leis já vigentes, no segundo semestre de 2021, em uma nova conquista. Com 6870 votos positivos, foi aprovado o projeto de Lei de nº 4909 de 2020 (PL 4909/2020). A proposta do senador Flávio Arns (PP) altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Com a atualização, a educação bilíngue passa a ser uma modalidade independente, o que decreta a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2) para surdos. Assim, a Libras emerge oficialmente em sala de aula como uma língua a ser aprendida e utilizada pelos alunos, e não mais estrita ao contato surdo e intérprete. Segundo a nova legislação, a Lei 14.191/2021 de Educação Bilíngue de Surdos deve ser aplicada em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos. Os acréscimos, que atualizam a Lei de 1996, foram assim determinados:

Art. 78-A. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, desenvolverão programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, com os seguintes objetivos: I – proporcionar aos surdos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura; II – garantir aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas." "Art. 79-C. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa. § 1º Os programas serão planejados com participação das

comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas³³.

As últimas considerações demonstram apoio à comunidade surda e a seus elementos culturais, considerando todo um grupo e respeitando a participação da mesma nas questões que a envolvem, uma decisão que também pautou muitas reivindicações do povo surdo. É sabido que o desenvolvimento de crianças isoladas, sem colegas, sem elo afetivo com os professores e carentes de uma educação nivelada com as crianças ouvintes, assola toda a comunidade surda (QUADROS, 2019), produzindo jovens irritados e retirando da sociedade conhecimentos, perspectivas e histórias de indivíduos que poderiam agregar no fortalecimento de um mundo mais diverso. Um dos pontos geradores desse cenário é a estrutura educacional feita e sustentada por perspectivas ouvintes, sem a participação efetiva da comunidade surda - o que gera cenários de difícil adaptação.

No tocante ao caminho das políticas fundamentais às conquistas do povo surdo, traçado pela essencialidade de compreender a realidade jurídica de sua educação, foi avaliada a necessidade de imersão em distintas realidades, distanciando-se do discurso homogeneizante de surdez, que engloba demandas da comunidade em um único lugar.

Alguns elementos são fundamentais para que o aproveitamento no ensino superior, de pessoas surdas, ocorra, se não no seu máximo, diante das possibilidades para que o máximo seja alcançado. Apesar de essa não ser a realidade efetiva de muitas instituições, o que justifica a crítica posta por Natália em 2014, referente à falta de acessibilidade ofertada durante o Exame e ao despreparo dos funcionários para atender uma pessoa surda, são os postulados responsáveis pelo encaminhamento da educação exposta como inclusiva.

O maior ponto de discussão que centralizo, neste momento, é a problemática da falta de subsídios para que o sujeito surdo mulher se desenvolva e cresça no cenário educacional, acadêmico e profissional. Diante da exposição das ordenações jurídicas e das clínicas, anteriormente, o corpo da mulher surda ficava fadado a trilhar um percurso limitado, realidade que tem seu início da educação de base e reflete nas decisões futuras, onde esse corpo é obrigado a abandonar objetivos e sonhos primeiros sob o prisma de um discurso que atina para a sua suposta incapacidade.

³³ Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>>. Acesso em: 20 set. 2021.

Falar em educação bilíngue de surdos exige uma complexidade maior do que apenas aproximar línguas em sala de aula, pois engloba sujeitos, culturas distintas e(m) experiências singulares. Apesar de exercerem um enfoque sobre o ensino da língua indígena, Souza e Ribeiro (2007) propiciam um debate sobre a problemática até hoje enfrentada pelas línguas tidas como marginais no país. Mesmo contempladas por leis oficiais, ainda se chocam com uma realidade de ensino bilíngue que é, se não inoperante, ineficaz. Segundo eles:

Pode-se indicar que, da maneira como é urdida pelo Estado, a política do plurilinguismo traduz-se em um espetáculo paradoxalmente demolidor. Ao trazer o diferente para o campo da inclusão, apaga-se a mesma diferença que se retirou da exclusão (SOUZA; RIBEIRO, 2007, p. 138).

O destaque dos autores para uma política falha aponta para a construção de uma exclusão pela inclusão, a qual ocorre quando a Libras é oficializada em um discurso jurídico, mas o desenvolvimento social dos indivíduos “fica à mercê” de salas de aula feitas por e para ouvintes. “Fica à mercê” de uma cultura bastante específica de reger meios de lazer e de inserir, até na ordem digital, um saudosismo sobre a língua dominante, cuja natureza é oral-auditiva. Muito assertivos são Souza e Ribeiro (2007, p. 129) ao afirmarem, pelo princípio sociolinguista, que “[...] o uso de uma língua está intimamente ligado a questões econômicas e de valorização social e que o uso de uma língua minoritária somente na escola não pode garantir sua existência”.

Nesse sentido, é fundamental compreender que o oralismo não é uma prática isolada, mas uma forma de entendimento para as formulações que temos hoje em matéria de educação, direitos e políticas, bem como que o bilinguismo não tem efetividade se restrito ao ambiente educacional. Como discute Costa (2015, p. 25):

Proibir o uso da língua natural de um povo significa muito mais do que não utilizá-la, significa extinguir de forma violenta e silenciosa a identidade cultural de uma comunidade inteira. Pois a língua é um importante facilitador de compreensão entre os seres humanos.

O campo formado sob o declínio da Libras e a pulsão da língua portuguesa sobre as pessoas surdas faz com que grupos sejam construídos e isolados do meio social. Justifico minha afirmação por ter visto a ocorrência e as consequências desse isolamento naturalizado. Ainda no ensino fundamental e médio, os jovens surdos são obrigados, pela dificuldade de comunicação com os ouvintes, a se fecharem em

pequenos grupos. O afastamento por falta de afinidade gera o fracasso criado pelo próprio sistema “inclusivo” que, mesmo com a oferta do acompanhamento profissional do intérprete, não garante a interação entre alunos, a vivência na íntegra da experiência escolar.

Os estudos desenvolvidos para aprimorarem a pauta de ensino adequado a pessoas surdas, a partir desse prisma, já induzem o debate para outras ramificações. Para Quadros (2019, p. 145):

Na educação de surdos, ‘inclusão’ significa muitas vezes a integração de surdos à escola de ouvintes, com ou sem a presença de intérpretes. É exatamente isso que constatamos no Brasil [...] Língua de sinais só se constitui em um grupo social, na comunidade surda. A escola precisa oportunizar esse espaço sociocultural e linguístico.

Desse modo, a autora reitera que o sucesso de uma educação bilíngue ocorrerá na promoção de um contato surdo-surdo, e não somente na proximidade entre surdos e ouvintes. A grande questão que circunda a realidade brasileira do ensino bilíngue entre língua de sinais e língua portuguesa é se há, de fato, uma preocupação com essa relação e/ou com os valores culturais inerentes à língua tida como minoritária.

Um sistema educacional que rege a perspectiva sobre o surdo e sua língua de forma coerente às suas necessidades é o bilinguismo que, segundo Skliar (2015, p.8), desenvolve-se a partir de um “[...] aprofundamento teórico acerca das concepções sociais, culturais e antropológicas da surdez”. Os Estudos Surdos alavancam a importância do bilinguismo, apontando para como a noção permite uma mudança no tratamento de aspectos como a língua, a identidade, a cultura e os direitos relativos ao povo surdo.

A luta pela ocupação de espaços não cessa com a Lei nº 10.436 sobre a legitimação da Língua de Sinais, ou com a nº 10.098, que promete proporcionar maior acessibilidade a ambientes públicos, tendo em vista que o que se encontra nessa luta incessante não são medidas efetivas de integração da diferença. Ao contrário, são tentativas de adequação do corpo surdo para oportunizar o convívio positivo e melhor aceito pela comunidade ouvinte. Nas leis aqui abordadas, é o corpo coletivo ouvinte e seu bem-estar o foco, para o que a normalização do corpo surdo apresenta-se como um trabalho a ser afinado no alcance do objetivo maior.

Quadros (2019, p.158), referência na área da educação de surdos, ressalta que:

[...] o bilinguismo constitui ponto de partida para uma discussão política sobre as questões de identidades surdas, relações de poder e conhecimento entre surdos e ouvintes, movimentos de resistência, ideologias dominantes, discursos hegemônicos, função da escola, articulação de políticas públicas, currículo e o projeto pedagógico da escola bilíngue.

Como se vê, a perspectiva focalizada pela autora se volta para questões fundamentais, permitindo um equilíbrio entre a Libras, enquanto L1 dos surdos, e a língua portuguesa como L2 ao mesmo tempo, sobretudo em atendimento ao que prevê a Lei nº 10.436, a saber: a definição da Língua de Sinais como oficial da comunidade surda.

A acessibilidade pode ser pensada em definição como meios, presentes ou não, em espaços e/ou na veiculação de informação e na efetivação de ações sociais, e de caráter público para o consumo, e a participação de todos. Trata-se de uma presença silenciosa que, por vezes, pode incomodar àqueles que não a entendem. Especialistas da área, como Torres e Mazzoni (2007, p. 77), afirmam, na esteira do *princípio de redundância*, que “[...] informação acessível é aquela que pode ser captada de forma multissensorial”.

Tal princípio, pela orientação dos teóricos, demanda expandir os sentidos dados à palavra. Acessibilidade não é apenas a adaptação dos espaços, é o próprio desenvolvimento de práticas que sejam, de fato, para todas, e não apenas para alguns com determinados anexos, sejam eles constituídos de rampas, legendas ou interpretações em janelas mínimas.

A inclusão, enquanto resultado de uma acessibilidade efetiva, funciona como um objetivo que guia, embasa e sustenta práticas desenvolvidas sob o prisma da palavra, principalmente no meio educacional. Quando relacionada ao povo surdo, a inclusão se vincula à comunicação em Língua de Sinais e reside, essencialmente, no corpo. Assim, é impossível falar de acessibilidade, adaptação e inclusão de pessoas surdas sem destacar o corpo. Foucault (2020a) reflete acerca da formação do que entendemos por saber em seu status supremo de emaranhamento com a verdade científica, deixando formas de problematizar e compreender o que seria esse meio acessível e diante de quais relações discursivas ele se concretiza, socialmente, a ponto de ser perseguido como ideal de inclusão. Alguns conhecimentos vistos nas práticas jurídicas e educacionais, acerca da pessoa surda, “[...] formam o antecedente do que se revelará e funcionará com um conhecimento ou uma ilusão, uma ver-

dade admitida ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um obstáculo superado” (FOUCAULT, 2020a, p. 219).

Diante das palavras de Foucault (2020a), é vivaz o incômodo sobre a benevolência da acessibilidade, seu efeito amigável que, tão reforçado nas práticas, desenvolveu um tom positivo e estabilizado da inclusão que empurra, ao obscuro, reflexões mais pontuais acerca de outros sentidos possíveis. Como, por exemplo, o de sempre existir algo que fique de fora de um meio interno, pensado como ideal, perseguível incansavelmente por aqueles alocados no lado externo para que a distância entre um oposto que não se fala, mas é tão presente quanto a sua rival, a exclusão, mantenha-se.

Na problematização dos termos, após a entrada nos seus sentidos legais e no impacto das políticas de acessibilidade para a comunidade surda, abordo o debate acerca da “inclusão excludente”. Para Nakagawa (2012, p. 92), pesquisador na área da comunicação, em compromisso com as culturas surdas nos espaços do audiovisual:

[...] inclusão e exclusão não se firmam como categorias independentes, estanques, como estados absolutos definidos por critérios invariantes, mas ganham sentido quando entendidas como relação, como um processo dialético em que uma cria, reproduz e refaz a outra.

O oposto da inclusão emerge das finas camadas de uma ideia que não se sustenta sozinha, resistindo no seu contrário. Na minha leitura da relação mencionada pelo autor, observo uma dependência entre os termos tidos como opostos. Na perpetuação da exclusão social, de estruturas inviáveis para todos os corpos e para todas as formas de vida, alimenta-se a inclusão. Da mesma forma, a inclusão ocorre de maneira que recorda, em algum ponto, aquilo que exclui – o corpo. São as interpretações que reduzem o intérprete à sua quase invisibilidade, os anúncios de emprego que buscam a deficiência, mas não dificuldades, muito menos o serviço extra de agregar um corpo estranho. Sempre lembrando quem está do lado de fora, ao mesmo tempo que se apaga a sua existência, destaca-se a mesma para acentuar sua inadequação.

Preocupado com a acessibilidade na mídia televisiva, Nascimento (2016) denuncia a assídua falha entre o dizer e o fazer, presente nas decisões legislativas. Na discussão, apresenta, ainda, o lugar não ocupado por um elemento essencial da cultura surda, o mediador entre surdos e ouvintes que não falam a Libras – o intérprete de Língua de Sinais. Nas palavras do autor:

A legislação vigente sobre acessibilidade para pessoas com deficiência acentua a necessidade de inserção de elementos que promovam a participação dos surdos naquilo que é exibido. [...] O tradutor e o intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP) são apontados como 'recursos'/ agentes para que essa acessibilidade aconteça, mas não presenciamos produções com sua atuação (NASCIMENTO, 2016, p. 41).

A presença dos intérpretes no meio midiático televisivo, como se atenta Nascimento (2016), é uma das necessidades das pessoas surdas para compreenderem o que se expõe nessa ordem, a mais demandada, inclusive. Entretanto, não é uma realidade da mídia brasileira. O povo surdo tem o seu próprio meio informativo, fazendo 7 anos de existência em 2021, a Tv Ines³⁴, cujo conteúdo é elaborado de forma acessível. Sendo um exemplo de criação de conteúdo heterogêneo, para que todos possam consumir, é uma forma de o povo surdo se inteirar dos acontecimentos do país e do mundo, marcando a importância do intérprete e da língua de sinais.

Em relação ao papel do intérprete, a questão é acionada na formulação da reportagem analisada no capítulo três deste trabalho. Tendo como base a denúncia de Natália, em 2014, o texto jornalístico do portal de notícias da *Globo* alude ao Capítulo V do referente Decreto, especificamente ao Artigo 17, cuja temática contempla a formação dos intérpretes de língua de sinais e língua portuguesa, nos seguintes termos:

A formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa”, reforçando a seriedade do processo de aprendizagem da Libras e o seu caráter linguístico vigente na Lei 10.436. No mesmo capítulo, fica de responsabilidade das instituições privadas e públicas a implementação de acesso das pessoas surdas à educação e informação, bem como a construção de um espaço confortável e digno para a comunicação entre surdos e ouvintes mediante interpretação profissional.

O compromisso com a oficialização da Libras e a instituição de meios acessíveis para as pessoas surdas fica em evidência no âmbito legal. Todavia, a responsabilidade relegada às instituições chama a atenção para o fim de um papel e o início de outro, de inteira responsabilidade da próxima ordem, seja ela pública ou privada. A quem, então, o surdo deve recorrer quando em frente à precariedade do cumprimento de seus direitos? Nas reações ao acontecimento histórico do ENEM, muitas opiniões divergem acerca da necessidade de a pessoa surda realizar a prova com o acompanhamento do intérprete para traduzir as questões e auxiliar na com-

³⁴ Disponível em: <http://tvines.org.br/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

preensão dos comandos. Pensando no aparato legal da medida, destaco, da seção três do edital do Inep (Nº 57/2019), as seguintes partes:

8.2.2 Solicitar o auxílio de acessibilidade de que necessita, de acordo com as opções apresentadas: prova em braille, tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), vídeo prova em libras (vídeo com a tradução de itens em Libras), prova com letra ampliada (fonte de tamanho 18 e com figuras ampliadas), prova com letra super ampliada (fonte de tamanho 24 e com figuras ampliadas), guia-intérprete, ledor, transcritor, leitura labial, tempo adicional, sala de fácil acesso e/ou mobiliário acessível.

8.2.2.3 O participante que solicitar Atendimento Especializado para surdez ou deficiência auditiva e recurso de vídeo prova em libras terá o tempo adicional de até 120 (cento e vinte) minutos para cada dia de prova.

17.8 Na correção da redação do participante surdo ou com deficiência auditiva, serão adotados mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua, de acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Os decretos estabelecidos pelo Edital do exame endossam o conteúdo presente nas Leis para a comunidade surda, no entanto o movimento observado nas práticas discursivas (FOUCAULT, 2014) dos internautas distancia-se do discurso jurídico e do discurso oficial das regras da prova. A sociedade ouvinte, em suas instituições jurídicas e educacionais, não fomenta a visão de intérprete enquanto reconstrutor da realidade, mas de tradutor de palavras oralizadas que o surdo já conhece (ou se espera que ele conheça). Na definição de Rosa (2005, p. 241),

O intérprete encarrega-se de reconstruir a realidade encontrada de maneira mais condizente com seu idioma, sem falseá-la, seja pela adição, seja pela supressão. Essa atitude está mais relacionada com o conceito que ele tem das pessoas surdas, e não sobre seu conhecimento da LIBRAS.

Fornecer suporte e ser um profissional que faça a intermediação entre línguas, então, é uma responsabilidade de sujeitos com o nível de compreensão da língua e do contexto que serão passados à pessoa surda. Assim sendo, um dos fatores que emana da dificuldade ouvinte de entender o mundo a partir da comunidade surda, sobretudo nos assuntos referentes a ela, é uma diferenciação entre as denominações de tradutor e intérprete – palavras frequentemente utilizadas por ouvintes e surdos. Como esclarecimento, conforme Quadros (2004), poder-se-á realizar a interpretação da Língua de Sinais para a língua falada e vice-versa. Além disso, vale destacar que o termo tradutor é usado de forma mais generalizada e inclui o termo interpretação.

Então, para a autora, que delimita o processo tradutório à língua escrita, algo também possível entre a língua gestovisual e a língua oral, quando se realiza uma tradução, o tempo disponível para efetuar escolhas, determinar um caminho e um estilo a se seguir é maior. Há uma importância essencial da tradução no ato da interpretação quando se objetiva oportunizar a interação entre sujeitos. Trata-se da consciência de tornar relevante o contexto e, como aponta Sobral (2008), questionar a situação, os interlocutores, o lugar e a finalidade do que foi dito na outra língua. Corresponde a um profissional que, “[...] precisa ter uma formação que lhe mostre meios de ação dos tradutores em sua atividade concreta, em vez de reduzir a operação tradutória a uma busca de sinais que equivalham a palavra do português” (SOBRAL, 2008, p.128).

Levando em conta que, no processo de interpretação, os meios de consulta prévia sobre o assunto são limitados, o intérprete acaba dependente de seus próprios conhecimentos e do contexto em que está inserido. É atribuída ao profissional a responsabilidade de desenvolver uma interpretação simultânea capaz de inserir o surdo na realidade mediada. Acredito que as distinções pontuadas entre as duas práticas esclareçam a minha escolha de compreender a atuação profissional do intérprete de língua de sinais como composta de tradução e interpretação, enquanto atuações indissociáveis.

Os Direitos Humanos da Pessoa Surda,³⁵ para além de uma especificação aprofundada das singularidades e dos seus direitos, pondera, em formato documental, a importância das histórias e memórias surdas, pontuando as intervenções necessárias sobre o que está marcado pela lei, porém longe de ser efetivado na realidade.

O ignorar da responsabilidade para com o todo, com as diversas formas excepcionais de vida, ainda aponta para um risco iminente de tal (não) atitude. O perigo da unidade formulada pela ideia de que surdos são iguais se dá no reforço de uma sociedade aqui pensada como ouvintista. Ela não só visa ao apagamento do ser surdo pela performance de um ser ouvinte, o mais próximo possível de um ser oral-auditivo, mas, sobretudo, batalha pela estigmatização do corpo surdo de forma

³⁵ Documento constituído em 2018, por meio de discussões entre pessoas surdas que são referência no Brasil. O arquivo foi construído como forma de legitimar os posicionamentos da comunidade surda no que diz respeito aos seus direitos fundamentais e à implementação dos mesmos de forma efetiva na sociedade. Disponível em: <<http://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Direitos-Humanos-das-Pessoas-Surdas.pdf>> Acesso em: 14 maio 2021.

que ele, mesmo com incessantes tentativas de se aproximar da existência ouvinte, continue marcado pela surdez em uma compreensão não plural, ou seja, continue sendo marcado como incapaz de autonomia, independência e utilidade, efeitos da homogeneização que aguçam a falta de lugar para Natália no ensino superior.

O corpo surdo, assim, é um corpo que deve tentar ser ouvinte e, também, deve lembrar-se de sua condição anormal (FOUCAULT, 2010), pois é essa condição que o coloca na sociedade como passível de um rótulo, mesmo que este seja o de incapaz ou desfavorecido. O ouvintismo está presente na formulação das políticas educacionais para o povo surdo, na marcação de uma implementação falha de seus direitos, de um olhar que não coloca as vidas surdas no centro, não se direciona para a mulher surda, a criança surda, o idoso surdo, o presidiário surdo, o indígena surdo, entre outras singularidades da existência humana. Reanimar o debate sobre essas carências implica destinar o foco para algumas considerações a respeito das culturas surdas, almejando abarcar a heterogeneidade presente dentro de um povo, principalmente por desenvolver a discussão em volta de um caso específico, de uma mulher surda.

2.2.1 Um olhar para a heterogeneidade de Natália

Como abordado anteriormente, a falta de conhecimento sobre a oficialização da Libras como língua oficial e a não compreensão da importância do intérprete de língua de sinais na relação da pessoa surda com a sociedade são resultados de políticas que, mesmo existentes, não se sobrepõem à realidade enfrentada pelo povo surdo. Nessa realidade, vigora um tipo de gerenciamento dos espaços públicos e de seus trâmites, como a facção de uma prova, a realização de um concurso, a ida ao médico, o vacinar, o votar, a procura por um advogado, a resolução de um problema jurídico e, até mesmo, o registro de um boletim de ocorrência³⁶, feito por e em uma cultura ouvinte.³⁷

Apesar da riqueza e fecundidade do assunto e em respeito à impossibilidade de abarcar todos os pontos envolvidos, o tratamento que destino ao tema se limita

³⁶ Publicada em abril de 2019, matéria no canal “oglobo” denuncia a falta de acessibilidade para mulheres surdas registrarem de boletins de ocorrência contra violência doméstica. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/mulheres-surdas-nao-conseguem-denunciar-violencia-domestica-por-falta-de-interpretas-23597017>. Acesso em: 24 nov. 2019.

³⁷ Problemática discutida, no segundo capítulo, sob o prisma do que denomino Ser Surda.

ao propósito de entender como a formação de uma identidade impede o reconhecimento de outras e o quão relevante é falarmos de culturas surdas, marcando a pluralidade, especialmente ao adentrarmos uma camada de domínio social, como é o Enem e, também, o meio digital.

Karin Strobel, em entrevista concedida ao blog *Vendo Vozes*, reflete, para além da existência da cultura própria do surdo, a sua pluralidade. Em parte da entrevista exclusiva, concedida pela professora e pesquisadora surda, cujo objeto da tese de doutorado perpassa as culturas surdas, registra-se a desnaturalização da invisibilidade surda. O aspecto plural dentro da comunidade recebe o devido destaque, com a ideia de que:

A cultura surda, ao analisarmos a sua história, vê-se que ela foi marcada por muitos estereótipos, seja através da imposição da cultura dominante, ou das representações sociais que narram o povo surdo como seres deficientes [...] Para a comunidade ouvinte que está mais próxima de povo surdo - os parentes, amigos, intérpretes, professores de surdos - para os mesmos, reconhecer a existência da cultura surda não é fácil, porque no seu pensamento habitual acolhem o conceito unitário da cultura e, ao aceitarem a cultura surda, eles têm de mudar as suas visões usuais para reconhecerem a existência de várias culturas, de compreenderem os diferentes espaços culturais obtidos pelos povos diferentes. Mas não se trata somente de reconhecerem a diferença cultural do povo surdo, e sim, além disso, de perceberem a cultura surda através do reconhecimento de suas diferentes identidades, suas histórias, suas subjetividades, suas línguas, valorização de suas formas de viver e de se relacionar³⁸.

A crítica da pesquisadora aponta para um desinteresse social sobre as culturas surdas em sua heterogeneidade – prática que flerta com a busca por uma unidade das diferenças. Essa busca se articula, principalmente, pelo viés patológico. Assim, se os surdos têm uma cultura, ela reside no âmbito da deficiência e, se não igual, é relativa a outras deficiências. Um equívoco que é reforçado pelas práticas discursivas sobre a pessoa surda e o povo surdo, interno aos enunciados que reiteram a comunidade pelo prisma do discurso médico, sempre em comparação à cultura, à existência ouvinte.

Explicitar não só a existência de uma cultura ouvinte, mas a sua sobreposição a uma cultura surda, gera o choque de percorrer um assunto que não se discute, oculto pela naturalidade bem planejada de um saber construído com tijolos ouvintistas, firmes, quase impenetráveis. O que pode romper essa barreira ou qualquer estrutura, como já percebeu a comunidade gestovisual e também os desinteressados

³⁸ Disponível em: <<http://www.blogvendovozes.com/2008/03/entrevista-exclusiva-karin-strobel.html>>. Acesso em 26 jan. 2022.

nesse rompimento, é a resistência pela língua de sinais, pela prática de uma língua que representa a cultura do povo surdo. É ela, a língua, que abre as portas, colocando sujeitos surdos nos espaços sociais e permitindo a ocupação de seus corpos desviantes e inadequados na visibilidade do cumprimento de tarefas dadas como impossíveis para os mesmos. A língua se responsabiliza por dar vida ao corpo-existência.

Segundo Strobel (2008, p. 65), a cultura surda compreende:

[...] a língua de sinais, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo, inclusive o artefato material que podem ser os dispositivos eletrônicos não auditivos, o telefone para surdos – um pouco maior que o telefone convencional, na parte de cima tem um encaixe de fone e embaixo dele tem um visor onde aparece escrito digitado e mais abaixo tem as teclas para digitar -, campainha com sinal luminoso, relógio com despertador vibratório e entre outros. Estes são adaptados à necessidade dos surdos, pois faz uso principalmente do canal visual.

Os artefatos materiais e a língua de sinais são, como indica a pesquisadora, componentes culturais. Então, a supressão desses dispositivos em uma sociedade que não é feita somente por ouvintes denuncia a escassa preocupação com a atuação independente das pessoas surdas. Ou seja, na lógica ouvintista, ou o surdo se insere na cultura ouvinte, adaptando-se por si só, ou fica à margem de novidades, notícias, tendências, acontecimentos. É inconcebível vincular qualquer inclusão ou sucesso social dos surdos à prática perfeita da L2 que, por sua vez, é referente à segunda língua.

A linha entre os acontecimentos, a vida, as informações e o corpo da pessoa surda não é, portanto, defeituosa ou deficiente. Ela foi preenchida por obstáculos privativos, mas não irreversíveis. Da dificuldade de entender o mundo ouvinte, os registros de Vilhalva (2004, p. 14) ilustram parte do sofrimento de muitos:

[...] não me lembro se sabia os nomes das pessoas, demorei muito para entender que eu, as pessoas, as coisas tinham nomes. Todas informações que eu recebia dependiam de meus olhos, eu olhava e depois ficava observando o que acontecia e o que poderia acontecer.

Ao marcar a recepção da língua pelo olhar, a autora resgata de sua infância as sensações visuais necessárias para a sua compreensão do mundo. Ainda que alguns surdos dominem a língua portuguesa enquanto L2, em muitos casos, ela não é utilizada quando buscam se expressar com maior facilidade, optando, pela Língua

Brasileira de Sinais, sua L1. Mesmo assim, as tentativas de distanciar a pessoa surda da língua de sinais são recorrentes e institucionalizadas.

Nesse sentido, anula-se o diferente e sua vida pelo estigma da “deficiência”, inserindo a surdez na ordem da falha. O *deficiente*³⁹ auditivo, como indicam, não é todo deficiente. O *Priberam*, dicionário *online*, dispõe da seguinte explicação: “Que ou quem apresenta deformação física ou insuficiência de uma função física ou mental”⁴⁰. Deficiente é, nas linhas da aceção, aquilo ou aquele, a coisa ou a pessoa com deformação ou insuficiência funcional. O que não aparece exemplificado é o parâmetro posto para categorizar a noção de falta ou a pouca aptidão. O encontro com a (in)definição do/no dicionário potencializou em mim a falta de respostas ou informações a questões como: “deformação” em relação a que ou a quem?, “insuficiente” para o que/para quem? Quais são essas funções tão claras quanto silenciadas no verbete selecionado?

Para as pessoas que carregam o Ser Surdo/a/e como determinação cultural, de povo, é a audição o sentido representante de um excesso que, como todo demais, existe além do preciso, sobra, não configura exatamente o inadequado e se apresenta como desnecessário. Esse excesso é, inclusive, um dos motivos de muitos surdos não se adaptarem aos aparelhos auditivos. Para eles, os “apitos” agudos ou graves sonorizados são como um barulho que incomoda. A atenção para a relatividade de instituições feitas sobre o corpo surdo ou “deficiente” volta o holofote para as explicações deterministas, descobre o véu do que nos parece ser tão natural, fluante, transparente, intocável.

A deficiência auditiva instala-se apenas em uma parte: no que diz respeito ao sentido da audição, nas orelhas. É no uso desse termo, aceito por algumas pessoas surdas e também utilizado como meio de resistência e (auto)apresentação, que a parte do corpo se sobressai na existência do sujeito. Mesmo aos surdos que optam por não participar da comunidade e recorrem às práticas normalizadoras da oralização não é possível fugir das insistentes formas de manutenção da ordem ou, ainda, da classificação social pela eficiência máxima ou mínima do corpo e suas partes.

A ambientação de espaços regidos por normas e funcionamentos mascarados de acessíveis, empregam uma densa produção de corpos normalizados, existentes sempre em relação a uma identidade adequada. O vazio, assim, instaura-se

³⁹ Destaco o termo para chamar a atenção à sua significação.

⁴⁰ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/deficiente>. Acesso em: 08 abr. 2021.

pelo silêncio, pela não oferta de interação e crescimento social. É no deslocamento do outro que a pessoa surda é vista como incapaz de agregar positivamente na sociedade, desde os pequenos espaços até os maiores e de mais responsabilidade, como no ensino superior e no meio empregatício.

Silva (2000) discute sobre a diferença, demarcando a saliência de uma identidade em relação a outras, que são apenas fomentadas para existirem na área externa do aceitável. Dada a amplitude do assunto, eu me detenho no impacto e na relevância de se falar em identidades surdas, bem como em culturas surdas, aprimorando um tema atual que merece reconhecimento quando se trata da heterogeneidade presente na comunidade surda. Segundo o autor, "[...] questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam" (SILVA, 2000, p. 83). O ideal ouvinte é, então, construído pelas relações de poder, sobrevivente de uma luta perpétua que não está ganha, mas prossegue.

É possível e necessário, portanto, pensar a comunidade pela própria comunidade, sobretudo porque as formas ouvintes de trabalhar a identidade surda já são, como reitero, singulares, irrisoriamente homogêneas. Da tentativa nada inocente de formar parâmetros, Silva (2000, p. 83) complementa:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. [...] A identidade normal é 'natural', desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade.

Esses micros funcionamentos impedem o surdo de se expressar a partir da língua de sinais, com recursos próprios de seu povo, gestando e monitorando conflitos internos e externos na educação de tais indivíduos, ainda na fase da infância, e traumatizando parte deles pela extrema dificuldade de adaptação ao uso oral da segunda língua, a língua portuguesa. Os reflexos da imposição da língua oral se dão, novamente, no corpo, para além do espaço delimitado da fonoaudiologia. As tentativas para adequar o corpo surdo se estenderam e se estendem pelo corpo todo, desde braços amarrados até cirurgias de implantes cocleares, localizadas na cabeça. O apagamento da comunidade pelo primado da identidade ideal não é recente. De acordo com Skliar (2015, p. 7):

Foram mais de cem anos de práticas de tentativa de correção, normalização e de violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos.

Em vista do que descreve, o teórico parte da história de opressão enfrentada pelo povo surdo que, antes, era distante de uma coletividade pensada como comunidade ou, até mesmo, da noção de cultura surda. Por muitos anos, o surdo era sinônimo de um corpo doente, da desumanização dos sujeitos, de modo similar ao distanciamento da sociabilidade e aos sistemas de controle estudados por Foucault (1977).

Em um direcionamento específico aos casos de loucura na sociedade e, respectivamente, em uma sistematização sobre a construção e o impacto do olhar clínico acerca dos não sadios, o filósofo permite uma ponte com a historicidade de Natália. Considerando que se trata de uma mulher surda, ao abordar o olhar do médico armado, que constrói um sujeito doente pela sua observação, o corpo dela é sujeitado a partir de uma ótica que se imprime em diagnóstico legítimo. É o caso das pessoas surdas, ainda compreendidas pelos reflexos de termos documentais que atestam deficiência e incapacidade. Na perspectiva médica que Foucault (1977, p. 9) discute:

A doença, referenciável no quadro, aparece através do corpo. Neste, ela encontra um espaço cuja configuração é inteiramente diferente: espaço dos volumes e das massas. Suas regras definem as formas visíveis que o mal assume e um organismo doente: o modo como ele aí se reparte, se manifesta, progride alterando os sólidos, os movimentos ou as funções, provoca lesões visíveis na autópsia, desencadeia, em um ponto ou outro, o jogo dos sintomas, provoca reações e, com isso, se orienta para uma saída fatal ou favorável. Trata-se de figuras complexas e derivadas pelas quais a essência da doença, com sua estrutura de quadro, se articula com o volume espesso e denso do organismo e nele toma corpo.

Embora muitas mudanças já sejam visíveis quanto ao cenário descrito, a ideia de *normalização* do corpo que escapa de um padrão arbitrariamente estabelecido me inquieta na medida em que a história não se alterou completamente. Na verdade, vejo, em muitas instituições de ensino, que o discurso clínico não só endossou a influência do oralismo na educação de alunos surdos, como apontei anteriormente, mas também regeu o entendimento geral sobre a surdez enquanto falha que necessita de correção.

Nesse sentido, ainda imersa nos pressupostos de Skliar (2015), tal como Giammelaro, Gesueli e Silva (2013), acredito problematizar a fundação de espaços normalizadores desnaturalizando a prática da sobreposição, seja de valores culturais, crenças ou experiências, até mesmo porque "[...] a cultura surda já não é a cultura ouvinte. Ela está automaticamente autônoma" (PERLIN, 2004, p. 76). A perspectiva atina para um novo saber a respeito dos corpos surdos que permitem alcançar a situação de Natália não como resultado de um fracasso individual, mas de um falho cenário para as suas habilidades.

Portanto, é partindo do diálogo possível com tais pressupostos que abarco a comunidade surda em uma visada próxima da *diferença*, do sujeito e do poder, assim como propõe Perlin (2015) e discorre Skliar (2015, p. 5). Na visada deste autor, o termo “diferença”:

[...] não é utilizado como um termo a mais, dentro de uma continuidade discursiva, em que habitualmente se incluem outros como, por exemplo, “deficiência” ou “diversidade”. Esses, no geral, mascaram e neutralizam as possíveis consequências políticas, colocam os outros sob um olhar paternalista e se revelam como estratégias conservadoras para ocultar uma intenção de normalização. A diferença como significação política é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante.

A noção de *diferença* ultrapassa a delimitação própria dos conceitos, por isso a necessidade de capturá-la, no centro da discussão, uma *diferença* que é tão válida quanto a dificuldade de sua determinação. A relevância de entender esse processo para analisar os enunciados selecionados se dá na contemplação dos aspectos históricos, sociais e políticos. Na preocupação com seus contextos, as problemáticas dos espaços, dos saberes e dos enunciados não dizem respeito a um grupo único e uniforme, nem a apenas um indivíduo que possa representar toda uma comunidade. Trata-se de seres individuais entremados no coletivo e atravessados por determinações que fundam modos de vida.

Movimentos como *#surdos que ouvem*⁴¹, que lutam pela aceitação do uso de aparelhos auditivos e métodos oralizantes dentro da comunidade surda, são exem-

⁴¹ A *hashtag* foi criada pela escritora e militante da causa dos surdos oralizados, Paula Pfeifer. Com mais de 760 fotos na rede social Instagram, adeptas do *link* comum à plataforma, o movimento defende os processos de oralização como modos de independência da pessoa surda na sociedade ouvinte. As informações constam no blog da autora, disponível em: <<https://cronicasdasurdez.com/surdos-que-ouvem/>>. Acesso em: 13. set. 2021.

plos dessa fragmentação⁴². A própria existência e resistência de surdos que não dominam nem a Libras, nem a língua portuguesa, representa outra da fragmentação a que me refiro, afinal, eles se comunicam por línguas de sinais caseiras, na mescla de sinais próprios e, ainda assim, formam notoriamente a comunidade surda.

De fato, as identidades surdas são várias, assunto suficiente para outra pesquisa. Dele, o que optei por selecionar enquanto ponto fundamental neste momento, para recuperar nas análises, foi a importância de pensar a mulher surda dentro das culturas surdas e suas heterogeneidades. O seu corpo, virtualizado, exposto e comentado não se confunde com o todo de uma comunidade surda, muito menos com o desvio⁴³ de uma comunidade ouvinte. Ele é tratado pelos usuários em sua dupla especificidade, de mulher e de surda, naquilo em que ambas complementam os processos discursivos que atravessam cada enunciado.

A repercussão do corpo, questão abordada especificamente no primeiro capítulo, não ocorre ilesa às fagulhas do real. Ela (re)cria novas situações, novas vulnerabilidades, invasões e resistências perante a cisma do corpo surdo enquanto desvio, que vigora nas práticas dos sujeitos ouvintes. A cultura surda, no corte com a cultura ouvinte, não condiz com negação, mas com a reavaliação do contexto atual. Entretanto, a ausência de tal movimento reavaliativo marca as enunciabilidades que objetivam o corpo surdo pela comparação com o corpo ouvinte e com a deficiência.

Pelos movimentos jurídicos, educacionais e discursivos, percebe-se a busca por algo que já ocupa espaço no mundo, e não a instituição de uma abertura para a existência e sobrevivência de um povo. O corte é crucial, pois a cultura surda não se fez de sobras da cultura ouvinte, nem de adaptações, de aparelhos ou de traduções para o sujeito surdo, como bem esclarece Perlin (2004, p. 77): “[...] o que tem significado essencial para a constituição da existência tem a sua dimensão cultural, um significado, uma política”. A autora debate, em seu texto, não somente a existência das culturas surdas, mas a independência dessas em relação às culturas ouvintes, abordagem que direciona para a composição heterogênea da comunidade surda, em contrapartida da homogeneização presente nos comentários analisados.

⁴² Cabe ressaltar que a perspectiva adotada pelo movimento não pressupõe uma oposição à diferença e/ou à Libras, mas compõe a heterogeneidade dentro da comunidade surda e de pessoas com deficiência auditiva. O movimento se propõe a desconstruir também a ideia sobre quem/o que são os surdos, rompendo com as percepções cristalizadas sobre as possibilidades e as habilidades das pessoas surdas.

⁴³ É possível estabelecer o desvio como “[...] a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela” (FOUCAULT, 2020b, p. 176).

2.3 Natália na mediação do acontecimento discursivo ENEM

O presente subtítulo busca apresentar o Exame Nacional do Ensino Médio sob a justificativa de a realização da prova funcionar como condição de possibilidade para as reportagens e os comentários analisados. Com uma abordagem macro, perpasso as motivações iniciais da criação do exame e as alterações fundamentais do mesmo para a comunidade surda nos últimos anos, afinando a discussão até as implicações no comportamento de Natália, na prova de 2014. Cabe ressaltar que o objetivo vigente não é o de adentrar minuciosamente os elementos relacionados à aplicabilidade da prova, mas de indicar o seu formato como forma de situar qual foi o cenário enfrentado por Natália ao realizar uma avaliação tão específica.

Em voga desde 1998, funcionando como um medidor de conhecimentos dos estudantes que finalizam o período da educação básica⁴⁴, o Exame Nacional do Ensino Médio promove, desde 2009, a movimentação de escolas, cursinhos, professores e alunos. Isso se deu, no período em questão, pois o exame passou a existir para além da avaliação, sendo colocado na ordem da educação brasileira como uma forma de acesso ao ensino superior, o que justifica a assídua busca pelo preparo, instituído como necessário para realizá-lo com um alcance significativo de pontos. Como consta no site do Inep⁴⁵:

A primeira edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) registrou 157.221 inscrições e contou com 115.575 participantes no dia 20 de agosto. Deste total, 83% tinha isenção da taxa de inscrição, no valor de R\$ 20. Entre os inscritos, 53% tinha 18 anos de idade ou menos, e 9% vinha de escolas públicas. Embora o uso das notas do Enem fosse válido apenas para duas instituições de educação superior, as provas foram aplicadas em 184 municípios brasileiros.

Em diálogo com universidades e em parceria com o Ministério da Educação (MEC), em 2013, instituições aderiram à prova como adequada enquanto avaliativa para o acesso aos cursos do ensino superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e ao Programa Universidade para Todos (ProUni). O exame, que ocorre anualmente, possui a seguinte sistematização geral: Os participantes fazem provas de quatro áreas de conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; e Matemática

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>>. Acesso em: 13 set. 2021.

⁴⁵ As opções de cadernos e as questões referentes a cada um, bem como seus gabaritos, estão disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos>>. Acesso em: 13 set. 2021.

e suas tecnologias – provas que, ao todo, somam 180 questões objetivas. Os participantes também são avaliados por meio de uma redação, que exige o desenvolvimento de um texto dissertativo-argumentativo a partir de uma situação-problema.

De acordo com as leis que guardam os direitos linguísticos das pessoas surdas, como é o caso da já mencionada Lei n.º 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e do Decreto n.º 5.626/2005 (BRASIL, 2005), a Libras é a primeira língua da pessoa surda e, tanto nos meios públicos como nos privados, ela deve ser presente e respeitada como meio de comunicação dos surdos. Para tanto, o trabalho dos profissionais intérpretes é essencial, questão também levantada e instituída por tais manifestações legislativas.

Com isso, volto-me para o ENEM resgatando que, em suas diretrizes jurídicas, consta, também, a responsabilidade das instituições federais de ensino sobre a garantia do acesso às pessoas surdas em seus processos seletivos, como reiteram Junqueira, Martins e Lacerda (2017). Nas edições de 2011 e 2012, analisadas pelos autores com atenção no quesito acessibilidade, o número de pessoas com deficiência auditiva ou surdez que participaram foi de 2.955, em 2011, e 1316, em 2012, contabilizando uma redução de 1.669 pessoas. Segundo os autores:

[...] mesmo se somadas, surdez e deficiência auditiva comparecem apenas em 3º lugar em ambas as edições [...] Essa participação relativamente menor de pessoas com surdez ou deficiência auditiva deve merecer atenção do poder público em geral e do Inep em particular, pois sinaliza uma difusa falta de incentivo à participação no Enem e uma possível percepção de insuficiente acessibilidade na divulgação do exame, no edital, no sistema de inscrição e, principalmente, em relação à prova e à sua aplicação, negando condições de acessibilidade preconizadas pela legislação vigente (JUNQUEIRA; MARTINS; LACERDA, 2017, p. 458).

Apontando para a necessidade de alterações e melhorias quanto às oportunidades desenvolvidas para que pessoas com deficiência auditiva e surdos realizassem a prova, o cenário de inscrições e participantes foi foco de Junqueira, Martins e Lacerda (2017), em artigo escrito sobre a acessibilidade no Exame. Com essa informação, observo o aumento gradativo da demanda por uma configuração diferente, em conformidade com a ampliação do aceite da prova como meio de entrada no ensino superior por universidades brasileiras. Ou seja, mais possibilidade de ingresso, mais pessoas em busca da realização e da aprovação. Sobre a busca por mudanças na prova, Junqueira e Lacerda (2019, p. 4) destacam que:

Visando aprofundar o conhecimento teórico e instrumental no campo da Educação de surdos e aprimorar pesquisas e processos relativos à dotação de acessibilidade em seus exames e avaliações, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep (Daeb/Inep) instituiu, em 2012, comissões assessoras de especialistas oriundos em sua maioria de quadros de universidades brasileiras. Uma delas, a Comissão Assessora de Especialistas em Educação Especial e Atendimento Diferenciado no âmbito dos Exames e Avaliações da Educação Básica (doravante, Comissão Assessora em Educação Especial) foi incumbida, principalmente, de subsidiar a Daeb em relação à política de acessibilidade, considerando a diversidade do público da Educação Especial e do Atendimento Diferenciado (mais tarde denominado Atendimento Especializado).

Após a instituição da Comissão, acompanhando as solicitações de mudança, em 2013, o edital do exame foi traduzido para a Libras⁴⁶. Importante para a compreensão do funcionamento da prova, buscando evitar a eliminação direta e, sobretudo, para um bom desempenho na etapa da inscrição, a tradução do edital foi um primeiro passo direcionado, de forma assertiva, para o aumento do número de pessoas surdas no ensino superior brasileiro.

Em 2014⁴⁷, 92.972 participantes solicitaram atendimento especializado, o que inclui candidatos com baixa visão, cegueira, deficiência física, deficiência auditiva, surdez, deficiência intelectual, surdo-cegueira, dislexia, déficit de atenção, autismo e discalculia⁴⁸. Nesse ano, a prova para a qual Natália se inscreveu ofertava em cada opção de caderno 90 questões. No primeiro dia, o exame arguia acerca de questões sobre Ciências humanas e suas tecnologias e Ciências da natureza e suas tecnologias.

No segundo dia de prova, com a repartição focada em Linguagens, códigos e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias, mais 90 questões de múltipla escolha foram postas aos estudantes em complemento à prova de redação. Nesse ano, o “Enem em Libras”⁴⁹ ainda não era um projeto aplicado, o que resultou, para Natália, em uma prova completa em língua portuguesa, contando com o auxílio de

⁴⁶ Esta informação e outras a respeito de algumas especificidades da prova de 2014 estão disponíveis na reportagem: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2014/noticia/2014/05/inscritos-para-o-enem-2014-somam-mais-de-95-milhoes-anuncia-governo.html>>. Acesso em: 24 set. 2021.

⁴⁷ Link de acesso à prova e aos gabaritos de 2014: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos>.

⁴⁸ Disponível em: <<https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/noticias/enem-2014-mais-160-mil-candidatos-solicitaram-atendimento-diferenciado/323588.html>>. Acesso em: 24 set. 2021.

⁴⁹ Segundo a descrição oficial do site: “O Enem em Libras é uma iniciativa da Política de Acessibilidade e Inclusão do Inep direcionada à comunidade surda e deficiente auditiva que tem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua. O Enem em Libras garante editais, videoprovas, cartilhas e campanhas de comunicação em Libras, tornando o Enem mais acessível. Dessa forma, o Inep reafirma o seu compromisso com a comunidade surda e deficiente auditiva por um futuro melhor por meio da educação”. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/enem-em-libras>>. Acesso em: 24 set. 2021.

um profissional que não podia interpretar todas as questões, somente palavras isoladas. Mesmo com a possibilidade de interpretação ofertada pelo Inep, não há garantia de acessibilidade para as pessoas surdas. Aliás, sobre as solicitações, que devem ser feitas pelos participantes surdos no ato da inscrição, Briega (2017, p. 74), afirma que:

[...] podem não atender plenamente às necessidades dos candidatos, como no caso dos participantes surdos que podem optar pela atuação do ILS. A empresa contratada para prestar serviços ao Inep durante o Enem assume a tarefa de instruir esses profissionais quanto à sua atuação no ato de aplicação da prova. A postura do ILS vem sendo construída ao longo das diferentes edições do exame e essa atuação é complexa porque depende de elementos humanos e não se pode controlar as ações e formas de interação com os participantes, constituindo um ponto vulnerável do exame para os surdos – o ILS pode assumir formas diversas de atuar e colaborar ou prejudicar os participantes.

Ressaltando a probabilidade de falha nesta, até então, única forma de domínio da pessoa surda sobre as questões da prova, a autora adiciona à sua reflexão uma importante discussão que antecede o início do exame. Para Briega (2017), o processo de elaboração da prova não atravessa as considerações da comunidade surda, não sendo, portanto, preocupado com o atendimento de todos. A condução ouvintista da criação da prova e somente a possibilidade de acréscimo do intérprete de língua de sinais, no momento de sua aplicação, esvazia as chances de alguém que possui a Libras como L1 atingir a pontuação necessária para ingressar na graduação.

Portanto, apesar dos estudos visando a atualizações que acompanhassem a realidade das pessoas surdas brasileiras, em 2014, a prova não foi formulada de maneira acessível. Natália precisou, a partir de uma interpretação denunciada pela própria como insuficiente, compreender e responder a 180 questões formuladas em língua portuguesa. Na folha dedicada à facção da redação, escreveu uma carta aos membros avaliadores do exame.

Figura 1: Carta de Natália

Sou Natália Carlos Silva de Araújo
 Eu, deixo prova ENEM, dia 08/11/2014 13 horas
 Eu ter intérprete,
 elas, junto entender não estrutura língua portuguesa,
 prova ENEM português ouvinte entender só
 Surdo precisar interpretação conteúdo prova, todo
 libras por favor.
 Intérprete não traduzir "perguntar" tudo, palavra
 só pouco entender.
 Prova ENEM melhor vídeo libras respeito língua
 surdo, porque intérprete pouco traduzir.
 Prova ENEM no libras televisivo eu saber pergunta
 alternativa tudo tudo libras.
 Intérprete pra que?!
 Palavra traduzir conteúdo, palavra só conteúdo não é!
 O que acontecer, eu chegar prova ENEM, há dificuldade
 ler, eu não entender nada, quando eu chamar
 intérprete, eu ~~perguntar~~ pedir pra ela explicar,
 ela falar não poder traduzir tudo alternativa,
 ela falar eu olhar palavra dicionário, mas
 eu não conseguir entender palavra dicionário.
 Eu ficar triste porque eu não entender quase tudo
 nada! Eu só querer entender libras mais traduzir.
 Amanhã, 09/11/2014, como?! 8 português, redação,
 eu fazer prova ENEM.
 Eu querer intérprete traduzir tudo eu observar ela
 libras entender bem!
 Natália
 Aluna IFSP Cubatão

Fonte: Print elaborado pela autora em: 24 set. 2021.

A carta-denúncia de Natália emerge do/no próprio lugar denunciado, o exame. A estudante, na época com 19 anos, utilizou o espaço destinado para a escrita da redação como meio de registro de sua dificuldade, da forma como estava sendo atendida e de uma possível solução para o obstáculo. Natália sugere, logo após reivindicar respeito pela língua dos surdos, o formato em vídeo para a prova em Libras. Em transcrição:

Eu ter intérprete. Mas, surdo entender não estrutura língua portuguesa, prova ENEM português ouvinte entender só. Surdo precisar interpretação conteúdo prova todo libras por favor. Intérprete não traduzir "perguntar" tudo, palavra só pouco entender. Prova ENEM melhor vídeo libras respeito língua surdo, porque intérprete pouco traduzir (NATÁLIA, 2014).

Com a escrita em Libras, a denúncia pauta a interpretação insuficiente, a estrutura da prova exclusivamente em Língua Portuguesa e o respeito pela língua de sinais, considerada a primeira língua da surda. Como salienta Briega (2017, p. 74), a adaptação do exame: “[...] é uma proposta limitada e, do ponto de vista educacional, compete a um período histórico anterior à década de 1990, marcado pela “normalização”, em que não era garantida a igualdade de oportunidades”. Período perpassado pelo oralismo e no qual reinava a concepção de deficiência sobre a surdez, dentro e fora do ambiente educacional, a década foi palco de muitas lutas na comunidade surda. Uma década que exigia a desnaturalização das imposições desrespeitosas sobre a Língua Brasileira de Sinais, como, por exemplo, o apagamento da língua de um povo pela concepção de linguagem e mera adaptação da língua portuguesa.

Seguindo os processos de transgressão de seu povo, Natália rompe com a expectativa esperada pelo Exame ao apresentar críticas ao funcionamento da prova no lugar de facção da redação. Expondo o seu posicionamento, integra de forma resistente as relações de força presentificadas no âmbito educacional e que produzirão mudanças nos anos seguintes, como abordarei adiante.

Compreende, portanto, um jogo de poder, no qual a jovem não se entrega passivamente, mas resiste pelos seus direitos, ciente de quais são e das singularidades da vida surda, tanto no quesito língua, quanto na expressividade diante da mesma. A carta em Libras marca sua veemência, ponderando que para, “[...] compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações” (FOUCAULT, 1995, p. 234). Incorporo no trabalho as exigências de Natália enquanto forma de embate diante da discursivização das imposições constituídas das relações de poder e saber, aplicadas sobre as pessoas surdas.

No momento desse processo de denúncia, chega à superfície do acontecimento discursivo a resposta de alguém que, discursivamente, é exposta como uma oprimida “birrenta”, de reclamação responsiva a um ataque repressivo⁵⁰. Entretanto, Natália não ocupa essa posição, exerce-se enquanto sujeito de luta, de demanda. Sem o seu relato, não seria possível observar e tomar a construção da prova como prática de exclusão, controle e limitação das pessoas surdas. Natália, mais do que

⁵⁰ Tal discursivização, realizada na reportagem de 2014, é detalhada nas análises do terceiro capítulo.

enunciar uma revolta individual, reivindica soluções para toda a comunidade surda. Na transcrição da carta, é possível visualizar que é o “surdo”, como Ser que não entende a estrutura da Língua Portuguesa, não somente ela. Ser Surda é, expressivamente, parte da existência feminina de Natália.

Ao realizar a prova de 2014, a moça enfrentou dificuldades relativas à falta de acessibilidade, o que ocasionou na não compreensão das questões da prova e, conseqüentemente, a não aprovação em instituições de ensino superior. O acontecido, entretanto, não possui relação direta com qualquer incapacidade, falta de estudo dos conteúdos ou preparação da estudante para a facção da prova. As habilidades de Natália só poderiam ser avaliadas mediante condições propícias para a realização do exame, o que não ocorreu. Ciente disso, a própria candidata sugere em sua carta o formato em vídeo, com interpretação em língua de sinais, para os alunos surdos.

Buscando aumentar a acessibilidade, o Enem iniciou, em 2017, um novo formato para pessoas surdas e pessoas com deficiência auditiva. Três anos depois da denúncia de Natália, o projeto “Enem em Libras” surgiu como uma forma de atender com mais qualidade as pessoas não ouvintes. O seu lançamento coincidiu com o tema da redação “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, proposta que deu margem para a reportagem do *Portal G1*, a qual contou com a participação de Natália e compôs o meu *arquivo discursivo*. No site do Inep, a breve descrição é assim feita:

Ao longo da história do Enem, o atendimento às diferentes necessidades dos participantes surdos e deficientes auditivos tem sido uma preocupação do Inep. Em 2017, o instituto passou a oferecer a videoprova em Libras e levou o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” para a redação, promovendo um amplo debate sobre o assunto⁵¹.

Como denunciou Natália em 2014, a preocupação do órgão responsável pelo exame, na época, era precária e insuficiente para a condução e a finalização de uma prova deste porte, sem meios para os surdos compreenderem o conteúdo solicitado. Posicionamento que diverge da descrição no site. Em 2017, trazendo uma atualização mais condizente com a necessidade das pessoas surdas, o projeto foi apresentado em caráter experimental⁵². Uma opção para os participantes que julgassem ne-

⁵¹ As informações sobre o “Enem em Libras” estão disponíveis no seguinte *link*: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/enem-em-libras>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

⁵² Como consta no Edital nº 13 de 07 de abril de 2017, publicado no DOU nº 69, no item 2.2.2.1: “Sem prejuízo da oferta de tradutor-intérprete de Libras, bem como das provas impressas, o Inep poderá oferecer ao PARTICIPANTE surdo ou deficiente auditivo, em caráter experimental, dispositivo con-

cessário realizar a solicitação. Apesar da inauguração de uma proposta vista pela comunidade como a conquista de um direito, resultado de muitas lutas, o projeto ficou pouco conhecido.

Em contrapartida, a repercussão do tema da redação de 2017 foi bastante alta, tanto na comunidade ouvinte, quanto na comunidade surda, ampliando, de fato, o debate acerca das dificuldades enfrentadas pelos surdos no âmbito educacional. Para detalhar o funcionamento do projeto e abordar o impacto da proposta na realização da prova, valho-me do trabalho de dissertação de Fófano (2017, p. 83). Segundo a autora:

[...] pela primeira vez, estudantes surdos poderão ter acesso a vídeo com as questões do ENEM traduzidas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). [...] Os estudantes que optarem pela tradução no vídeo terão também acesso a um tradutor por dupla de candidatos, que poderá apenas esclarecer dúvidas pontuais de vocabulário. Eles preencherão o cartão de respostas normalmente. A disponibilização do vídeo será feita este ano em caráter experimental.

Relacionando a novidade do funcionamento optativo do Exame com a presença de Natália e sua denúncia em uma reportagem de 2014, reitero as palavras de Fófano (2017, p. 83), para quem: “A tradução integral do exame para Libras é demanda antiga, sobretudo daqueles que não são inicialmente alfabetizados em Língua Portuguesa, e pelo menos desde 2014 é discutida no INEP”. Segundo a autora, a opção da vídeo prova é resultado de um processo pouco recente, a proximidade datal, de mesmo ano, entre o início das discussões no Inep a respeito da nova opção e a denúncia de Natália, dá margem para visualizar o impacto da postura da candidata na condução futura do Exame.

No capítulo seguinte, entrando na parte analítica do trabalho, em diálogo com as esferas teóricas e metodológicas abordadas até aqui, detalho as formas como Natália é discursivizada nas reportagens de 2014 e 2017, bem com delinheiro os reflexos dessa produção e dos saberes sobre o Ser Surda nos enunciados que compõem o *corpus*. Com foco na objetificação do corpo feminino surdo, as práticas discursivas são vistas pela ótica do método arqueogenalógico foucaultiano, o que permite pensar os processos de *normalização*, *docilização* e *disciplinarização* do corpo de Natália. Resgatando a consideração anterior sobre as mudanças vigentes na acessibili-

dade da prova, a partir da denúncia de 2014, o capítulo seguinte pondera a respeito da conformação de Natália ao se encaixar no lugar reservado para o Ser Surda no ensino superior, transicionando sua postura e expressão, e da resistência pulsante da/na sua fala, bem como dos resultados da atitude em 2014.

Enquanto exame tradicional feito pela escrita e que espera ser preenchido por escrita, o ENEM se reproduz, é relido, interpretado e visto pela ótica do digital em um espaço digital. O Enem se entrelaça à foto de Natália, à manchete, produzindo outros sentidos ao deslocar de um lugar restrito para ser repostado, nos termos digitais, via o uso de uma nova linguagem.

3. OBSERVAR, OBJETIFICAR: NATÁLIA NOS DISCURSOS *ONLINE*

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2020a, p. 31).

3.1 Considerações preliminares

Busco, nesta parte do trabalho, compreender as distintas formas de ocupar um espaço transitório e mutável como o digital, atentando-me para um processo de cunho arqueológico (FOUCAULT, 2020a) sobre como os discursos aparecem e se relacionam nas práticas discursivas que constroem o sujeito Natália. As questões levantadas por Foucault (2020a) no seu primeiro grande eixo teórico (NAVARRO, 2015)⁵³, responsável por condensar os passos do filósofo sobre questões referentes à relação saber-poder e à resistência de determinadas formas de conhecimento, bem como à supressão de outras, interessam para questionar e avaliar como e em que medida se fala sobre o corpo surdo, a mulher surda e a surdez.

Tomo o conhecimento sem resquícios de neutralidade ou de busca pela origem, entendendo-o, assim, nas linhas foucaultianas: “Temos, então, uma natureza humana, um mundo, e algo entre os dois que se chama o conhecimento, não havendo entre eles nenhuma afinidade, semelhança ou mesmo elos de natureza” (FOUCAULT, 1973, p. 18). Como princípio magno, levo a necessidade de entender a(s) história(s) para questioná-la(s) com vigor.

Segundo Navarro (2015, p. 152):

Para a história global, o descontínuo é algo que deve ser contornado, reduzido e apagado para dar lugar à continuidade dos acontecimentos histórico-sociais. [...] Foucault apresenta uma história genealógica que se apoia na noção de descontinuidade, que rejeita, portanto, a ideia de causalidade line-

⁵³ Seguindo os estudos de Navarro (2015), considero como sendo três os momentos dos trabalhos de Foucault. Navarro (2015, p.150) desenvolve da seguinte forma: "A obra de Michel Foucault pode ser classificada em três momentos que, embora pareçam distintos, se imbricam: ser-saber, ser-poder e ser-si, nos quais analisa, respectivamente, a constituição dos saberes da sociedade, as formas por meio das quais o poder é exercido sobre os sujeitos e a experiência do indivíduo com a sua sexualidade". Nesta dissertação, o enfoque se dá sobre as obras dos primeiros dois momentos, ser-saber e ser-poder – o que não impede, claro, o estabelecimento de relações com as obras do terceiro momento.

ar e de tempo contínuo e unilinear, em favor de uma história que se pauta pelas múltiplas causalidades imbricadas. Uma história que não se encontra fechada em torno de um centro, mas, sim, definida como espaço de uma dispersão.

Nas linhas escritas pelo teórico e inspiradas pelos estudos de Michel Foucault, considero que falar em histórias, para além da tradicional, quando abordo o povo surdo e o que implica em lidar com suas lutas e batalhas em uma sociedade ouvintista, é uma forma de expandir o contorno do saber imposto sobre seus corpos, suas culturas, sua língua, entendendo que o que temos hoje a respeito desse povo foi construído a partir de uma objetivação do sujeito. O método arqueogenealógico permite um escavamento que retira do obscuro conhecimentos e reflexões proveitosas para as análises compromissadas com a formação desses saberes.

É seguindo essa perspectiva que adentro não somente os comentários produzidos por sujeitos ordinários na ordem digital, mas considero também para a análise as reportagens que discursivizam o Enem, enquanto acontecimento, e o corpo de Natália objetivado/objetificado.

Na medida em que as plataformas utilizadas como espaços enunciativos também são aqui tomadas como elementos caros às condições de possibilidade do corpus analítico, volto-me para o *Facebook* e para o *Portal G1* de forma mais específica em “3.2 *Facebook* e *Portal G1*: os espaços midiáticos dos enunciados”. O objetivo desta parte é apresentar as especificidades de tais espaços, discutindo como se dá a produção, a recepção e a circulação de postagens nos meios que se imbricam ao veicular as mesmas matérias por uma única empresa. Assim como os enunciados analisados ocupam um lugar transitório, que dificilmente se estabiliza em um ponto de partida originário, a instância do acontecimento enunciativo guia as relações estabelecidas na análise.

Para além disso, discuto como o funcionamento de ambas as plataformas promovem a interação de sujeitos ouvintes que, à parte da realidade da comunidade surda, categorizam quem é Natália pela posse de ferramentas digitais. Tais ferramentas são abordadas como mecanismos de uma estrutura que produz posições e lugares a serem ocupados ao determinarem formas de dizer e ser como estratégias das relações de poder (FOUCAULT, 2015), as quais emergem nos enunciados. Há, nestes espaços, formas específicas de discursivizar sobre o corpo, de opinar, de se colocar como sujeito. Interessa-me, assim, perseguir a compreensão de como essas formas, essas regras, influenciam na objetivação de Natália.

Continuando, discorro em “3.3 Uma arqueologia para os comentários *online*”, que o enunciável está para além do que se materializa nos comentários a partir de elementos linguísticos, levando em conta as relações de força e de poder que situam o que é e como deve se portar o corpo feminino surdo. Como afirma o filósofo. “[...] o enunciado não é a projeção direta, sobre o plano da linguagem, de uma situação determinada [...] de um certo número de elementos e de regras linguísticas” (FOUCAULT, 2020a, p. 120). O teórico também delimita a presença de um campo enunciativo que, ao abrigar o enunciado, permite sua existência enquanto elemento singular de “[...] um jogo enunciativo que a extrapola” (FOUCAULT, 2020a, p. 121).

No sistema das publicações, noto que as declarações a respeito da surda são regidas por efeitos de verdade (FOUCAULT, 1979), que ditam o que é possível que ela realize e até onde seu corpo pode chegar dentro da esfera da educação, do ensino e de seu próprio espaço enunciativo. De acordo com Foucault (1979, p.7, acréscimo meu), “[...] por verdade’, [é possível] entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”.

Portanto, compreendo que os efeitos de verdade adquirem respaldo em relações historicamente descontínuas, em um ir e vir do que se institucionalizou enquanto saberes sobre o Ser Surda. Esses saberes de distintas ordens, como observei, nos capítulos anteriores, passando pelo discurso clínico, pedagógico e jurídico, organizam-se na unidade de cada comentário, em práticas discursivas que demandam o extrapolamento para as relações necessárias da/na análise, a qual persegue as multiplicações, as séries, as regras (FOUCAULT, 2020a) que permitem a existência de tais enunciabilidades.

Com isso, enfoco, no item “3.4 Análise do *corpus*”, os discursos institucionais responsáveis pela propagação de saberes lançados sobre a Surda, acentuando a problematização a respeito desses mecanismos no centro das caracterizações sobre o corpo feminino surdo, considerando-o objeto de minha pesquisa, nomeado, designado e descrito (FOUCAULT, 2020a) por meio das regras de existência dos enunciados. No subtítulo destinado para as análises, entrelaçam-se a preocupação com a caracterização da mulher surda, com a forma como o corpo que vive entre existências construídas socialmente é posto nas redes; com o como e o porquê se diz o que se diz sobre tais vidas, com a autoridade tomada ou dada para que se veicule e se exponha o que ali está. Considero, sobretudo, que as características qualitativas

são, no ecoar das falas foucaultianas, efeitos que formulam o sujeito Natália nas condições de possibilidades vigentes, regulando, a partir de descrições normativas, o corpo e o comportamento.

3.2 Facebook e Portal G1: os espaços midiáticos dos enunciados

Após percorrer os caminhos sobre o funcionamento e as mudanças do ENEM a respeito da comunidade surda, relacionando o posicionamento de Natália com as alterações desenvolvidas em 2017, adiante, discorro sobre as duas plataformas digitais que possibilitaram, como lugares de enunciação, a publicização dos ditos sobre Natália, das reportagens e dos comentários, funcionando como condições para a formação dos enunciados. A presença do subtítulo justifica-se pela importância e necessidade de diferenciar os dois espaços, o *Portal G1* como site e o seu perfil no *Facebook*, vide que isso altera as condições de possibilidade das enunciabilidades analisadas no item “3.4. Análise do *corpus*”.

Os enunciados selecionados para a análise foram publicados como comentários em dois veículos midiáticos distintos, pertencentes à mesma empresa, o G1: Portal de notícias da *Globo*. Em 2014, a matéria “‘Não entendi nada’ afirma estudante surda que prestou a prova do Enem” foi inicialmente divulgada no site do Portal, sendo repostada em formato de *link* de acesso no perfil do *Facebook*, de forma que acessar a imagem da matéria no *Facebook*⁵⁴ direcionava para o site. Assim, a rede social funciona como um canal para o site, não fornecendo a matéria na íntegra, apenas uma chamada, como é possível visualizar, a seguir:

54

Disponível

em:

<<https://www.facebook.com/page/180562885329138/search/?q=%27N%C3%A3o%20entendi%20nada%27%2C%20afirma%20estudante%20surda%20que%20prestou%20a%20prova%20do%20Enem>>. Acesso em: 29 set. 2021.

Figura 2 – Matéria de 2014 publicada no *Facebook*.

Fonte: *Print* realizado pela autora em: 29 set. 2021.

Datada de 10 de novembro de 2014, a postagem com a *selfie* de Natália e um título de curta explicação sobre o que consta na matéria recebeu 819 compartilhamentos, 5,1 mil curtidas e 380 comentários até 26 de janeiro de 2021, dia da coleta da versão do *print* usada no trabalho. Com um grande alcance dentro da rede social, um dos pontos positivos para empresas informativas é, justamente, a possibilidade de circulação proporcionada pelo *Facebook* enquanto rede com milhões de usuários. Diferente do site que, possuindo um formato de compartilhamento mais complexo e dependente do vínculo do usuário com outras plataformas⁵⁵, a rede recebe o acesso de internautas mais específicos. Sobre a rede social, Gregolin e Witzel (2016, p. 124) afirmam que:

⁵⁵ Para realizar o compartilhamento de uma matéria no canal de notícias, o usuário precisa copiar o *link* e encaminhá-lo para o destino desejado em outra plataforma, a exemplo temos o compartilhamento por *whatsapp*, *e-mail*, *instagram*, *Twitter*, além do *Facebook* e outras redes sociais menos populares. Por outro lado, quando a empresa realiza por si o vínculo do site com o perfil no *Facebook*, o usuário tem a opção de compartilhar na própria plataforma a postagem, marcando amigos ou encaminhando direto por mensagem.

[...] esse ambiente virtual desempenha, hoje, um papel fundamental na comunicação e na democratização das informações. Além de congregar uma heterogeneidade de campos da ordem do público ou do privado - publicidades, debates, entretenimento, relacionamentos, vídeos, fotos, reportagens-, ele dá voz a milhões de usuários do mundo todo que (para o bem ou para o mal) expressam opiniões acerca dos mais variados temas.

Assim, é comum, desde a criação das redes sociais, a vinculação do site ao perfil⁵⁶. É nesse contexto tecnológico, de entretenimento e busca assídua pela próxima postagem mais atual, que emergiram comentários de sujeitos ordinários na reportagem sobre a denúncia de Natália, tendo como ponto de partida o post do *Facebook*, anexado no formato de *print*, na Figura 2. Destaco que não é possível afirmar se os usuários que realizaram comentários acessaram e consumiram a reportagem na íntegra, exposta no site. Dessa forma, conduzo o enfoque sobre a plataforma com o interesse de situar as condições espaciais e temporais (FOUCAULT, 2020a) de propagação dos comentários para, posteriormente, adentrar a análise, não objetivando detalhar o nível de sintonia entre os comentários no *Facebook* e a reportagem do Portal.

A decisão de observar os comentários realizados também no *Facebook* se deu diante de uma proximidade minha com a plataforma em outros trabalhos da iniciação científica. O *Facebook* era, até o encontro com os comentários do site, o foco da constituição do arquivo. Dentre esses 380 comentários, foram selecionados 9 para a análise. A capacidade de fazer uma notícia percorrer o *feed*⁵⁷ de milhares de perfis e receber curtidas e comentários na ocorrência faz do *Facebook* um campo de maior visibilidade, trânsito e produção de posicionamento de surdos e ouvintes sobre assuntos referentes à comunidade surda.

Sendo uma rede social, o alvo principal do *Facebook* é a interação com conhecidos e/ou possíveis amigos do mundo todo. Na rotação de *feed*, quanto mais o usuário se mantém consumindo material de seus amigos, mais tempo ele leva produzindo curtidas, compartilhamentos e visualizando propagandas – o que gera lucro

⁵⁶ Esclareço que o vínculo entre o *Facebook* e o *Portal G1* no tocante à reportagem de 2017, não será ilustrado no presente trabalho, pois, apesar de existir o *link* no perfil da empresa na rede social, o *post* não possui imagem. Dos comentários, não foram encontrados exemplares que atendem aos requisitos para comporem o *corpus*.

⁵⁷ Na descrição do Google AdSense, o *feed* “[...] é um fluxo de conteúdo que permite rolagem. O conteúdo é exibido em blocos de aparência semelhante que se repetem um após o outro”. Assim, o mesmo termo serve para diferentes plataformas que seguem tal configuração para a exposição das postagens. Disponível em: <<https://support.google.com/adsense/answer/9189559?hl=pt-BR>> Acesso em: 13 out. 2021.

para a rede e justifica sua assinatura gratuita para a criação de um perfil. O usuário paga com o seu tempo e a sua interação. Segundo Grigoletto (2017, p. 147):

A tecnologia, nesse caso, funciona como uma poderosa ferramenta de vigilância sobre os sujeitos que, ao navegarem na rede, deixam seus rastros, os quais servem para alimentar bancos de dados de grandes empresas que os utilizam para gerar novos negócios e produzir lucros.

Portanto, o alto nível de interação e circulação da matéria alocada também na rede social não é resultado de um esforço genuíno de busca pela visibilidade das dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas no ENEM, mas se acopla a um funcionamento calculado para a geração de lucro e fomento dos conteúdos do portal informativo. Com esse objetivo, a matéria chega a diversos perfis, o que empreende na aba de interação uma heterogeneidade de opiniões. Apesar de não exercer um enfoque sobre o político, estabeleço uma ponte com a proposta de Silveira (2016), na medida em que considero os perfis ordinários como partes fundamentais, não somente da reprodução, mas também da construção da posição-sujeito Surda na sociedade.

Os equívocos sobre a vida a partir da diferença marcam “[...] como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2014, p. 17). Os comentários inserem na ordem do digital posicionamentos que não se descolam do cenário conservado fora das telas, mas se apresentam em novas configurações e possibilidades já que “[...] agora podem publicar (midiatizando) aquilo que antes estava restrito ao burburinho indefinido do cotidiano” (SILVEIRA, 2016, p. 22).

Nesse sentido, os discursos ordinários vistos nos comentários, pela midiática apontada por Silveira (2016), não são analisados da mesma forma se ali não estivessem, pois sua construção implica olhar para a circulação, para o impacto pela midiática. Ao adentrar o *hiperlink* e ser redirecionado para o site do *Portal G1*, o internauta esbarra em uma manchete ainda mais atrativa: “Jovem recebeu auxílio de intérprete, mas tradução foi apenas de palavras. A profissional diz que surdos precisam entender o contexto das orações”. No site, a reportagem tem uma construção *online* semelhante à dada ao jornal físico, de papel. Título, manchete e imagem relacionam-se na construção de sentidos possíveis a partir do que é informado no topo da página.

Inicialmente, uma provável dúvida já é sanada pela reportagem, a de que a falta de entendimento poderia ocorrer pela ausência de intérprete. Esclarece-se que a jovem recebeu auxílio de intérprete, mas com tradução apenas de palavras. Alheia à comunidade surda, a maioria da população brasileira não domina as singularidades da Libras, seguindo o mito da linguagem de sinais (GESSER, 2009) e de a tradução por palavra ser suficiente, já que a Libras seria, para muitos, a versão mímica da Língua Portuguesa. Assim, a interpretação ofertada durante a prova poderia atender às demandas acessíveis da jovem.

Na sequência, aciona-se a voz de autoridade de uma intérprete. Descrita como “profissional”, seu discurso aparece reforçando que surdos precisam entender o contexto das orações. Entretanto, o que não fica claro ainda na chamada inicial é a ligação entre as duas orações. Considerando a dualidade da escrita, é possível compreender que a insuficiência da interpretação se deu porque os surdos precisam entender os contextos, e não porque o intérprete não ofereceu a interpretação mais detalhada e contextual. Para esclarecer essa questão ou aprofundar-se nas razões da dificuldade da aluna surda, é preciso ler toda a matéria.

É este o encaminhamento dado a partir do *Facebook*, passando pelo *link* de redirecionamento até o Portal de notícias *online*, antes que o usuário realize a leitura na íntegra. Estas primeiras orientações do caso podem ser responsáveis pela maioria dos comentários. No *Portal G1*, sobre a reportagem de 2014, nenhum comentário foi realizado. Apenas em 2017, na segunda matéria aqui trabalhada, comentários foram feitos sobre o caso.

O segundo acontecimento discursivo publicado no Portal também foi veiculado no *Facebook* mediante um *link* de redirecionamento. Com 172 compartilhamentos, 4 mil curtidas e 123 comentários, ele apresentou uma circulação menor que a do primeiro texto. Entretanto, no site do *Portal G1*, com a retomada do assunto de 2014 e duas novas fotos atualizadas de Natália, a matéria recebeu comentários. Componente do *corpus* de análise, um deles se refere exclusivamente ao corpo de Natália, ignorando a discussão travada pelo tema da redação do ENEM ou o percurso da Surda no ambiente acadêmico. Resgato as ideias de Silveira (2016), já citadas, para situar tal comentário nos burburinhos cotidianos a respeito da mulher surda, limitada e regulada a partir da diferença. Da análise, emerge do enunciado a fetichização do corpo feminino surdo, mais detalhada no último subtítulo.

3.3 Uma arqueologia para os comentários *online*

No presente estudo, como tenho apontado, ocorre o encontro entre dois elementos programados para o povo ouvinte, as mídias digitais e o ENEM. Desenvolvidos com pouca acessibilidade, eles são passíveis de questionamentos sobre a ilusão democrática de duas esferas: a internet e a educação. Para pensar o discurso enquanto prática, considero que, para Foucault (2014, p. 28), “[...] a tarefa consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações) mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

Abordar os movimentos realizados na ordem do digital, a partir dessa concepção, permite situar os enunciados em um momento determinado da história. No contato com a comunidade surda, acredito que não questionar essas manifestações configura incoerência. É com base nessa visão dos acontecimentos que me disponho a analisar os efeitos de sentido possíveis e a repercussão de práticas discursivas no acesso da pessoa surda à educação e na constituição da imagem do ser surda.

Como explicitado desde o início deste trabalho, os enunciados que compõem o *arquivo discursivo* são compreendidos na esteira de Foucault (2020a) como práticas discursivas, motivadas por um comentário anterior, ou uma postagem inicial, e materializadas no espaço digital enquanto *comentários*. Para o filósofo francês, “[...] não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2014, p.112). Assim, a análise é feita de modo a relacionar o *corpus* discursivo, estabelecendo séries e destacando as regras de formação que permitem a emergência de dizeres a respeito do corpo surdo feminino na ordem digital.

A seleção dos comentários foi definida a partir da coleta de imagens, feita pelo *print* e armazenada em uma pasta *online*. A ferramenta de caráter digital é fundamental para que as práticas discursivas não se dissolvam na esfera virtual por apagamentos, edições de seus autores e/ou das plataformas em que se inserem.

No domínio desse espaço instável onde, assim como se visualiza, também se perde com facilidade. Então, manejar um processo analítico discursivo compreende estabelecer formas de trabalho que suportem tais instabilidades, no que também conservo elementos de circulação e *links* de acesso. Além disso, levei em conta que tais componentes dos comentários, como número de curtidas e respostas, também

podem surgir depois de meses ou anos da postagem inicial, o que instiga seu caráter reatualizável a partir dos *comentários* produzidos.

As duas reportagens foram publicadas, respectivamente, em 2014 e 2017, e seus comentários respondem às datas de postagens, sem novos acréscimos nos anos seguintes ou ainda mais recente, em 2021. Essa observação dialoga com a instabilidade mencionada anteriormente e com a velocidade com a qual as informações e as notícias se processam no digital, onde novas matérias são lançadas todos os dias, a cada novo acontecimento, sobrepondo-se às que, em horas ou dias anteriores, reuniam os assuntos do momento.

Os *comentários* apresentam relações que entendo em seu princípio de deslocamento, forma de discurso realizada em circunstância bem determinada. De acordo com Foucault (2014, p.24), “[...] o comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certa modo realizado”. Esse elemento acentua o caráter reatualizável do texto primeiro, neste caso, os enunciados analisados.

Logo, as manifestações dos internautas não apenas adicionam sentidos às publicações digitais, mas também as ressignificam. É no recorte do acontecimento, o título da matéria e as imagens que a compõem o primeiro contato dos sujeitos ordinários com o fato. Da exposição desse, formam-se, nas práticas discursivas, opiniões e críticas publicizadas no digital que posicionam neste recorte espacial e temporal quem é Natália enquanto sujeito (NAVARRO, 2011). Assim, é a partir de “Jovem surda que 'não entendeu nada' do Enem fala sobre redação: 'Conquista' e “'Não entendi nada', afirma estudante surda que prestou a prova do Enem” que emanam não somente os comentários, mas, sobretudo, os conceitos que mobilizarei, em meus gestos e olhares, além do encaminhamento de todo o meu recorte temático.

Como discute Navarro (2011, p. 275):

As materialidades discursivas que produzem sentidos sobre esses sujeitos oferecem condições para compreender o tipo de saber que se forma. Elas podem mostrar, também, qual o tipo de poder que se exerce sobre esses indivíduos, de tal modo que eles são objetivados nessas práticas discursivas e nelas posicionados como sujeitos.

Como destaquei, é pela materialidade, aqui do comentário, que acesso como as relações entre saber e poder se emaranham ao discursivizar o Ser Surda e

construir o sujeito Natália. Interessa questionar como em uma ordem digital tais entrelaçamentos são publicizados e em que medida a possibilidade de midiatização interfere no exercício do poder sobre o indivíduo. As diferentes formas de aplicação do poder na atualidade, em especial em uma ordem digital, categorizam as existências humanas em um viés que busca, muitas vezes, como destaca o autor em seu texto, respostas positivas a interesses econômicos e políticos. Ao abordar o ENEM e a realização da prova por uma pessoa surda, a plataforma de notícias apresenta um compromisso com a ordem discursiva educacional regulada pelo governo federal, o que não se desintegra ao relatar a denúncia de Natália em 2014, mas se enreda na reportagem.

Com isso, as materialidades discursivas que formulam o acontecimento “ENEM 2014”, no mesmo ano ou em atualização posterior, o que ocorre em 2017, na comparação com os cenários enfrentados por Natália, produzem o sujeito Surda sobre a responsabilidade de atender normativas preestabelecidas sobre a surdez pela ordem institucional pedagógica. Essa, em posse do discurso científico, entende a surdez como um desvio que, pelos contornos disciplinares, pode ser atenuado em ambiente de ensino – o que explica a aplicação de uma prova pouco acessível e efetiva para a comunidade surda.

Na busca pelo desnível entre o texto primeiro e aqueles outros que o reatualizam, coloco neste lugar de permanência, de “[...] possibilidade aberta de falar” (FOUCAULT, 2014, p. 24), as reportagens publicadas pelo *Portal G1*, em seu site e em sua rede social. Sobretudo porque tal possibilidade funda, como aprofundo no item seguinte do presente capítulo, dizeres que regulam e constroem Natália enquanto corpo, enquanto Surda, enquanto mulher. Assim, a possibilidade aberta que traz Foucault (2014) é ainda uma possibilidade direcionável que encaminha o comentário a “[...] dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*” (FOUCAULT, 2014, p. 24, grifos do autor).

Ao abrir portas para a expressão de posicionamentos e opiniões a respeito de Natália, as reportagens, que discursivizam o acontecimento histórico do ENEM e implementam em suas linhas evidências sobre o Ser Surda no ambiente educacional e sobre a surdez, condensam relações entre saber e poder que constroem o sujeito Natália como deficiente. O sujeito é, assim, reconstruído e reatualizado nos comentários a partir de outras relações discursivas, como com o discurso capacitista, meritocrático e fetichizante.

Para Navarro (2011, p. 276), "[...] o discurso faz convergir para um centro, para uma unidade". É nesse sentido que a exploração da interligação entre comentários e reportagens se faz essencial para o movimento de análise. Não se trata, neste *corpus*, de sequências enunciativas desprendidas, mas de continuidades impulsionadas por dois textos primeiros que, por regularidades, interrelacionam-se na objetificação do corpo de Natália.

Considerando um elo entre a discussão proposta por Gallo e Romão (2011), com enfoque na proporção da internet e as dificuldades e nuances da leitura do arquivo, hoje expostas por Grigoletto (2017), inserem-se nos pulsos deste trabalho os obstáculos de uma internet que “[...] não está acessível a todos os cidadãos. Ela inclui, mas também exclui” (GRIGOLETTO, 2017, p. 146). A ideia estabilizada e paradoxal de um lugar sem portas, mas nem sempre aberto, esbarra nas tentativas de ocupação e visibilização advindas de um povo que tem a cultura e a língua silenciadas: o povo surdo. Segundo Grigoletto (2015, p. 34):

O que é (ou não) arquivado, o que entra (ou não) na rede, o que figura como principal resultado de uma pesquisa realizada pelas internautas sobre determinado assunto é efeito dessas relações de poder que produzem, por sua vez, um efeito de estabilidade e naturalidade para o que é extremamente heterogêneo e contraditório. Ao lado da ilusória liberdade de tudo poder dizer, temos o controle do que pode ou não ser dito/ arquivado.

São nas linhas do que pode nesta nova instituição, ideia desenvolvida nas reflexões da autora, que se situam os primeiros passos responsáveis por uma jornada atenta aos discursos que encaminham as práticas discursivas a respeito da mulher surda. As determinações observadas versam entre uma estrita possibilidade de existência deste corpo a partir da deficiência, da limitação e/ou da normalização porque essas ações sobre o corpo que efetivam uma existência servil, adequada, útil. Com isso, noto que, ao enunciar sobre o corpo de Natália, os sujeitos não são impulsionados somente por suas opiniões, pelo desejo de falar do outro, mas pela condição de parte de uma sociedade que visa aos corpos úteis, que reclamam pouco e trabalham, adaptando-se mais.

Em mais uma inquietação, a relação entre acontecimentos “físicos” e “virtuais”, bem como suas discursivizações, integram os movimentos que almejam entender como um exame foi apropriado, enunciado e recebido em uma ordem virtual, passível de midiatização, principalmente a partir de uma discursivização criada em cenário específico, produzindo efeitos de sentido relativos ao corpo surdo. Ou seja,

não olharei para o número de compartilhamentos ou para a circulação de uma reportagem, mas, quando preciso, passar por esses pontos complementa a problematização de como os comentários comportam discursos que se valem da permissividade do digital, das especificidades do seu espaço, para midiaticizarem a respeito do corpo da mulher surda em formato público, angariando réplicas, curtidas e reações.

Segundo Navarro (2015, p. 152):

Para a história global, o descontínuo é algo que deve ser contornado, reduzido e apagado para dar lugar à continuidade dos acontecimentos histórico-sociais. [...] Foucault apresenta uma história genealógica que se apoia na noção de descontinuidade, que rejeita, portanto, a ideia de causalidade linear e de tempo contínuo e unilinear, em favor de uma história que se pauta pelas múltiplas causalidades imbricadas. Uma história que não se encontra fechada em torno de um centro, mas, sim, definida como espaço de uma dispersão.

Nas linhas escritas pelo teórico e inspiradas pelos estudos de Michel Foucault, considero que falar em histórias, para além da história tradicional, quando abordo o povo surdo, e o que implica em lidar com suas lutas e batalhas em uma sociedade ouvintista, é uma forma de expandir o contorno do saber imposto sobre seus corpos, suas culturas, sua língua. Daí resulta uma leitura diferente sobre esses elementos, entendendo que o que temos, hoje, a respeito desse povo foi construído a partir de uma objetivação do sujeito. O método arqueogenealógico permite um escavamento que retira do obscuro conhecimentos e reflexões proveitosas para as análises compromissadas com a formação desses saberes. Como reitera Miranda (2016, p. 86), “[...] a arqueogenealogia dá sustentação ao imbricamento entre a análise do arquivo e a análise das estratégias de poder aí circunscritas”.

Além disso, a perspectiva que adoto concebe uma discussão que leva a contestar em que ponto existe, na ordem do digital, a possibilidade de se construir e se veicular discursos advindos de formas de saber legitimadas por instituições que reforçam o apagamento das discussões relacionadas ao povo surdo. E o fazem por meio de mecanismos de poder que não contam mais necessariamente com as paredes, as correntes, as grades, mas reproduzem espaços cujas ferramentas de vigilância e punição funcionam mais brutalmente.

3.4 Análise do *corpus*

Para além do discurso político, mas sem se desvencilhar dele – nos atos e ditos que incidem sobre a mulher surda – redes sociais, comentários, postagens, perfis e notícias formam o *arquivo* que se compõe em um *trajeto temático* (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014). A proposta acarreta em um funcionamento de arquivo interessante aos deslizamentos aqui projetados, ao tomar o arquivo para além de uma série documental instituída, formalizada e dentro do campo do legítimo, do tocável, do materialmente desmontável e remontável. O arquivo, aqui, funciona para além da identificação institucional, sendo que essa, nas linhas dos autores, é: “[...] insuficiente: ela não diz tudo sobre o funcionamento do arquivo, aliás, longe disso” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2016, p. 116).

O pensamento principal que direciona a noção de arquivo aqui proposta, como já abordado na parte introdutória, cabe à obra de Foucault (2020a) que orienta uma descrição de arquivo que:

[...] faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. O diagnóstico [...] estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos (FOUCAULT, 2020a, p. 160).

Entre gestos de descrição e interpretação, em consonância ao movimentos teórico-analíticos que são típicos à pesquisa discursiva, esta parte do trabalho, destinada à análise dos enunciados, a partir das ferramentas foucaultianas que me embasam, é composta por comentários que foram, inicialmente, selecionados na matéria de 2014⁵⁸, no *Facebook*, e no espaço para comentários, no *Portal G1*, na publicação de 2017. O recorte se deu pelo critério norteador de abordar a surdez e/ou a pessoa surda. Interessa-me, em cada seleção, adentrar o funcionamento dos mecanismos do poder sobre o corpo de uma mulher surda pelas práticas discursivas.

Com Foucault, que se preocupou com a formação da loucura e com a soberania do saber médico (FOUCAULT, 1977; 2020b), entendo que também a surdez foi construída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam e explicavam (FOUCAULT, 2020a, p. 39), esse

⁵⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/11/nao-entendi-nada-afirma-estudante-surda-que-prestou-prova-do-enem.html>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

conjunto de práticas compreendo como sendo a objetivação do corpo, após a observação. Por esse preço, a surdez enquanto objeto de estudo e de julgamentos, foi colocada no centro de discursos clínicos para, a *posteriori*, ser direcionada ao âmbito jurídico e educacional, os quais a trataram de formas distintas, mas sob os fantasmas das hipóteses do discurso médico. Com isso, o Ser Surda foi objetivado, concretizado de forma discursiva de maneira determinada, tendo sido as subjetividades do indivíduo ignoradas. A distinção pode ser observada em um tato mais cultural que parte da ordem jurídica, situando o indivíduo surdo como sujeito de direito e categorizando de forma legítima a sua língua.

Esses pontos dos enunciados selecionados e a própria conceituação de *enunciado*, na perspectiva foucaultiana, contempla a existência das relações de poder pela prática discursiva e dos enunciados pelas relações de poder, possíveis dos embates, das batalhas, das relações de força inerentes à história do saber. A *contradição* (FOUCAULT, 2020a), aqui pensada como intrínseca por ocorrer no interior da FD, apresenta duas maneiras de formar enunciados, uma reforçada pelo direito e outra pautada na existência das culturas surdas em uma experiência de mundo visual. No levantamento de suas condições de existência, na primeira maneira, a surdez se constitui como um risco a ser disciplinarizado, no que tal tentativa é maquiada pelo efeito de flexibilização e inclusão dado ao risco, enquanto, na segunda, existe a promoção da liberdade do surdo pelo contato entre os seus e com as possibilidades de lidar e se encontrar no mundo – o que não impede o exercício dos regimes de controle (FOUCAULT, 2020), mas surgem como opção de compreensão da surdez.

Na discussão, o pensamento crítico foucaultiano acerca das imposições e das delimitações feitas no centro da lei e da ordem, diante do corpo feminino surdo, conduz a influência de tais processos na visão de corpo *anormal* (FOUCAULT, 2020b). Com as formações elaboradas sobre a surdez e suas (in)capacidades, na hipótese da violência entre o conhecimento e a coisa (FOUCAULT, 2008) e do eco feito nos discursos digitais pelos *dispositivos de verdade* (FOUCAULT, 2008), debate acerca da ideia de normalidade.

A partir do percurso traçado, o estudo traz como enfoque as condições de possibilidade do contexto digital para discursos que produzem sentidos a respeito da pessoa surda, bem como o batimento entre os dizeres estabilizados e os postulados jurídicos e clínicos que embasam tais concepções.

[...] relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão. (FOUCAULT, 2020a, p. 54).

Sociedade, política e ordem tem a sua durabilidade assegurada pela rigidez da manutenção de um saber construído por uma suposta aproximação lógica, no que o afastamento de questões mais pontuais e o levantamento de reflexões sobre como nos relacionamos com algumas decisões e com o império de conhecimentos fica à margem, em segundo plano. Afinal, a política tratará de resolver o que é da ordem do social.

É no inquietamento da passividade diante das ordens estabelecidas e de uma aproximação que exala conformidade, que o método arqueogenealógico (NAVARRO, 2015) de Foucault percorre a discussão da ordem da(s) violênci(a)s sobre o corpo da mulher surda. O destaque à pluralidade justifica-se em um longo percurso de imposições mais ou menos materiais, mais ou menos psicológicas, porém sempre instituídas a esse corpo que ainda galga pela manutenção e conquista dos direitos para ele supostamente instituídos. O encontro com os comentários ocorreu primeiro e, somente depois, debrucei-me sobre o texto verbal e as imagens constitutivas das reportagens. Transitei pelas sujeições à deficiência, à incapacidade e ao isolamento, pela violência do apagamento, da submissão e do silenciamento do corpo de uma mulher surda, pelos limites sobre as possibilidades de autonomia e de acesso ao estudo para, posteriormente, aproximar-me de Natália.

Entre leituras teóricas, estudo de conceitos e empreendimento na análise de enunciados, foi no encontro com Natália que pude desenvolver um dos tantos fragmentos que me constituem pesquisadora. O compartilhar de uma existência feminina e a similitude do recebimento de agressões com aparentes motivações vazias, mas explicações densas e destinatário definido, inundaram as superficiais percepções que eu carregava, até então, sobre corpo, sobre corpo surdo, sobre ser Surda.

Natália pode exercer muitas qualidades, produzir extensas conversas em Libras, intensificar classificadores, explorar pontos de articulação, utilizar expressões, vasculhar o espaço neutro (QUADROS, 2019), consumir e produzir cultura, trocar processos empáticos, dividir emoções e lutar. Pode travar batalhas e se reconhecer em um grupo ou em vários, surdos e/ou ouvintes. Natália só não é, e sustento meu pensamento nas palavras de Lopes (2011, p. 88), homogênea ou estável:

Não há uma forma única de ser surdo e não há uma única essência acima de qualquer atravessamento cultural; há, sim, representações de códigos, sentimentos compartilhados por um grupo de pessoas, todos forjados por experiências vivenciadas por sujeitos surdos diferentes e em espaços distintos.

Diante dessa percepção, desse encontro, notei que, parafraseando Foucault (2008), posso compreender a transformação da experiência individual enquanto saber coletivo, enquanto saber político. O sujeito pode ser entendido, de acordo com o autor, como produto do poder. Para além disso, resta-lhe os fios que sustentam e suportam a sua individualidade. Escrevi e escreverei páginas e páginas sobre a caracterização do corpo surdo feminino de Natália, enquanto sujeito, para tentar me aproximar do que existe depois das ações desses micropoderes que atingem a matéria, sobretudo para chegar na resistência que emana da vida de Natália.

Após a apresentação feita por mim, contemplando o meu processo e minhas percepções, abro espaço para tratar de como Natália foi discursivizada nos textos jornalísticos e nos comentários dos internautas. Como critério norteador da seleção, defini a abordagem da surdez e/ou da pessoa surda nos seguintes espaços discursivos: na matéria de 2014⁵⁹, veiculada no *Facebook* e no Portal de notícias da *Globo*, na publicação de 2017, postada no *Facebook* e nos espaços para comentários de ambas as publicações.

Figura 3 – Reportagem sobre o tema da redação no ENEM em 2017.

The image shows a screenshot of a news article from the G1 Santos website. The URL in the browser address bar is g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/jovem-surda-que-nao-entendeu-nada-do-enem-fala-sobre-redacao-conquista.ghtml. The article title is "Jovem surda que 'não entendeu nada' do Enem fala sobre redação: 'Conquista'". Below the title, there is a short summary: "História da universitária Natália foi contada pelo G1 em 2014 e viralizou nas últimas horas. Na época, ela saiu chorando após não entender absolutamente nada da prova." The author information is "Por Andressa Barboza e Mariane Rossi, G1 Santos" and the date is "07/11/2017 04h18".

Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019⁶⁰.

⁵⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/11/nao-entendi-nada-afirma-estudante-surda-que-prestou-prova-do-enem.html>. Acesso em: 01 jan. 2019.

⁶⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/jovem-surda-que-nao-entendeu-nada-do-enem-fala-sobre-redacao-conquista.ghtml>. Acesso em: 01 jan. 2019.

O título ilustrado na Figura 3, ao elencar os nomes “jovem” e “surda”, aborda duas condições essenciais à caracterização de Natália, enquanto Ser Surda para a reportagem. Retomando o título da matéria de 2014, ilustrada no segundo capítulo, “‘Não entendi nada’, afirma estudante surda que prestou a prova do Enem”, na comparação entre ambos os títulos, reside uma semelhança, a antecedência do “não entender nada” por Natália. É essa a fala responsável por ativar a memória dos leitores e resgatar, em 2017, a Natália de 2014, o dito que marca a sua existência neste espaço temporal entre os anos. Em outras palavras, poderiam assinalar “veja como está a menina que não entendeu nada”, a recorrência é, mais do que um lembrete, um convite.

A visibilidade entregue pela rede social coloca para milhares de usuários uma notícia recortada, ilustrada com a *selfie* de Natália e com um título chamativo. Não há, nesse funcionamento expansivo, requisitos estritos que permitam somente os comentários de sujeitos que dominam ou conheçam a temática da postagem. As formas de dizer, pelos perfis ordinários, permitem outros sentidos através da legitimação pela circulação, como destaca Silveira (2016, p. 58):

Trata-se, aqui, de deslocar a noção de sujeito ordinário como um lugar de criatividade e de reprodução que funcionaria nos “bastidores” dos acontecimentos (DE CERTEAU, 1998), e passar a pensá-lo como lugar de possibilidade de inscrição do político no social, partindo de uma abordagem estritamente discursiva. Os sujeitos ordinários são, nesse sentido, sujeitos do discurso político ordinário que, aqui, ocupam um lugar de fala singular e altamente midiaticado.

Dessa forma, os *sujeitos ordinários*, alheios ou com pouco conhecimento do assunto, podem expor opiniões sem sofrerem grandes cobranças, avaliações ou questionamentos. É o que ocorre, neste caso, em relação à surdez e à mulher surda. Nos comentários, além de vulnerabilidade, inocência, ingenuidade e submissão, efeitos da mobilização de um termo referente à jovialidade da moça, a surdez complementa algumas das significações, reforçando, por exemplo, a ideia de docilidade do corpo.

Um corpo que até adquire espaço de fala na reportagem, com direito a enunciado transcrito entre aspas simples, mas a sinalização que constitui seu modo de dizer inexistente na mesma proporção com que são apagados os traços culturais que lhe garantiram os cliques do passado. Como nos lembra Foucault (1995, p. 232),

"[...] temos que conhecer as condições históricas que motivam nossa conceituação. Precisamos de uma consciência histórica da situação presente". É assim que a violência de tal apagamento, pelo silenciamento visual de Natália e a docilidade do corpo extraída de sua posição e face, comportam efeitos de sentido possíveis a partir do conhecimento da realidade enfrentada pelas pessoas surdas na história e das condições que permeiam o recorte em questão.

Figura 4 – Fotografia de Natália em reportagem de 2017



Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 27 ago. 2021.

Na Figura 4, Natália aparece clicada em uma imagem que congela a expressão. Seu corpo estático, circunscrito na fotografia, alcança mobilidade imensurável, na medida em que se presentifica na infinitude das veiculações em rede. Todavia, depois de retomar a publicação de 2014, quando a estudante denunciou o despreparo do intérprete no exame nacional, vejo que a matéria de 2017 funciona como a consequência do intervalo entre a denúncia e a conquista, na medida em que a causa de sua luta só se justifica ao reivindicar uma espécie de *memória* do leitor atento à concretude de demandas históricas, que não se resumem ao desfecho da discursivização midiática. Como discute Foucault (2020a, p. 69):

O campo enunciativo compreende o que se poderia chamar um domínio de memória (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica).

Compondo um domínio de memória, no sentido foucaultiano, a matéria de 2017 tem seu funcionamento pautado na relação estabelecida já no título com a publicação de 2014. A conquista do presente significa, assim, na retificação da denúncia do passado, demarcando como confusão própria, o “não entendi nada”, de outra. Abaixo do título, o nome Natália figura aproximado ao termo “universitária”, e o texto também apresenta variações, como “estudante” e “jovem”. Entretanto, na legenda da foto, novamente, a condição de jovialidade é mobilizada para sua caracterização, mas complementada pelo corpo alinhado da fotografia.

[...] Além do caráter essencialmente heterogêneo dos discursos, a ideia de que a memória é constitutiva dos textos, imbricada no domínio das formulações, das identificações/filiações discursivas, enquanto fundamento que regulariza e possibilita a produção discursiva. Em se tratando do imagético, nosso dispositivo analítico permite entender que toda imagem se inscreve em uma cultura visual e que esta convoca, por sua vez, uma memória visual, ou seja, uma memória das imagens (GREGOLIN; WITZEL, 2016, p. 123).

A memória aparece como requisito para que se leia não apenas quem é Natália, hoje, (na atualidade da reportagem), mas que esta é aquela que disse, que denunciou, que explanou um problema, ao mesmo tempo em que também já não é a mesma. Sob o título de “universitária”, ela é ressignificada, às fotografias cabe reintroduzir o corpo nesta nova posição. Poder observar Natália, principalmente realizando o movimento de ir e vir dos acontecimentos, demarcando uma temporalidade⁶¹ de existência dessa mulher, é a prática inicial que garante sua objetivação. Tal qual ocorreu aos surdos no passado, é preciso examinar o corpo para conferir sua aptidão, sua capacidade, o grau de sua normatividade. Desse modo, ao acionar a memória visual, uma memória das imagens em relação à mulher surda, confere-se o

⁶¹ O emprego do termo compreende uma diferenciação fundamental entre o tempo físico e o tempo discursivo. No decorrer do texto, a temporalidade mencionada está relacionada ao processo temporal sofrido por Natália entre uma reportagem e outra, o que me leva a observar o funcionamento e os efeitos de uma temporalidade discursiva sobre o corpo. Para Giddens (2013, p. 178), “[...] os métodos disciplinares refletem uma compreensão específica do tempo, que constitua uma escala de intervalo igual. Na seriação do tempo, propõe Foucault, existe um procedimento que corresponde ao mapeamento de espaço compartimentado para atividades corporais> isso é ‘exercício’. Exercício é a imposição de treinamento físico regular e graduado do corpo, objetivando um estado final de aptidão”.

quão surda é Natália pelo afastamento ou pela proximidade com o que a naturalizou como “surda”. Da mesma forma, a avaliação se efetiva na comparação entre a surda de antes e a surda atual.

Anteriormente, abordei as perspectivas sobre o corpo surdo que foram legitimadas por grandes instâncias e sustentam os discursos emergentes dos enunciados analisados. Na ordem clínica, a pessoa surda constitui-se como deficiente, corpo menos capaz e a surdez beira a doença, não contagiosa, mas carente de cura, remediação. Se a doença é, retomando as palavras de Foucault (1977, p. 9), “[...] referenciável no quadro” e “[...] aparece através do corpo. Neste, ela encontra um espaço cuja configuração é inteiramente diferente: espaço dos volumes e das massas”, é também no corpo que a cura deve se apresentar.

Por essa lógica, construir um corpo-Natália sadio, bem alinhado e de boa postura, notifica, mais que a pseudo conquista no meio acadêmico, o sucesso das estratégias de normalização e disciplina do corpo feminino surdo. A essência da doença que *toma corpo* (FOUCAULT, 1977, p. 9) não é, todavia, excluída da enunciação desta nova-antiga surda, no que divide espaço com a visualização da cura, com a padronização da existência corporal, como é possível compreender na Figura 5:

Figura 5 - Fotografia de Natália sinalizando.



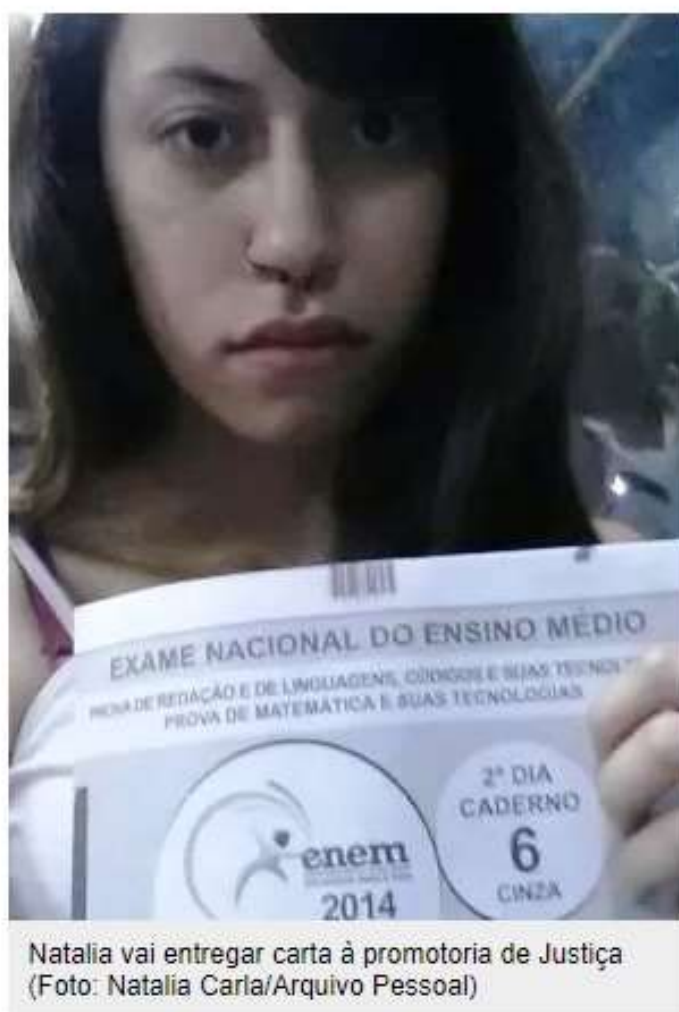
Jovem cursa administração em uma universidade Santos, SP — Foto: Andressa Barboza/G1

Fonte: *Print* realizado pela autora em: 10 set. 2021.

Na sequência, o estudo do curso de administração comparece no texto metaforizando a conquista da moça. Ocorre, nesse sentido, uma ênfase na mudança de características de Natália que, apesar das dificuldades, conseguiu adentrar no ensino superior. Ao aproximar ambas as fotografias, sobressai o efeito de movimento entre uma e outra. Na figura 6, estática, Natália aparece sozinha, como se prestando atenção na fala de outra pessoa. Então, é somente na figura 5 que, na reportagem, aparece depois da escrita explicativa sobre o percurso e a opinião de Natália acerca do tema da redação, onde parte da sinalização em Libras é fotografada.

A foto situa Natália enquanto surda sinalizante, os efeitos do destaque, da expressão facial e do diálogo com o profissional intérprete relembram a sua condição de mulher surda presente na comunidade. Na análise desse movimento, percebo a memória da condição de surda, pela sinalização, após a construção visual de um corpo comportado, de uma mulher de “conquista”, de superação. Bem diferente da jovem Natália de 2014, as duas peças fotográficas que convocam o corpo de 2017 (SANTOS, 2014), coexistem na tentativa de mediatizar uma unidade discursiva, uma corporeidade (SANTOS, 2014), na qual Natália é, em sua historicidade, um exemplo de mulher surda docilizada.

Figura 6 – *Selfie* de Natália em reportagem de 2014.



Fonte: *Print* realizado pela autora em: 27 ago. 2021.

Na fotografia da reportagem de 2014 (Figura 6), Natália aparece com 19 anos em uma *selfie*. Segurando o caderno de questões, a indignação da então menina é situada na manutenção de um olhar fixo. Por ser um registro concomitante à sua saída da prova, a expressão de insatisfação e revolta estampa seu rosto. Em conjunto, a franja lateral e os *piercings* no nariz constituem uma existência diferente da discursivizada três anos depois.

Como jovem surda, inserida na universidade, em 2017, na figura 4, realça-se a ideia de superação individual com a legenda da primeira fotografia que compõe a reportagem mais atual: "Jovem se superou e hoje cursa faculdade de administração em Santos, SP". Além disso, as fotos de Natália sentada, em pose comportada e com cabelos alinhados, formulam discursivamente uma mulher ideal por meio de um corpo *docilizado*, criado para servir.

A servidão do soldado, entendida por Foucault a partir do processo de submissão e utilização do corpo, alinha-se às análises sobre as fotografias de Natália. Isso porque, entre 2014 e 2017, temos, em formato temporal, a criação de um corpo que parece ter se adequado. Tanto pela sua formação acadêmica, quanto pela sua caracterização física, Natália representa a superação recorrente da docilização. Nas palavras do filósofo francês,

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 2020b, p. 133).

As mudanças perceptíveis no corpo produzem efeitos de sentido que, em diversas medidas, desresponsabilizam as instituições criticadas pela Natália de 2014. Por meio do corpo fabricado, os sentidos versam entre a conquista solitária e meritocrática da mulher surda e a volta por cima dada sem que nenhuma barreira fosse retirada de seu percurso acadêmico. Para isso, entretanto, foi preciso adaptar-se, tornar-se máquina, silenciar-se em uma postura alinhada, como se vê na figura 4. Assim, percebo que Natália, em 2017, é uma convidada do jornal, exposta de modo que, por meio de sua objetivação, as consequências produtivas da docilização, do corpo quando objeto e alvo de poder (FOUCAULT, 2020b), sejam discursivizadas.

A inaptidão do corpo, parafraseando Foucault (2020b), foi corrigida. O lugar a ser ocupado pela estudante, no ensino superior, não foi aquele que era a sua primeira opção, mas o de vocabulário mais simples. Entretanto, ocupar uma posição no ambiente acadêmico, enquanto mulher surda, é a superação suficiente de si mesma, como relatado na legenda da Figura 4.

Do diálogo-duelo entre um antes e um depois no acontecimento jornalístico, atravessado pela atualidade do enunciado, abordo, a seguir, a percepção de uma autora que versa sobre a importância do que constitui e alimenta a matéria na ordem do jornalístico.

Da ordem do acontecimental, a notícia, constituída de múltiplos discursos circulantes na sociedade, emerge como enunciado, ou enunciados, quando no entrecruzamento dos planos de expressão e de conteúdo, na materialização discursiva, ocorre a ocupação de um lugar de fala, ou de um espaço discursivo que direciona o sentido rumo a um campo específico de significação, que se filia, por sua vez, a ordens de discursos já sedimentadas. Ou seja, para identificar o que se enuncia na notícia é preciso, antes, o reco-

nhecimento dos jogos de relações que ocorrem nesse campo de saber (MOURA, 2008, p. 5).

É comum, em matérias de cunho jornalístico, o discurso relatado de autoridades no assunto para endossar a discussão e explicar termos e acontecimentos com legitimidade. Assim, uma intérprete de Libras foi convocada para comentar o caso de Natália e a sua dificuldade diante da língua portuguesa, a sua segunda língua.

Figura 7 - Explicação da intérprete de Libras.

A intérprete de Libras e professora do Instituto Federal de São Paulo, Elayne Kanashiro, explica que o problema da menina não é de aprendizagem, é de ensinagem. “O surdo é totalmente visual. O surdo não entende a nossa leitura. Ele não entende essa estrutura da língua. A redação do surdo é totalmente invertida. O intérprete é só o canal. O surdo precisa ver para aprender. A mensagem precisa ser modificada e readequada para ele”, explica.

Fonte: *Print* realizado pela autora em: 10 set. 2021.

Em seu ponto de vista sócio-antropológico sobre a surdez, caracterizando-a em sua condição visual-espacial de língua, Kanashiro pontua as principais características da pessoa surda. Apesar de se referir à Natália, a professora desenvolve uma homogeneização das pessoas surdas, tratando-as por “o surdo”, no masculino singular. Além disso, na matéria de 2017, ao retomar a fala da intérprete sobre a denúncia feita por Natália, na carta escrita na folha de redação, a estudante é apresentada também como “menina” – escolha que produz efeitos de infantilização das suas capacidades e desestimula o forte teor da crítica por falta de acessibilidade no ano de 2014.

Apesar de diretrizes vigentes desde 2015, ações frequentes relacionadas ao ingresso de pessoas surdas no cotidiano de um ensino de qualidade recebem críticas por não estarem em atividade efetiva nos processos seletivos. A falta de adaptação dos exames e das tarefas acadêmicas evidenciam o descaso do ensino com aqueles que não apresentam recursos semelhantes ou iguais ao padrão necessário para satisfazer o que se pede nos termos das resoluções. A carência de conhecimento acarreta uma organização debilitada de tato para compreender e se relacio-

nar com a singularidade linguística do povo surdo na correção das provas e atividades acadêmicas.

Cabe ressaltar que a matéria parte de ouvinte para leitores ouvintes, construída em modalidade escrita da língua portuguesa. A fala de Natália, ao ser traduzida da Libras, é atravessada pelo trabalho do profissional intérprete e não entrega o conteúdo para toda a comunidade surda, pois muitos surdos não dominam o português escrito. Segundo Quadros (2019, p. 160),

Com o avanço da tecnologia, os surdos têm usado o português nas redes sociais para interagir uns com os outros e isso é importante, pois o português passa a ter sentidos reais de uso em suas vidas. No entanto, mais e mais, entre os surdos, quando se faz necessário ser claro, são postados vídeos em Libras, em vez de se escrever em português. O trivial pode ser dito em português, mas o que é importante é filmado em Libras [...]

Apesar da presença de Natália no espaço virtual, em matéria de circulação a nível nacional, sua língua não é abordada, não se apresenta no corpo do texto, o que poderia ser feito com o uso da ferramenta de vídeo, utilizada por jornais virtuais quando se trata de um “furo” gravado em tempo real ou até mesmo em casos de denúncias filmadas, como já expliquei no capítulo anterior. Assim, a violência no/do duplo silenciamento do corpo é marcada pelo silenciamento da Libras, elemento compositivo da heterogeneidade de Natália enquanto mulher surda, que possui a Língua Portuguesa como L2 e faz parte de uma minoria cultural e linguística (QUADROS, 2019).

A invisibilidade e a inacessibilidade denunciadas pela jovem, em 2014, são publicadas em um meio e de uma forma que, semelhante ao formato da prova do ENEM, não consideram a Libras como essencial para que a pessoa surda seja efetivamente inserida e tenha a possibilidade de ser ativa no cenário proposto. O resultado são poucas surdas no ensino superior⁶², o que visibiliza o (não) lugar de Natália neste meio, sendo este secundário, divergente da forma como ela sonhara como ideal. Na sequência, a realidade de Natália, ao frequentar um curso para o qual teve que se moldar e que não condizia com a sua primeira opção, é vista como supera-

⁶² Ressalto o uso do termo “surdas”, no feminino, para reiterar a ausência de dados publicados com recorte de gênero. De toda forma, a título de justificar os dados base para a afirmativa realizada, valho-me das palavras do estudo de Freitas e Eulálio (2020, p. 1), “[...] o país tinha, em 2016, 29.034 alunos com alguma deficiência matriculados no ensino superior; sendo: 1.488 alunos surdos (5,13% do total), 7.037 deficientes auditivos (24,24% do total) e 151 alunos surdo-cegos (0,52% do total)”. Apesar da suma importância para a temática debatida, o estudo, efeito de uma ordem social que generaliza as vidas surdas, com deficiência auditiva, homens e mulheres, também apresenta um recorte pouco específico, mas que permite observar a pouca inserção de pessoas surdas nas universidades.

ção, e não desistência. O texto formulado pelas autoras segue um roteiro sequencial. Com um começo difícil, em 2014, a jovem surda enfrentou a inacessibilidade da prova, passando pelo processo da denúncia e, em 2017, alcançando o que é discursivizado como um final feliz.

Estar em um curso com “vocabulário mais fácil”, como ela aborda, é visto como ultrapassar as barreiras e superar a si mesma. Entretanto, uma perspectiva compromissada com a acessibilidade e os direitos das pessoas surdas, que contemple as capacidades dos sujeitos surdos e as habilidades de Natália, pode interpretar a sua fala como o resultado de processos docilizadores, não uma escolha, a única alternativa diante das barreiras impostas.

Figura 8 – Citação de Natália.

Para Natália, a escolha do tema da redação do Enem deste ano foi fundamental para levantar uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas na sociedade. "São passos lentos, mas o Brasil está tentando incluir os deficientes. O tema foi ótimo, foi uma conquista para a conscientização das pessoas. Provavelmente essa escolha aconteceu por conta dos nossos esforços e da luta que nos envolvemos por mudanças positivas para cada um de nós", comemora.

Fonte: *Print* realizado pela a autora em: 27 ago. 2021.

A estrutura linguística do excerto e as escolhas feitas para a sua composição produzem, na Figura 8, efeitos de sentido que, no aspeamento, situam a conquista enquanto uma fala de Natália, sobre a redação. Uma conquista sua ou, quando muito, do povo surdo. Entretanto, na contrariedade do que elenca o portal, Natália direciona essa conquista para a provável conscientização das pessoas que, antes do tema de 2017, não compreendiam as culturas surdas e não conheciam a Libras.

A partir do exposto, entendo que a matéria se sustenta sobre quatro pilares principais: a) a jovialidade de Natália, reforçada na união da palavra as imagens de seu corpo; b) nas políticas públicas referentes ao povo surdo e à facção do Enem enquanto exame nacional e democrático; c) na ideia capacitista de superação de si, presente na banalização das dificuldades vivenciadas, que constituem o apagamento da denúncia sobre o governo e a instituição educacional, Natália torna-se, assim, o foco do “problema”, da dificuldade, responsável pelo seu (in)sucesso.

Diante da concepção foucaultiana, segundo a qual, “[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2020a, p. 34), aproximo-me dos enunciados seguintes ciente da expansão dos sentidos possíveis e da inesgotabilidade dos mesmos. Nessa entrada, proponho explorar suas relações interdiscursivas a partir do lugar que assumo enquanto analista, imersa nos Estudos Surdos, mulher e estudante.

No deslocamento do analista⁶³ para se voltar para a produção dos sentidos, a prática ativa e dedicada, é fundamental. Para tanto, coloco-me na história, corpo-mulher, com as implicações que essas palavras têm na carga de suas historicidades, para situar seus sentidos no recorte proposto, emergentes das publicações no digital, que reatualizam e se inscrevem nas margens da história contínua.

Perseguindo tal orientação, volto-me, agora, para o enunciado em formato de comentário enquanto elemento que conduz o sujeito a se aproximar do outro e de si mesmo. Nos atravessamentos, nas práticas discursivas, ele se constrói e se firma no mundo, produzindo, também, o que está à sua volta. De forma geral, enunciados publicados na web circulam em formato amplo para serem visualizados por todos os usuários de suas páginas de exibição. São (ex)postos para serem respondidos, questionados, curtidos, criticados.

O impedimento mais intenso, entretanto, ocorre diante da impossibilidade de acesso de suas exclusões. O apagar dos comentários, a supressão do dito, é ação quase divina, efetuada somente pelo usuário ou pela plataforma. Na pesquisa, por exemplo, podemos descrever e interpretar *ad infinitum* apenas o que o *print*, ferramenta desenvolvida para salvaguardar a imagem da tela de modo a não nos tornar refém de exclusões, alterações, mudanças do tempo e arrependimentos, comporta. Assim, ao mesmo tempo que possibilita guardar o comentário, o *print*, enquanto elemento possível a partir de uma ação de captura, demanda do analista o resgate das condições para o seu aparecimento. Para Foucault (2020a, p. 34), uma das grandes preocupações daqueles que se colocam na análise do discurso seria:

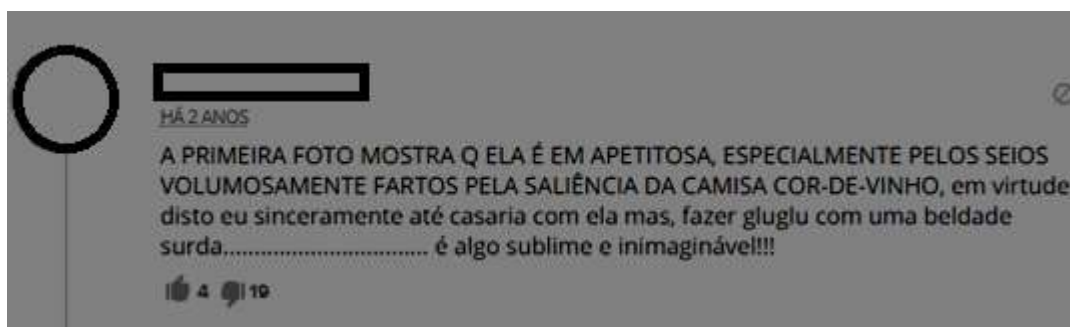
⁶³ Para o uso do termo, oriento-me pelas palavras de Foucault que, em “Sobre a prisão” (2008, p. 151), possibilitou, a partir de sua resposta, uma definição dessa posição-sujeito considerando a sua função enquanto intelectual: “O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise [...] Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes [...] onde eles se implementaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha. Eis aí o papel do intelectual”.

[...] compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

Afunilando para os enunciados, a fim de justificar suas seleções, acentuo que me inquieta, nas interpretações desenvolvidas, como o Ser Surda revela-se dos dizeres postos na rede por sujeitos que acessaram, em uma matéria, a representação de um corpo e sua história. Da matéria para os comentários, considerando as análises, é possível visualizar o impacto do texto de cunho jornalístico nos debates na rede. Segundo Foucault (2014, p. 24), “[...] o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer, enfim, o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”.

Assentada em tais pressupostos, inicio a análise dos comentários atentando-me para os já-ditos sobre o corpo surdo, a surdez e a Libras, componentes primordiais das enunciabilidades recortadas.

Figura 9 - Beldade surda.



Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

Publicado no *Portal G1*, enquanto comentário à reportagem, o enunciado (Figura 9), feito por usuário que se identifica enquanto sujeito homem⁶⁴, pelo nome, apresenta uma descrição singular de Natália. Com 4 curtidas e 19 descurtidas, entre

⁶⁴ As fotos e os nomes que compõem os perfis dos sujeitos na plataforma digital foram cobertos visando proteger suas identidades. Apesar da escolha, ressalto se tratar de um comentário postado por um sujeito homem por considerar a informação importante na formulação de sentidos do enunciado. Da mesma forma, eu o fiz diante de comentários realizados por sujeitos mulheres. A influência desta demarcação se mostra quando observamos, a partir das análises, a diferença da objetificação do corpo feminino surdo em relação à posição-sujeito do usuário responsável pelo comentário. Sigo as palavras de Foucault (2008, p. 116), “[...] descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”.

letras em caixa alta, reticências e pontos de exclamação, o sujeito discursiviza o corpo da estudante. No texto, a questão do Enem, o debate traçado sobre a falta de acessibilidade e a conquista comentada por Natália sequer são situadas, como já destacado aqui.

Os insistentes poderes que agem sobre o corpo da mulher e da pessoa surda situam a foto de Natália, exposta na tela, em um controle classificatório, o qual recebe, na existência e exposição da foto, autorização suficiente para exercer suas três etapas principais. Segundo Foucault (2020b), são elas: separar, analisar e diferenciar. Acrescento, ainda, na esteira de Perlin e Vilhalva (2016), a ação de comparar, pois o corpo surdo, ao ser exaltado como tal na condição de “beldade”, aparece comparado ao corpo ouvinte. Dessa aproximação, sobressai efeitos de apagamento e normalização.

Natália, então, constitui-se como sujeito em relação ao corpo ouvinte, não em relação a si ou ao que enuncia. O que lhe dá atestado de existência são seus atributos físicos, diferentes e mais intensificados pela condição de surda. No enunciado em questão, a foto não apenas representa um corpo, mas comunica uma chance de descrição, a qual é desenvolvida pelos sujeitos ordinários a partir da permissividade do digital, que favorece comentar a respeito do assunto principal ou, também, exercer um enfoque sobre algo secundário, priorizado na reatualização do texto primeiro, como é o caso da objetivação de Natália.

No comentário, a materialização do corpo, por meio de adjetivos, como “apetitosa”, “beldade surda” e o uso recorrente do pronome “ela”, produzem o efeito de apagamento da individualidade de Nathalia, que tem a sua trajetória banalizada e o corpo tanto analisado quanto exposto. A obrigação de servir, seja de forma sexual ou pela protagonização de um desejo emerge da análise, enquanto prática ouvintista (SKLIAR, 2015), pulsante em uma sociedade que incide a incapacidade do grito, a vulnerabilidade e a submissão enquanto características ativas do corpo surdo feminino.

As condições de emergência são as mesmas de um abuso para qualquer outra mulher. O sujeito realiza o abuso, a invasão, construindo um Ser Surda passivo e passível de violação, através da imagem, com a sua foto. Assim, após a observação do corpo pela imagem, da objetivação da Surda, o enunciado caracteriza Natália como objeto de desejo, inserindo-se, pela regularidade, no processo de análise, na série corpo-desejável.

Figura 10 – A aparência de Natália.



Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

O enunciado da Figura 10, feito na mesma reportagem por um sujeito homem, mas na plataforma do *Facebook*, centraliza uma afirmativa sobre o aspecto físico de Natália. Para o sujeito, Natália é “gatinha” – meio informal de indicar sua beleza física. O uso de reticências configura uma possível continuidade de sua fala, que é finalizada com o desenho de um rosto.

No que tange às ferramentas disponíveis pela rede social, o usuário se vale de um *emoticon*⁶⁵ para complementar a sua performance pessoal diante da imagem de Natália. Os *emoticons*, que enunciam prováveis faces e expressões utilizadas em uma conversa, possuem seus campos de uso delimitados, necessitando, também, de contextos propícios para se encaixarem de forma harmônica no diálogo criado pelo sujeito. O diálogo comporta um remetente inserido no enunciado como “rapaz”, peça fundamental no discurso de objetificação. Natália é, assim, assunto de uma conversa entre homens.

Em minha análise, o rosto amarelo, que direciona o olhar para o lado direito e encurva a boca, produz sentidos sobre o desejo despertado também pela foto da entrevistada – foco do usuário em relação à reportagem. Sobretudo porque ele aparece ao fim da afirmativa sobre Natália ser “gatinha”, adicionando ao elogio sentidos ligados ao interesse sobre o corpo a partir da representação do olhar.

Além disso, a suspensão pelas reticências ameniza o teor impróprio do comentário, porém não disfarça o peso da afirmativa. Assim, segue-se a mesma linha do enunciado da Figura 9, no qual o conteúdo escrito da matéria não fica em nenhum plano (cabendo à “conquista”, o primeiro), de forma que a denúncia e a realidade enfrentada por Natália são apagadas pela objetificação de seu corpo. A signifi-

⁶⁵ Os emoticons são miniaturas de desenhos feitas de forma digital para auxiliar o usuário na expressividade em tela. Contemplando expressões faciais, animais, flores, corações e diversos outros desenhos, os emoticons podem aparecer, como ocorre no comentário em questão, como um reforço à escrita ou também sozinhos, produzindo sentidos dependentes das condições de uso.

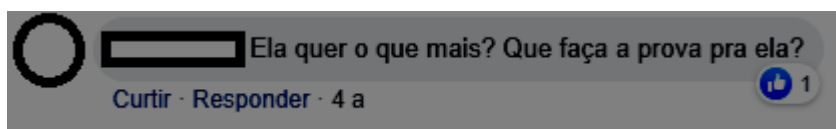
cação e os movimentos dos usuários, desenvolvidos perante à imagem, recorda-me a definição feita por Mitchell (2015, p. 167):

As imagens são marcadas por todos os estigmas próprios à animação e a à personalidade: exibem corpos físicos e virtuais; falam conosco, às vezes literalmente, às vezes figurativamente; ou silenciosamente nos devolvem o olhar através de um abismo não conectado pela linguagem. Elas apresentam não apenas uma superfície, mas uma face que encara o espectador.

Ao encarar a imagem, os dois primeiros enunciados, em análise, produzem efeitos de sentido diversos, mas se entrelaçam em uma proximidade descontínua diante da reportagem e seu conteúdo. Compondo série corpo-desejável, ao objetificar Natália, eles se pautam exclusivamente na imagem do corpo e, trazendo ou não a surdez de Natália para o jogo de suas considerações digitais, afetam e são afetados pela matéria. A ideia de corpo-mulher encara-os e fala com eles. Há, como bem pontua Mitchell (2015), um abismo que não necessita da linguagem, mas que é sentido ali. Entendo este abismo como o espaço imaterial entre a permissividade diante do corpo feminino que diz e significa mesmo sem dizer e que atrai o desejo, o interesse e a vontade, ainda que desenvolva outra discursivização sobre si no mesmo espaço. Torna-se, para os sujeitos masculinos em questão, somente mais um corpo-mulher.

Adiante, na segunda série, ocorre a construção de um corpo-deficiente, e o foco recai sobre a dificuldade exposta por Natália, não sobre a denúncia.

Figura 11 – Ela quer que faça a prova para ela?



Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

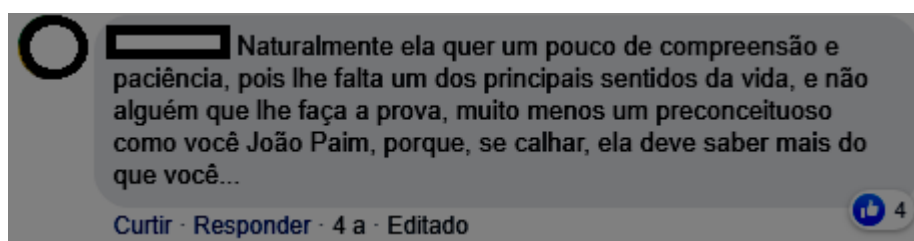
Em “Ela quer o que mais? Que faça a prova pra ela?” (Figura 11), com uma curtida, a referência à Natália aparece acompanhada da leitura da reportagem. O usuário traz, em sua publicação, uma indagação feita sobre a estudante, mas não direcionada a ela. Considerando o cenário interativo da rede social, a possibilidade de visualização pública e circulação em grande alcance, o sujeito utiliza a terceira pessoa do singular, direcionando o seu questionamento para qualquer leitor, não para Natália.

Nessa escolha, o sujeito abre o seu comentário para receber um retorno público. Assim, é esperado que alguém responda por Natália, no que urge a possibilidade de que esta não possa falar por si, mais do que isto, que a crítica seja autorizada e reforçada por outros leitores ouvintes, já que, na montagem do arquivo, não foram encontrados comentários de pessoas surdas. A respeito do direcionamento para terceiros, prática comum enfrentada pela comunidade em conversas com ouvintes, o enunciado sinaliza a exclusão da mulher surda, o “ela” demarca sua presença e sua ausência, ao mesmo tempo.

A percepção de uma suposta passividade de Natália, diante das dificuldades enfrentadas na facção do exame e a reivindicação de seus direitos, aparece no enunciado como um pedido de auxílio exorbitante. O que poderia ser entendido como acessibilidade e direito configura-se enquanto absurdo, enquanto solicitação de privilégios. Posto isto, o comentário se constrói enquanto crítica, pautado no discurso capacitista, vinculado ao discurso clínico, no qual as políticas públicas aparecem como exagero individual de Natalia, e não direitos de um povo.

Além disso, a pergunta, em tom retórico, coloca, de lado, a capacidade de Natália, logo, de seu corpo. Na interrogação, reside uma possibilidade, a de que Natália quer que outra pessoa faça a prova para ela. Tal pessoa, e resgato a reportagem e a denúncia de Natália aqui, poderia ser o intérprete, solicitado pela aluna surda. O intérprete ouvinte, então, seria alvo do desejo de Natália para que a prova fosse feita em seu lugar. Ao desconsiderar o conteúdo da carta e a importância e relevância da denúncia, o sujeito ordinário distorce o papel do intérprete e caracteriza a mulher surda como corpo incapaz, silenciando a potência de Natália.

Figura 12 - A falta.



Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

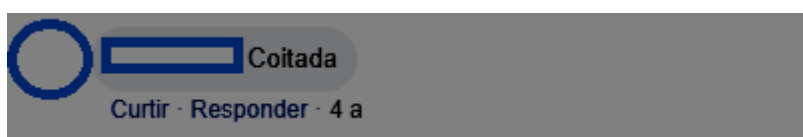
Com 4 curtidas que, na rede social, podem sugerir apoio e reafirmação ao enunciado, o comentário, explicitado na Figura 12, configura uma resposta direta ao

anterior. Ocorre a discursivização de uma percepção mais empática para com a dificuldade enfrentada por Natália na falta de acessibilidade do Exame, em 2014. Entretanto, situo também a presença do discurso clínico em relação à surdez, exposta no enunciado enquanto a falta de “[...] um dos principais sentidos da vida”.

A vida, assim, está estritamente relacionada ao corpo padrão, normativo, o corpo extasiado pelos 5 sentidos “principais”: visão, audição, paladar, olfato e tato. O corpo surdo transforma-se em corpo que não ouve. E vive, se não menos, de forma inferior. No destacar de uma falta, o sujeito desconsidera a carga possível de sentidos sobre a surdez e a intensificação das outras formas de experienciar o mundo. No que condiz com o direcionamento para outro sujeito ordinário, que desmereceu a queixa de Natália e questionou se ela queria alguém para a realizar a prova em seu lugar, o comentário em questão o taxa como “preconceituoso”.

Percebo que, enquanto uma tentativa de elevar as habilidades de Natália e retirá-la da condição de queixosa e coitada, acrescenta-se a capacidade da estudante de “saber mais” do que o autor do enunciado anterior. No entanto, para a efetividade de tal acontecimento, para a superação de Natália, existe uma condição, em “se calhar”. Aqui, a condicional “se” retoma memoristicamente a surdez de quem se fala, pois é a diferença de Natália que contorna de sentidos possíveis e justifica tal uso, suspendendo, no “talvez”, a provável habilidade da estudante em comparação ao “preconceituoso” ouvinte.

Figura 13 – A coitada.



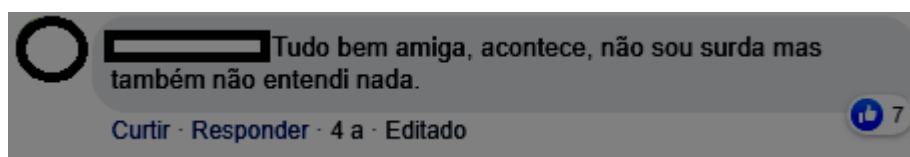
Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

Na sequência dos comentários publicados, este (Figura 13), apesar de composto por uma única palavra, caracteriza Natália de forma a se ramificar e relacionar-se em/com distintos discursos, de outras ordens. Diante dele, relembro a fala de Foucault (2014, p. 25), na aula inaugural no Collège de France, em 1970, “[...] existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos”. O filósofo retoma as conversas do cotidiano, onde circulam ditos que não demandam em caráter obrigatório a presença de uma assinatura.

É no cruzamento entre tais ditos, que discursivizam a pessoa surda enquanto sujeito de vida em dificuldade permanente, que o enunciado se materializa minoritarizando Natália e banalizando a sua denúncia anterior. Reduzir a fala, o corpo e a trajetória de uma mulher surda à “coitada” – termo que funciona sinonimicamente como “mísero”, “infeliz” e “lastimável”; surge aqui como ato autorizado, comum, indiferente a maiores explicações. O sujeito direciona a sua fala, em adjetivação, exclusivamente para a jovem, não discorrendo acerca da reportagem, nem incluindo Natália em uma comunidade.

Assim como na análise dos enunciados anteriores, ocorre neste caso um apagamento da existência de Natália enquanto Surda, presente, ativa e participante em/de uma comunidade com culturas e língua própria. Natália aparece caracterizada como um sujeito que sofre e como digna de pena por não transpor as suas dificuldades – percepção concentrada em uma crítica de cunho individual de Natália.

Figura 14 – Surda x ouvinte.



Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

Para analisar o enunciado presente na Figura 14, é necessário, em um primeiro momento, firmar os eixos presentificados nas análises anteriores, sendo esses: a objetificação do corpo, as políticas públicas referentes ao povo surdo, a minoritarização da capacidade do corpo surdo e a individualização do não entendimento da prova, como sendo algo exclusivo de Natália, tanto em seu acontecimento, quanto em sua provável resolução.

Posto isto, entendo que o enunciado da Figura 14 participa dos dois últimos eixos, em um direcionamento aparentemente afetivo à Natália, pelo tratamento de “amiga”. Na supressão do “minha”, aliás, sujeito feminino responsável pelo comentário gera uma proximidade com a estudante no uso de uma expressão até então original. Respeitando as regras de formação para direcionar-se à Natália, o sujeito centraliza o corpo surdo ao marcar, em negação, fazer parte do grupo contrário, ouvinte.

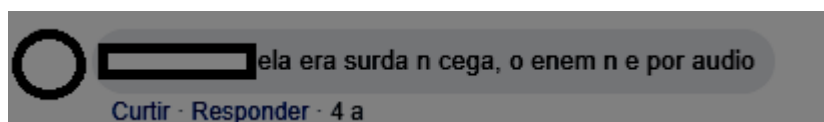
Chamou-me a atenção os efeitos de tal construção. Pode-se considerar que exista, de fato, uma amizade, pode-se averiguar, em contrapartida, o uso da expres-

sividade na produção de um efeito de humor e aí o restante de sua fala complementa tal interpretação minha. Em “não sou surda, mas também não entendi nada”, a proximidade, então, torna-se diferença. Existe, nesta relação, uma ouvinte e uma surda. Novamente, a dificuldade está nas mãos de Natália, literalmente, o seu corpo surdo é o único responsável pelo impasse na prova.

Além disso, a presença da adversativa “mas” contrasta com a oração anterior, na qual ser surda combinaria com não entender, enquanto “não sou surda”, frase substituível por “sou ouvinte”, harmonizaria com o entendimento, a facilidade na facção da prova. Assim, entre uma oração e outra, sustenta-se um fenômeno quase inconcebível, mas real: a dificuldade diante da realização do exame pelo ser ouvinte. Reside, aí, um efeito de humor muito específico, coordenado pelo absurdo.

No enunciado seguinte, a revelação de um corpo pela contraposição com outro, segue. Entretanto, o corpo surdo é tomado enquanto tal não apenas diante do corpo ouvinte, mas também do corpo cego. Novamente, o foco não se direciona para um problema social, educacional e político, mas para os corpos, os sujeitos.

Figura 15 - Ela era surda, não cega.



Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

Duas questões principais emergem da análise referente à Figura 15, sendo estas a aceitabilidade passiva de um obstáculo para as pessoas cegas prestarem o Exame e a improbabilidade de Natália não conseguir realizá-lo. Na comparação entre surdez e cegueira, a segunda condição expõe prováveis limitações da pessoa cega de realizar a prova e resolver suas questões. Em ambas, há uma disputa entre corpos que são limitados discursivamente a essas condições físicas, a surdez e a cegueira.

Ou seja, o tipo de surdez a que se refere o sujeito não possui dificuldades ou barreiras diante da língua portuguesa. A surdez tem suas particularidades, portanto, reservadas à não audição – o que não gera impedimentos de ordem cognitiva, de compreensão e/ou interpretação. Ao mesmo tempo, o impedimento diante de um exame por áudio contrapõe o corpo surdo ao corpo ouvinte. Entretanto, apesar de

não considerar Natália como incapaz, por não ser cega, a objetivação se dá no apagamento dela enquanto pertencente ao povo surdo, com a sua língua própria, a Língua Brasileira de Sinais. Natália é discursivizada, na afirmativa do enunciado que carrega essa surdez caracterizada pela falta da audição, como corpo deficiente.

Há, assim, um efeito de verdade (FOUCAULT, 2008) que orienta noções acerca das pessoas surdas. Diante do exposto, ressaltamos que os movimentos do sujeito estabelecem uma ponte entre a crítica da estudante e a preparação e estrutura de uma prova que aparenta ser adequada, inviável apenas para pessoas cegas, já que se trata de uma prova escrita. Na banalização da reclamação de Natália, na carência de uma habilidade esperada de forma natural, por sua nacionalidade, e na aceitação de incompatibilidade entre cegos e o Enem, os efeitos emergentes do enunciado ordenam a segregação dos que desviam da norma, e a norma reside na escrita em língua portuguesa, no domínio da leitura.

Perseguindo a noção de verdade enquanto “[...] um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 11), noto a desenvoltura dos enunciados para assimilarem a surdez, a Libras e o corpo surdo a certezas que não são desenvolvidas no correr dos posicionamentos, apenas centralizadas de forma “natural”.

O efeito de naturalidade é discutido por Foucault como efeito de verdade, advindo de regimes que empreendem, por meio dos discursos proferidos pelas instituições e instâncias econômicas, políticas, sociais, jurídicas, entre outras – o que é da ordem do aceitável e do legítimo, o que, conseqüentemente, torna-se mais aceitável nas camadas sociais.

Para Foucault (2008, p. 11), o regime de verdade,

[...] é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade. Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" [...] entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de "ciência/ideologia", mas em termos de "verdade/poder".

O regime de verdade, enquanto relação entre a verdade e o poder, propaga a verdade construída e entendida como tal porque atende positivamente a interesses específicos da ordem política e econômica. Assim, a exclusão de sujeitos surdos por uma ideia de incapacidade é tão autorizada como natural, sobretudo por responder diretamente a uma verdade. Tomar a língua portuguesa como língua de todos os

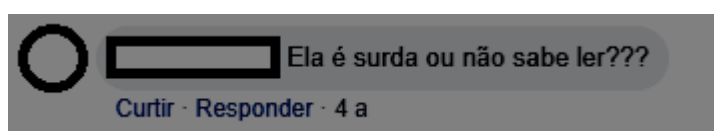
brasileiros, no apagamento da Libras e do povo surdo, situar o Exame Nacional do Ensino Médio enquanto viável e democrático, colocando as dificuldades dos sujeitos que fazem a prova como sendo do campo do individual, do “problema seu”, configuraram práticas discursivas desenvolvidas a partir de regimes que instituem e reforçam a ideia de incapacidade da pessoa surda, de falha da surdez.

A construção desses efeitos de percepção acerca do corpo surdo, na relação com o exame, não advém somente da denúncia de Natália, mas da própria configuração da prova. Sobre o Exame e seu teor ritualístico, Foucault (2020b, p. 181) acentua que:

Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível.

No discurso onde quem tem sucesso batalhou por isso e quem fracassa é responsável, a meritocracia emerge na desresponsabilização do estado mediante a segregação dos corpos surdos. A história do exame e sua organização não acessível é parte responsável pela discursivização capacitista do sujeito Natália. Em comparação a esta prova, ela emerge como sujeito incapaz.

Figura 16 – Surda ou não sabe ler???



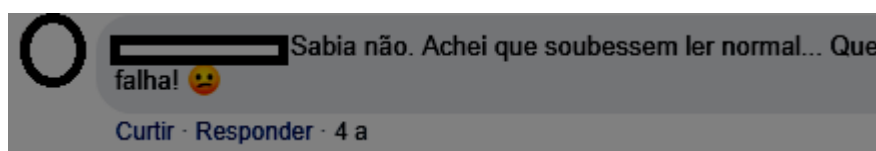
Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

Na Figura 16, o coitadismo é novamente centralizado, enfraquecendo e diminuindo a capacidade do ser. O enunciado produz uma Natália queixosa que aumenta os reais problemas de uma pessoa que é somente surda. O ataque novamente ocorre de forma indireta, sem um direcionamento a quem se fala, solicitando, assim, a interação com outros leitores. As interrogações acentuam a ofensiva solicitando uma percepção do absurdo que é Natália não conseguir realizar a prova por ser surda.

O desconhecimento sobre as diferenças entre Libras e a Língua Portuguesa configuram o ponto alto da construção do enunciado, e a sua agressividade decorre,

mais uma vez, no apagamento da Natália enquanto Ser Surda. Nesse processo, o corpo de Natália é destacado por meio dos aparelhos fonoaudiológicos, ou ela é surda ou ela não sabe ler. Destaca-se, assim, a dúvida sobre supostas falhas, uma presente nos ouvidos e a outra da ordem cognitiva, colocando em questão a capacidade de leitura e compreensão de Natália em uma enunciabilidade que ignora a denúncia e a história exposta. Entre as dificuldades e o pedido por seus direitos, a mulher surda é reduzida a dois enfrentamentos que justifiquem o seu fracasso, reduzida ao corpo deficiente, falho.

Figura 17 - Normalidade x anormalidade.

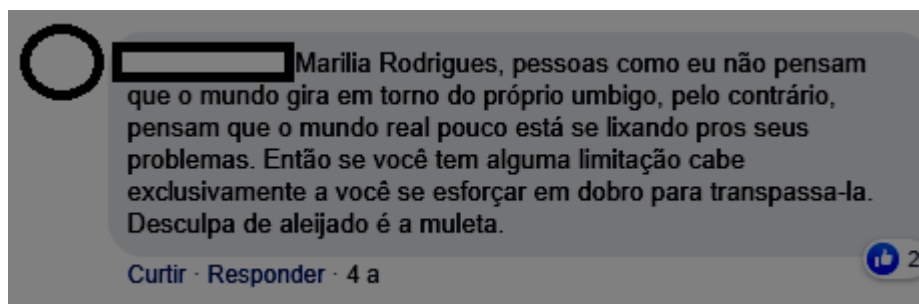


Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

Na Figura 17, a materialidade, escolhida por desenvolver duas questões muito presentes na comunidade surda, reitera uma posição comum, vinculada ao saber leigo diante dos assuntos surdos e à exposição permitida pelo digital. O enunciado tem seu funcionamento pautado em uma espécie de desabafo. Centralizando o desconhecimento acerca de a Libras ser a língua oficial dos surdos e a dificuldade de alguns diante da língua portuguesa (QUADROS, 2010), o comentário localiza o domínio em leitura da L2, oral-auditiva, como “normal”. A capacidade de ler a LP é, assim, uma ação absorta em práticas já esperadas pelo povo brasileiro. A normatividade trazida pelo comentário casa com um olhar clínico da surdez, e o uso do verbo saber na terceira pessoa do plural acentua um deslocamento de Natália, núcleo da matéria, para os surdos, remetente do comentário. Neste deslocamento, encontra-se o apagamento da estudante e a homogeneização de sua dificuldade. O que ocorre é a generalização da “anormalidade”.

Na sequência da análise, com a Figura 18, o que se sobressai é a individualização da problemática. Como essa aparentemente não deve ser tratada como algo referente ao estado, ao social e a seus trâmites de exclusão, na série estabelecida, Natália é enunciada como corpo-problema. Tanto no enunciado que se segue, quanto nos anteriores, a regularidade observada é a de que o problema está na surdez, nos corpos falhos, não no exame ou em sua aplicação/formulação.

Figura 18 – Surdez e limitação.



Fonte: *Print* elaborado pela autora em: 01 ago. 2019.

O comentário presente na Figura 18 define a surdez como “problema”, uma limitação individual que, sendo assim, deve e pode ser superada de forma particular, dependendo exclusivamente da força de vontade e da dedicação do sujeito surdo. Na fomentação desse sentido, o enunciado se organiza pela mobilização de um dito popular: “Desculpa de aleijado é a muleta”. Com ele, a surdez é aproximada da ideia de deficiência física, reiterando um olhar clínico e capacitista tão regular, como tenho discutido. No livramento da responsabilidade governamental e social para com os sujeitos surdos e no uso da segunda pessoa do singular, como construção linguística, o caráter amplo do discurso, que pode servir para todos os leitores, possibilita o efeito de sentido da homogeneização, construindo um discurso de motivação, meritocrático.

Além disso, o “mundo real” pode ser interpretado enquanto lugar egoísta e que preza pela individualidade, não sendo um ambiente social e seguro para relações de afeto, empatia e confiança. O enunciado, na junção deste mundo solitário e do discurso meritocrático, não se direciona à mulher surda Natália, mas à sua surdez, demandando do sujeito um necessário esforço duplo para não ser prejudicado. Natália, então, é reduzida às limitações que pode enfrentar, em um ambiente hostil, o que a definirá. Assim, é a capacidade de transpor tais dificuldades que são, como permite pensar o enunciado, inevitáveis – o que legitimará a mulher surda enquanto sujeito digno.

Foucault (2008, p. 8) afirma que:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede

produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Pensando nisso, considero o espaço do digital como um novo campo de relações, de criação, de produção e recepção, de circulação de material, portanto de consumo. Um lugar no qual os corpos aparecem, movimentam-se, são expostos e explorados de uma maneira diferente. O corpo surdo é violado publicamente. Ao considerar o ambiente físico, fora das telas, é possível falar em surpresa, é possível abominar determinados discursos, mas, no virtual, a oportunidade de publicação do dizer se encontra com a possibilidade de aceitação, de *like*, seja um ou de centenas de sujeitos que ali também deslizam.

O prazer da violação, a repulsa e o medo da violência dividem a mesma tela. A partir do momento em que ocorre a exposição do corpo na tela, o poder fica nas mãos do que comenta sobre aquele corpo. Faço uso das palavras de Foucault (2020b, p. 129) para abordar esse poder que funciona de forma muito específica:

Um poder de punir que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos, e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um.

Imerso no exercício de um micropoder de “[...] ocupação meticulosa do corpo e do tempo do culpado” (FOUCAULT, 2020b, p. 129), o sujeito ordinário, que comenta sobre o corpo e constrói tal objeto pelo discurso que utiliza, age de forma punitiva ao cercear a conduta daquele que denuncia, que desvia da norma. No enunciado em análise, quem recebe a punição é um culpado desviante. O desejo pelo discurso verdadeiro (FOUCAULT, 2014) é saciado no ato de comentar. Vive-se, assim, a vontade de verdade, neste campo, o dito sobre o corpo e seu alcance permite que a opinião do usuário beire o real.

O que as análises ecoam é que a caracterização de uma mulher surda no espaço digital, Natália, dá-se por entre os respingos de relações de violência e de resistência (FOUCAULT, 1995), seja na construção desse sujeito, seja na formulação ou na instituição de discursos (clínicos, jurídicos, meritocráticos, machistas) que se atravessam, contradizem-se e se complementam, mas, como observei até aqui, não se anulam.

A partir da observação do corpo representado no digital, os sujeitos ordinários objetivaram Natália, na demarcação das dificuldades enfrentadas por Natália veio a

reboque, nos enunciados, a responsabilidade unilateral para a transgressão dessas. De um sujeito responsável pela própria realidade, também emerge um sujeito passivo, submisso e problemático caracterizações feitas sobre o corpo-mulher-surda ao ser objetificado.

CONCLUSÃO

Ao assumir a busca pela sistematização do funcionamento dos saberes que constroem o olhar sobre a mulher surda, precisei permear os discursos responsáveis por efeitos de verdade que afetam o corpo de quem se fala. A motivação norteadora desta pesquisa sustentou-se pela perseguição de como e por que, ao ser discursivizada, uma mulher surda se torna corpo surdo, corpo de surda. A questão emergente a partir das primeiras análises e que redirecionou todos os objetivos e a proposta do trabalho, deu início à centralização do alvo de tentativas de normalização e docilização.

Ao enunciarem a respeito da mulher surda, as vozes fincadas na construção do saber sobre surdez, Libras, capacidades/habilidades surdas e sexualidade da surda, ecoam sobre o corpo. Daquilo que se declara sobre o corpo da mulher surda, encontra-se o desejo pela sua normalização, submissão e/ou desistência dos espaços sociais. Na ênfase dada ao corpo, na sistematização das regras de formação dos enunciados, identifiquei a supressão das habilidades de Natália enquanto estudante e profissional ou até mesmo militante em contraposição a uma busca pelo uso do corpo da mulher surda, na exposição de sua utilidade. As imagens e a discursivização dela na reportagem de 2014, possibilitam a construção de um corpo-deficiente e um corpo-problema, enquanto nas desenvolvidas na reportagem de 2017, enuncia-se o sujeito-corpo-desejável.

Reiterando um olhar clínico e capacitista regular, o corpo de Natália é discursivizado como uma limitação, um obstáculo. No livramento da responsabilidade governamental e social para com os sujeitos surdos, o efeito de sentido da homogeneização se constrói a partir de um discurso meritocrático. Natália, então, é reduzida às limitações que pode enfrentar em um ambiente hostil e é a sua capacidade de transpor tais dificuldades o que a legitimará enquanto sujeito digno. O corpo problema pode e deve ser solucionado por si mesmo.

Na primeira seção, inclinei-me para o funcionamento das violências sobre o corpo de Natália, contemplando um duplo silenciamento e o apagamento de sua existência na/pela heterogeneidade. Diante da proposta, elenquei o desrespeito à Libras e os efeitos da mediatização do corpo como pontos que, do conjunto de legitimações sobre os surdos, formados pelo olhar clínico diante dos anormais, dos não sadios, culminaram no acúmulo de objetivações sobre Natália, desprovida de indivi-

dualidade e formulada a partir de considerações que a tomavam como corpo-objeto, seja pela fotografia ou pela condição de corpo-mulher. Deixando de ser indivíduo, a Surda teve a sua construção enquanto sujeito exposta e reduzida, considerando a temporalidade dos acontecimentos discursivos, à "denúncia" e à "conquista". Sendo, na primeira, objetivada como surda-problema e, na segunda, vista enquanto exemplo de superação. Seguindo os discursos de saber e poder construídos pela ótica médica, Natália assume essa segunda posição quando se molda ao padrão normativo.

Mostrei, na terceira seção, como as fotografias do corpo de Natália, entendidas pela noção de corporeidade, objetificaram-na e, na transcorrência do tempo, criaram um intervalo necessário para o processo de docilização, de padronização visando o aceite social. Diante destes movimentos, considero a visualidade das forças impostas sobre o corpo da Surda a emergência fundamental da condução do trabalho. A ilustração da transformação causada pela normalização segue refletida nos enunciados.

Com o objetivo de sistematizar os discursos que atravessam os enunciados construtores do sujeito Natália, no segundo capítulo, emergiram notas de um exercício de poder muito específico sobre o corpo da mulher surda. Exercício consolidado pelas linhas documentais de ordens discursivas residentes de instâncias firmes, estruturadas. Os discursos clínico, jurídico e pedagógico entrelaçam-se aos enunciados apresentando suas forças formuladoras de práticas e, igualmente, à dependência dessas para resistirem ao tempo e a um espaço transitório, instável, mas que não escapa das demandas do poder, da necessidade da punição, do controle, da disciplina. Neste momento, pela visualização do entrecruzamento entre âmbito discursivo ordinário, científico e jurídico nas enunciações sobre Natália, confirmou-se a hipótese de partida do trabalho. Quando se fala de uma mulher surda, as vozes fincadas na construção do saber sobre surdez, Libras, capacidades/habilidades surdas e sexualidade da surda, ecoam sobre o corpo.

Daquilo que se declara sobre o corpo da mulher surda, encontra-se o desejo pela sua normalização, submissão e/ou desistência dos espaços sociais. O entrelaçamento crucial entre os dois primeiros momentos do trabalho e a parte de análise, apesar da proposital separação tênue, deu-se na observação de um afastamento estabelecido pelos sujeitos ordinários entre seus corpos ouvintes e o corpo da Surda. Na ênfase dada ao corpo, o requisito formacional versou entre a negação da

semelhança e a marcação da diferença, do afastamento de realidades. Dos efeitos de tal afastamento, na sistematização das regras de formação dos enunciados, identifiquei a supressão das habilidades de Natália enquanto estudante e profissional ou, até mesmo, militante em contraposição a uma busca pelo uso do corpo da mulher surda, na exposição de sua utilidade.

Na terceira seção do trabalho, ao voltar-me para a análise dos espaços de enunciação das práticas discursivas e nas materialidades selecionadas, ancorei-me nas complexas amarras dos fios capilares que formam poderes resistentes de silenciamento e apagamento. Notei, nas nuances de comentários inclinados ao olhar para a deficiência, a supremacia do corpo daquela sobre quem se falava. Para além da sua denúncia, em 2014, e (rê)existência, em 2017, o sujeito Natália transita entre a incapacidade da sua surdez e os atributos do seu corpo mulher representado midiaticamente. O corpo-mulher-surdez é a tríade regente de sua tentativa de trilhar o percurso acadêmico e, por conseguinte, de sua falha e, anos depois, de sua conquista. Os espaços ocupados, o curso da desistência e da última opção, as mudanças físicas e a transformação do corpo e do semblante são conduzidos, assim, pela tríade, fora dela, Natália não existe.

A servidão do soldado, entendida por Foucault a partir do processo de submissão e utilização do corpo, alinha-se às análises sobre as fotografias de Natália porque, entre 2014 e 2017, temos em formato temporal a criação de um corpo que parece ter se adequado. Tanto pela sua formação acadêmica, quanto pela sua caracterização física, Natália representa a superação recorrente da docilização.

Nas palavras do filósofo francês,

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 2020b, p. 133).

A inaptidão do corpo, parafraseando Foucault (2020b), foi corrigida. O lugar a ser ocupado pela estudante, no ensino superior, não foi exatamente o curso de história, aquele que era a sua primeira opção, mas o de vocabulário mais simples. Entretanto, ocupar uma posição no ambiente acadêmico, enquanto mulher surda, já é a superação suficiente de si mesma, como discursivizado pelo jornal. Nesse processo, voltar-me para um recorte norteado pelo corpo de Natália, permitiu observar a feti-

chização da surdez, que objetifica o corpo de forma sexual, desenvolver sobre a questão do tratamento do ENEM para com as pessoas com deficiência e os surdos e relacionar discursos legitimados com comentários da ordem do digital. No impacto da centralização da *corporeidade* na discursivização sobre a mulher surda, o trabalho mostra a influência do discurso clínico na construção de um corpo-desejável, um corpo-problema e um corpo-deficiente, enquanto o discurso jurídico e o pedagógico faltam.

Por fim, esclareço que o destinatário das percepções mencionadas e de todo o percurso traçado reside nas salas de aula. Pretendo, posteriormente, aprofundar os resultados da pesquisa nos espaços educacionais que envolvem surdos e ouvintes, buscando situar as estratégias de resistência dos corpos surdos nas atualizações das práticas pedagógicas. Reitero as palavras de Miranda (2016, p. 77), ao declarar que:

[...] deve-se entender que um arquivo jamais será descrito em sua totalidade, pois ele desprende os indivíduos de suas continuidades. Ele não estabelecerá, jamais, a autenticação de uma identidade pelo jogo das distinções, pois que se é, em essência, a própria diferença.

Vivemos, ainda, cercados por efeitos de verdade, por regimes que nos afastam de compreensões leais à heterogeneidade da comunidade surda, responsáveis pela objetivação do corpo surdo e, conseqüentemente, pela objetificação da mulher surda, caracterizações que não podem sobreviver pela naturalização. Esta colocação me impulsiona a não cessar os movimentos diante da temática aqui ensejada, ciente da infinitude do caminho a ser trilhado e, principalmente, da impossibilidade de esgotamento do arquivo que contemplei.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Cecília Ferreira de. **Surdez e biculturalidade**: um estudo sobre o autoconceito a partir das interações surdo-surdo e surdo-ouvinte. 99 f. Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento e Saúde, Brasília Biblioteca Depositária de Brasília, 2013.

ABREU, Fabrício Santos Dias de. **Experiências linguísticas e sexuais não hegemônicas**: um estudo das narrativas de surdos homossexuais. 2015. xiii, 171 f., il. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

AZEREDO, Verônica Pacheco de Oliveira. **O corpo em Nietzsche a partir de uma leitura da 'genealogia da moral'**. 143f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Decreto Federal Nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018. **Altera o Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS** e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. **Altera a Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei Nº. 13.146/2015, de 06 de julho de 2015. Instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Surdez, linguagem e cultura**. Centro de Estudos Educação e Sociedade, 1998.

BRIEGA, Diléia Aparecida Martins. O ENEM como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro. P. ?. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8831>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CARDOSO, Fernanda Camara. **Formação e atuação de professores de língua portuguesa e língua estrangeira na educação de estudantes surdos em escolas públicas municipais de Ladário** – Mato Grosso do Sul. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2018.

CASSIANO, Paulo Victor. O surdo e seus direitos: os dispositivos da Lei 10.436 e do Decreto 5.626. **Revista virtual de cultura surda**, [S. l.], Maio 2017, p. 01-28. – ISSN 1982- 6842.

COSTA, Pétersson da Rosa. Mulher Surda: lutas e trajetória. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos**. 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278294720_ARQUIVO_mulhersurdalutasetrajetoria.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

COSTA, Peterson da Rosa. **Surda mulher ser eu: a construção das identidades do sujeito surdo feminino**. Saarbrücken: Editora Novas Edições Acadêmicas, 2015.

Diário Oficial da União. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edital Nº 57, março de 2019. Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2019. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2019/edital_enem_2019.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

Edital nº 13, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2017. Diário Oficial da União, seção 3, 2017, n. 13, p. 47. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2017/edital_enem_2017.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021

Edital do Exame Nacional do Ensino Médio. Nº 70/2019. HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO nº 70/2019. **Diário Oficial da União**: ISSN 1677-7069. n.57, segunda-feira, 25 de março de 2019.

FERNANDES, Sueli. É possível ser surdo em português? Língua de Sinais escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 59-82.

FESTA, Priscila Soares Vidal. **Youtube e surdez: análise de discursos de surdos no ambiente virtual**. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

FÓFANO, Carla. **O direito à educação universitária para candidatos surdos no exame nacional do ensino médio: as fronteiras entre as multiterritorialidades da surdez e o uso das tecnologias**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Vale do Rio Doce. Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares, 2017.

FONSECA, Roberto. **Alfabetização de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?** 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Católica de Santos. Biblioteca Depositária de Santos, 2013.

- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1973.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. / Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 8ª reimpressão. ed. Petrópolis: Vozes, 2020b.
- FREIRE, Sérgio. **Análise de discurso: procedimentos metodológicos**. 2ª ed. - Manaus: EDUA, 2014.
- FREITAS, Daniel Antunes; EULÁLIO, Wane Elayne Soares. Os surdos e o ensino superior no Brasil: uma reflexão. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, v. 10, n. 15, 26 jun. 2020, p. 42-47.
- GALLO, Solange Leda; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Corpo e(m) discurso na rede. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GALLI, Fernanda Correa Silveira (Orgs.). **Rede eletrônica: sentidos e(m) movimento**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. p. 13-22.
- GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GIAMMELARO, Cíntia Najla Fahl; GESUELI, Zilda Maria; SILVA, Ivani Rodrigues. A relação sujeito/linguagem na construção da identidade surda. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 123, p. 509-527, 2013.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Althusser, Foucault, Pêcheux – diálogos entrelaçados. In: **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006, p.17-63.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na Web. In: FLORES, Giovanna Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Leda. (Org.). **Análise de Discurso em rede: Cultura e mídia** – vol. I. Campinas: Pontes, 2015, p. 191-211.

GREGOLIN, Maria do Rosário; WITZEL, Denise Gabriel. Análise do discurso verbo-visual do Facebook. In: ABREU, Antônio Suárez; SPERANÇA-CRISCUOLO, Ana Carolina. (Org.). **Ensino de Português e Linguística**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016, v. 1, p. 119-134.

GRIGOLETTO, Evandra. Entre a dispersão e o controle: ler os arquivos da internet hoje. In: FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto et al. **Análise de discurso em rede: cultura e mídia** – v. III. Campinas: Pontes, 2017, p. 145-69

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIÉ, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4ª. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 169-191.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIÉ, Denise. Efeitos do arquivo. In: GUILHAUMOU, Jacques. **Discurso e Arquivo: experimentações em análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 169-191.

HOFFMEISTER, Robert. Famílias, crianças surdas, o mundo dos surdos e os profissionais da audiologia. In: SKLIAR, Carlos. (Org.) **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; MARTINS, Diléia Aparecida; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Política de acessibilidade e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Revista **Educação Social**. Campinas, v. 38, nº. 139, 2017, p. 453-471.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Avaliação de estudantes surdos e deficientes auditivos sob um novo paradigma: Enem em Libras. Revista **Educação Especial**, v. 32. Universidade Federal de Santa Maria, 2019, p. 1-17.

KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. Gênero e Surdez. Revista **Reflexão e Ação** – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, v. 15, n. 1, 2007, p. 01-12.

LAMBERG, Dorian Tatu; OLIVEIRA, Gracielli Thais Souza. Mulheres surdas e a violência de gênero. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**– Women’s Worlds Congress. 2017. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado\(1\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado(1).pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2020.

LENO (2019)

LE BRETON, David. O corpo como acessório da presença: notas sobre a obsolescência do homem. **Revista de Comunicação e Linguagens**, edição RCL 33 Corpo, técnica, subjetividades, 2004, p. 67-81.

LOPES, Maura Corcini. A natureza educável do surdo. In: THOMA, Adriana; LOPES, Maura Corcini (Orgs). **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 33-55.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & a educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LULKIN, Sérgio Andres. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 33-50.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise; MORGENSTERN, Juliane Marschall. Dispositivo curricular de controle sobre a surdez: governamento da surdez no cenário educacional. In: VIEIRA, Lucyenne Matos da Costa; MACHADO, Maura Corcini Lopes (Org.). **Educação de Surdos**: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 81 – 99.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com interprete de lingua de sinais**: relações de poder e (re)criação do sujeito. 2008. 139f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251917>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MCLAREN, Margaret. **Foucault**: Feminismo e Subjetividade. Editora Intermeios. São Paulo, 2016.

MENDES, Ana Paula Saffe. O engajamento dos intérpretes de libras no Instagram: polarização e discurso ordinário na campanha de 2018. In: Patrícia Graciela da Rocha. (Org.). **Línguas, Discursos e Identidades**: Saberes e Práticas. 1 ed. Porto Alegre: Editora FI, 2019, v. 1, p. 107-122.

MENDES, Ana Paula Saffe; SANTOS, Elaine de Moraes. Interpretações em Libras no Youtube: produção, circulação e efeitos de sentido. In: Giovanna Benedetto Flores. (Org.). **Discurso, cultura e mídia**: pesquisas em rede. 1ed.Santiago: Oliveira Books, 2019, v. 3, p. 17-34.

MIMESSI, Soraya D'Angelo. **Desenvolvimento e Educação Bilíngue para surdos**: caminhos e descaminhos na busca de aprendizagem. 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2014. Orientadora: Dra. Sylvia da Silveira Nunes, 2014.

MIRANDA, Andréia Zingara. **Guerra dos sexos**: efeitos de verdade concernentes à sexualidade e à subjetividade do homem e da mulher em discursos midiáticos. 2016. 174 f. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em Letras. Maringá, 2016.

MIRANDA, Aretha Maria Dias de. **Estudo sobre as trajetórias de empoderamento de mulheres surdas na Universidade Federal da Paraíba** – Campus I. 2019. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Educação. Universidade Federal da Paraíba - Campus I.

MITCHELL, William John Thomas. O que as imagens realmente querem? In: Alloa, Emmanuel (Org.). **Pensar a imagem**. Tradução coordenada por Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 165-190.

MOREIRA, Sandra Zanetti. A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade. In: SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Meditação, 2015, p. 93-101.

MORGADO, Isabela Zanoni. **A educação normalizante**: situações de (a)normalização do sujeito aluno-surdo em classes de aula regulares da rede pública estadual de SP. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MOURA, Maria Bethânia do Socorro. Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico. **Revista Recensio** – Revista de Recensões de Comunicação e Cultura. 2008. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/moura-maria-betania-memoria-discursiva-em-foucault.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas Surdas**: O que se vê, o que se ouve. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa. Lisboa, 2012. 142f.

NAKASATO Ricardo Quiotaca. **Desenvolvimento da cultura surda no currículo de escolas bilíngues para surdos**: a fala de professores surdos. 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

NASCIMENTO, Vinicius. Da norma legislativa à atividade interpretativa: acessibilidade comunicacional de surdos à mídia televisiva. In: SILVA, Anderson Almeida Silva; ALBRES, Neiva de Aquino; RUSSO, Angela. (Orgs.) **Diálogos em estudos da tradução e interpretação de língua de sinais**. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 37-74.

NAVARRO, Pedro. Práticas discursivas de subjetivação: dispositivos de análise. In: PIOVEZANI, Carlos, CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.) **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 269-292.

NAVARRO, Pedro. Por uma análise arqueogenealógica do discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.) **Estudos discursivos à brasileira**: uma introdução. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015, p. 149-173.

PEREIRA, Osmar Roberto. **Nascidos no silêncio**: As relações entre filhos ouvintes e pais surdos na educação. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2012.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. (org). **A invenção da surdez**: cultura, alteridade,

identidade e diferença no campo da educação. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 72-81.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 51-74.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; VILHALVA, Shirley. Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa. **Revista Fórum** - Instituto Nacional de Educação de Surdos, n. 33, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PEZ, Tiaraju Dal Pozzo. Pequena Análise sobre o sujeito em Foucault: a construção de uma ética possível. In: **Seminário em Ciências Humanas**. 7. ed. Londrina: VII Seminário em Ciências Humanas. Londrina. Eduel, 2008. p. 1-14. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepeh/sepech08/arqtxt/resumos_anais>. Acesso em: 09 de set. de 2021.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise do discurso**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 7-38.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, DF: MEC: Seesp, 2004.

QUADROS, Ronice Muller; CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A constituição política, social e cultural da língua brasileira de sinais- Libras. In: VIEIRA- MACHADO, Lucienne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. (Org.). **Educação de Surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

QUADROS, Ronice. Muller. **Libras: linguística para o ensino superior**. São Paulo: Editora Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice Muller; PERLIN, Gladis. (Org.) **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007.

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo. **A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo horizonte, 2008.

ROCHA, Luiz Renato Martins da. **O que dizem surdos e gestores sobre vestibulares em Libras para ingresso em Universidades Federais**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, 2015.

ROSA, Andrea da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Pleuxus, 2007.

SANTOS, Elaine de Moraes. **O efeito de copresença Lula-Dilma no discurso político-midiático: uma leitura das eleições presidenciais de 2010**. 220 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SARGENTINI, Vanice. O discurso político sob a ordem discursiva das redes sociais. In: SARGENTINI, Vanice. **Mutações do discurso político no Brasil: espetáculo, poder e tecnologias de comunicação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017, p. 159-173.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, Wellington Jhonner Divino Barbosa. **Práticas de ensino de língua portuguesa escrita como segunda língua para surdos**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, 2016.

SILVA, Marcelo Ranzula da. **Análise contrastiva do processo de formação identitária do sujeito surdo e do sujeito homoafetivo**. 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir), Porto Velho, 2018.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e Humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter**. 2015. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Letras, Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SILVEIRA, Juliana da. O efeito de rumor na discursivização do corpo político-midiático: imagens rumorais no discurso ordinário digital. **REDISCO** – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v. 10, p. 57-80, 2016.

SOBRAL, Adail. **Dizer o 'Mesmo' a outros: ensaios sobre tradução**. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2008

SOUSA, Gilcifran Vieira de. **Ambiente computacional para auxiliar na aprendizagem do surdo**. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2010) - Universidade Estadual do Ceará. 2010. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=63798>> Acesso em: 27 de ago. de 2021.

SOUSA, Sara Filipo Loureiro Silva Moreira. **Narrativas biográficas de mulheres surdas e educação**: reconhecer experiências, culturas, identidades e percursos. 2011. 325f. Dissertação (mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto, 2011.

SOUZA, Pedro; RIBEIRO, Jaçanã. Oralidade e escritismo: políticas de inclusão. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007, p. 30-42.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2015.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos**: Vestígios Culturais não Registrados na História. Florianópolis. 176f. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

THOMA, Adriana da Silva. **Imaginário Social e Educação do Surdo Institucionalizado**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

THOMA, Adriana da Silva. Surdos: esse 'outro' de que fala a mídia. In: SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 121-1136.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel. O direito de acesso à televisão nos meios televisivos: onde está a inclusão? **Inclusão Social**. v. 2, n. 1, Brasília, 2007, p. 73-82. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1592/1799>. Acesso em: 09 de set. de 2021.

TREVISAN, Sueli Fioramonte. **Enem em Libras e a avaliação na educação básica pelo olhar dos surdos**. 2019. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de educação e ciências humanas. Universidade Federal de São Carlos.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. Foucault pensando a religião. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus de Caicó. Mneme – **Revista de humanidades**. v. 05. n. 10, abr. de 2004, p.230-242.

VASCONCELLOS, Ayla Lizandra Campos de. **As relações de ensino de Língua Portuguesa para surdos**: discursos e identidades. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado). Campo Grande: Campus de Campo Grande, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016.

Vieira, Eliane Telles de Bruim. **Práticas de hipervalorização de diferentes modos de ser surdo no contexto educacional do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) no Estado do Espírito Santo**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

VILHALVA, Shirley. **O despertar do silêncio**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004.

ANEXOS

Anexo 1 - Primeiro *print* da reportagem de 2014

MENU
G1
SANTOS E REGIÃO

10/11/2014 14h06 - Atualizado em 10/11/2014 15h29

'Não entendi nada', afirma estudante surda que prestou a prova do Enem

Jovem recebeu auxílio de intérprete, mas tradução foi apenas de palavras. Profissional diz que surdos precisam entender o contexto das questões.

Orion Pires
Do G1 Santos

FACEBOOK



Natalia vai entregar carta à promotoria de Justiça (Foto: Natalia Carla/Arquivo Pessoal)

Uma estudante surda de Santos, no litoral de São Paulo, encontrou dificuldades para responder às questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado no último fim de semana. Embora uma legislação específica garanta que o candidato com deficiência auditiva receba auxílio de um intérprete em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), as duas profissionais que assistiram Natália Carla, de 19 anos, traduziam apenas palavras, seguindo uma recomendação da coordenadora regional da prova. A norma dificultou a interpretação do contexto das perguntas e alternativas por parte da jovem, já que LIBRAS não utiliza preposições ou conectivos em textos, como a língua portuguesa. A estudante escreveu uma carta de próprio punho e levará o caso à promotoria de Justiça, sugerindo mudanças.

No documento, ela relata a dificuldade que encontrou durante o exame. "O surdo não entende a estrutura da língua portuguesa. Apenas quem fala português entende o Enem. Os surdos precisam de interpretação do conteúdo de toda a prova. Não entendi nada. Precisamos de Tudo em Libras, por favor", pede a jovem.

Anexo 2 - Segundo *print* da reportagem de 2014

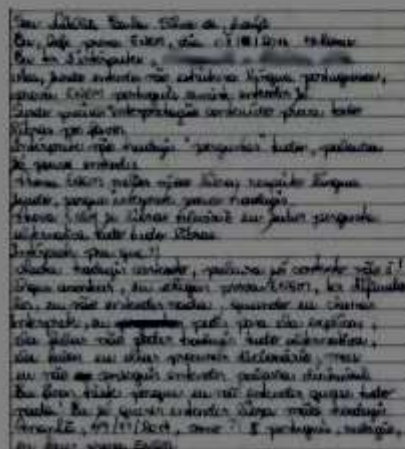
As provas do Enem devem seguir a Recomendação nº 001/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) que aborda sobre "a aplicação do princípio da acessibilidade à pessoa surda ou com deficiência auditiva em concursos públicos, em igualdade de condições". Libras foi oficializada como a segunda língua brasileira, após a publicação da Lei nº 10.436/2002.



Elayne é intérprete da jovem Natalia Carla
(Foto: Elayne Kanashiro/Arquivo Pessoal)

A intérprete de Libras e professora do Instituto Federal de São Paulo, Campus Cubatão Elayne Kanashiro, explica que a leitura do surdo é diferente da de quem possui uma audição perfeita. Segundo ela, que é professora da garota mas não a acompanhou durante a prova, os surdos profundos, como são chamados aqueles que não escutam nenhum tipo de som, precisam entender o contexto da frase. "Embora eu não tenha trabalhado na prova, conversei com várias colegas e alunos que me relataram essa dificuldade. O intérprete foi direcionado a traduzir apenas as palavras por recomendação que recebeu dos

coordenadores. O problema é que precisamos respeitar o contexto do surdo, com a interpretação das palavras e orações".



No entanto, uma recomendação do próprio site do Enem deixa dúvidas. No regulamento consta que, em caso de dúvida nas orações o candidato pode pedir ajuda. "Mas como você só vai traduzir palavras se eles não compreendem somente as palavras soltas?", questiona.

Natalia é aluna de Elayne e relatou a dificuldade à intérprete. Ela pediu ajuda para levar o caso à promotora de Justiça, pedindo atenção à causa. "Ela ficou desmotivada, porque ninguém traduziu nada, somente palavras e ela não entendeu o contexto. Poucas coisas e isso não adianta. Nem alternativa nem pergunta. A menina saiu sem

Anexo 4 - Primeiro *print* da reportagem de 2017

MENU g1 SANTOS E REGIÃO

Jovem surda que 'não entendeu nada' do Enem fala sobre redação: 'Conquista'


História da universitária Natália foi contada pelo G1 em 2014 e viralizou nas últimas horas. Na época, ela saiu chorando após não entender absolutamente nada da prova.

Por **Andressa Barboza e Mariane Rossi**, G1 Santos
07/11/2017 04h18 - Atualizado há 3 anos



Jovem se sustenta e trabalha na faculdade de administração em Santos, SP — Foto: Andressa Barboza/G1

Anexo 5 - Segundo *print* da reportagem de 2017

≡ MENU **g1** SANTOS E REGIÃO 

Há três anos, a estudante Natália Carla deixava a sala de uma escola de Santos, no litoral de São Paulo, com um sentimento de frustração e impotência após prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Na época, em entrevista ao **G1**, Natália, que é surda, havia dito que não tinha entendido nada da prova. Três anos depois, a agora universitária **viu sua história viralizar, nas últimas horas, por conta da redação deste ano**: 'Desafios para a formação educacional de surdos'.

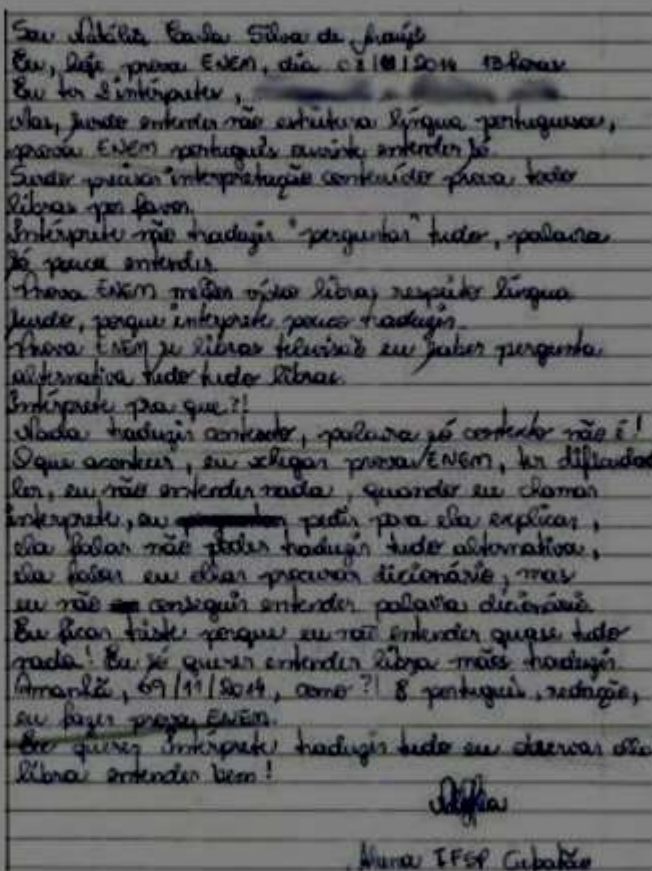
Em 2014, durante a prova, Natália, de 22 anos, foi acompanhada por duas profissionais que traduziam apenas palavras. A norma dificultou a interpretação do contexto das perguntas, já que LIBRAS não utiliza preposições ou conectivos em texto, como a língua portuguesa. Ela levou o caso à promotoria de Justiça, na época, afirmando que 'o surdo não entende a estrutura da língua portuguesa'. Ela nunca recebeu uma resposta sobre a reclamação.

Na ocasião, sem conseguir entender as questões, Natália acabou pontuando baixo e não conseguiu ingressar em nenhuma faculdade. Hoje, ela cursa administração em uma universidade da Baixada Santista. Se engana, porém, quem imagina que o ingresso na faculdade aconteceu de uma forma tranquila. "Com 13 anos de idade eu ainda estava na quarta série do ensino fundamental. Não conseguia acompanhar as minhas turmas da escola e, na faculdade, precisei largar o curso dos meus sonhos por problemas de compreensão da matéria", disse ao **G1** nesta segunda-feira (6).

Após a primeira frustração no Enem, Natália tentou novamente fazer o exame em 2015, mais uma vez sem sucesso por conta dos mesmos problemas. Por essa razão, ela decidiu cursar biomedicina em uma faculdade particular da região. "Eles contrataram um intérprete, mas

Anexo 6 - Terceiro *print* da reportagem de 2017

ainda assim era muito complicado. Ele não explicava para mim as matérias. Ele não entendia nada. Apenas traduzia", conta. Com várias dificuldades na aprendizagem, a jovem não conseguiu nota suficiente para passar em diversas matérias e acabou desistindo.



Sau, Alakila, Karla Silva de Araújo
 Eu, leigo, prova ENEM, dia 02/11/2014 13 horas
 Eu to com intérprete,
 Mas, junto entender não entendo a língua portuguesa,
 prova ENEM português eu não entendo já
 Sou de pessoa intérprete conteúdo prova todo
 Libras por favor.
 Intérprete não traduzir "perguntas" tudo, palavras
 já pouco entende.
 Prova ENEM mesmo visto Libras respeito língua
 tudo, porque intérprete pouco traduzir.
 Prova ENEM se Libras televisão eu fazer pergunta
 alternativa tudo tudo Libras.
 Intérprete pra que?!
 Alada: traduzir conteúdo, palavra já conteúdo não é!
 O que acontecer, eu chegar prova ENEM, ter dificuldade
 ler, eu não entender nada, quando eu chamar
 intérprete, eu não posso pedir para ela explicar,
 ela falar não posso traduzir tudo alternativo,
 ela falar eu não procurar dicionário, mas
 eu não conseguir entender palavras dicionário.
 Eu ficar triste porque eu não entender quase tudo
 nada! Eu já quero entender Libras mais traduzir.
 Amanhã, 09/11/2014, como?! É português, redação,
 eu fazer prova ENEM.
 Eu quero intérprete traduzir tudo eu observar esse
 Libras entender bem!

Maura IFSP Curitiba

Carta de próprio punho foi escrita pela jovem para reclamar da Enem — Foto: Reprodução

A intérprete de Libras e professora do Instituto Federal de São Paulo, Elayne Kanashiro, explica que o problema da menina não é de

Anexo 7 - Quarto *print* da reportagem de 2017

aprendizagem, é de ensinagem. "O surdo é totalmente visual. O surdo não entende a nossa leitura. Ele não entende essa estrutura da língua. A redação do surdo é totalmente invertida. O intérprete é só o canal. O surdo precisa ver para aprender. A mensagem precisa ser modificada e readequada para ele", explica.

Apesar das dificuldades que enfrentou na escola e na faculdade, Natália não desistiu. A jovem atualmente trabalha em uma empresa como assistente administrativa e cursa administração de empresas. "Voltei para a mesma universidade, mas agora faço um curso com vocabulário mais fácil. Ainda é difícil, mas consigo aprender melhor pois tenho uma facilidade um pouco maior de aprendizado com essas palavras mais simples", afirma.

Para Natália, a escolha do tema da redação do Enem deste ano foi fundamental para levantar uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas na sociedade. "São passos lentos, mas o Brasil está tentando incluir os deficientes. O tema foi ótimo, foi uma conquista para a conscientização das pessoas. Provavelmente essa escolha aconteceu por conta dos nossos esforços e da luta que nos envolvemos por mudanças positivas para cada um de nós", comemora.

Apesar disso, Natália acredita que não é um tema de redação isolado que poderá trazer melhorias na qualidade de vida dos surdos. "Nem todos os professores precisam saber LIBRAS, mas todos precisam entender a nossa cultura, respeitar e entender as nossas necessidades e limites. Um começo seria as crianças, ainda na escola, aprenderem o básico de LIBRAS", finaliza.

Anexo 8 - Quinto *print* da reportagem de 2017.

MENU g1 SANTOS E REGIÃO TV 19 UVA

limites. Um começo seria as crianças, ainda na escola, aprenderem o básico de LIBRAS", finaliza.



Jovem cursa administração em uma universidade Santos, SP — Foto: Andressa Barboza/G1